

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Programa

Calendário: Coleta de Informações 2024

Ano do Calendário: 2024

Data - Hora do Envio: 24/03/2025 - 21:48

Nome: Poder Legislativo

Nome em Inglês: MA in Legislative Affairs

Área Básica: CIÊNCIA POLÍTICA

Área de Avaliação: CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Regime Letivo: SEMESTRAL

Modalidade: PROFISSIONAL

Data de Recomendação: 25/10/2011

Áreas de Concentração

Nome	Data de Início	Data de Fim
PODER LEGISLATIVO	01/01/2013	

Curso(s)

Curso: Poder Legislativo

Nível: Mestrado Profissional

Data de Início: 01/01/2013

Data de Recomendação: 25/10/2011

Situação: EM FUNCIONAMENTO

Data da Situação: 03/01/2013

Créditos em Disciplinas para Titulação: 14

Créditos em Trabalhos de Conclusão para Titulação: 10

Outros Créditos para Titulação: 6

Equivalência Hora-Aula/Crédito: 15

Áreas de Concentração do Curso

Não há dados a serem exibidos.

Instituições de Ensino

Instituição de Ensino: CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO (CEFOP)

Data de Início: 01/01/2013

Data de Fim:

Relatório de Dados Enviados do Coleta

CEP: 70160900

Logradouro: Câmara dos Deputados

Número: sn

Complemento: Complexo Avançado da Câmara dos Deputados

Via N3, Projeção L - Setor de Garagens Ministeriais Norte

Prédio do Cefor

Salas 2, 4 e 6

Bairro: Zona Cívico-Administrativa

Município: Brasília

Fax: ()

Telefone: (61) 32167679

Ramal:

E-mail: copos.cefor@camara.leg.br

URL: <http://www.camara.leg.br/posgraduacao>

Proposta

Calendário: Coleta de Informações 2024

Ano do Calendário: 2024

Data-Hora do Envio: 24/03/2025 - 21:48

Programa

1.1 Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do Programa. (Incluir na descrição os objetivos e a missão do programa)

Os destaques apresentados ao longo deste relatório farão, sempre que apropriado, menção aos itens da ficha de avaliação para programas profissionais da Capes e da Área de CP&RI, colocando-os entre parênteses com o prefixo FA (Ficha de Avaliação)

*FA 1.1.1: Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, em função da modalidade e vocação do programa.

O Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados – PPG-Cefor tem por MISSÃO: qualificar profissionais no campo dos estudos legislativos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos níveis lato sensu e stricto sensu, visando ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo (FA 1.1.1.a; 1.1.1.b).

O PÚBLICO-ALVO são servidores públicos dos três poderes, nas esferas federal, estadual e municipal, e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

demais profissionais e pesquisadores com interesse em estudar o Poder Legislativo.

Inserido no PPG-Cefor e em aderência a sua missão, encontra-se o Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL), que tem por OBJETIVO: formar profissionais qualificados com habilidades de pesquisa e de produção de conhecimento no campo dos estudos legislativos, capazes de intervir efetivamente em problemas complexos da instituição, por meio de práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, e de dialogar com as realidades e desafios cotidianos do Poder Legislativo, contribuindo para o seu aperfeiçoamento, para o processo democrático e para atender às demandas da sociedade (FA 1.1.1.a; 1.1.1.b).

O MPPL é o primeiro e único Mestrado Profissional voltado exclusivamente para a formação de mestres em Poder Legislativo no Brasil. Com início no primeiro semestre de 2013, o Mestrado alcançou o conceito 5 na avaliação quadrienal da Capes, período 2017-2020. Sediado em uma das principais casas legislativas nacionais, destaca-se por ser programa inserido no próprio locus de pesquisa, o Poder Legislativo, o que define sua área de concentração e proporciona ambiente único ao desenvolvimento de corpo profissional qualificado, apto a compreender o Legislativo em profundidade e a atuar de forma diferenciada na área pública nas três esferas da federação. Inserido na Área de Ciência Política e Relações Internacionais (CP&RI), possui sólido embasamento em Ciências Humanas, mais especificamente em Ciência Política. No entanto, dialoga com outras áreas do Colégio de Humanidades de forma interdisciplinar, como Direito, Administração Pública, Comunicação e Educação (FA 1.1.1.b). Esse diálogo pode ser percebido na transversalidade das linhas de pesquisa e na amplitude da formação acadêmica e profissional do corpo docente do MPPL, todos servidores efetivos da Câmara dos Deputados, doutores, atuantes e pesquisadores nas diversas vertentes do processo legislativo, conforme currículo e áreas de interesse disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/corpo-docente> (FA 1.1.1.c).

Para cumprir com seu objetivo, o MPPL definiu como OBJETIVOS ESPECÍFICOS (FA 1.1.1.a; 1.1.1.b):

- 1) Instituir locus para produzir, sistematizar e disseminar conhecimento sobre o Poder Legislativo, nas dimensões inter e transdisciplinares, contribuindo para o fortalecimento do Parlamento e da democracia, com vistas ao desenvolvimento nacional.
- 2) Formar quadros avançados de recursos humanos, altamente qualificados, voltados à análise e à reflexão crítica sobre o Poder Legislativo em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional.
- 3) Aprimorar a atuação do Poder Legislativo por meio da profissionalização de seus servidores e de outros agentes que atuam junto ao Parlamento.
- 4) Desenvolver pedagogia do conhecimento que integre pressupostos teóricos, metodológicos e educacionais com as práticas profissionais e características do Legislativo e da sua área de saber, promovendo, assim, a interconexão entre os saberes e as práticas.

Nesse sentido, espera-se DO EGRESSO do MPPL (FA 1.1.1.a) PERFIL fundado em sólido conhecimento

Relatório de Dados Enviados do Coleta

do processo legislativo e das práticas inerentes às casas legislativas, em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional. O desenvolvimento de tais competências provê ao egresso aptidão para inovar e transformar no seu fazer cotidiano, bem como estabelecer diálogo estreito com as realidades e desafios do Poder Legislativo. Desse modo, pode contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, por meio do método científico e da reflexão integradora dos diversos olhares sobre o Parlamento.

Em trajetória determinada e desafiadora, o Programa aponta para a VISÃO DE FUTURO de se consolidar como referência em ensino e pesquisa no campo dos estudos legislativos, com contribuições efetivas para a solução dos problemas complexos do Poder Legislativo, para a geração de impactos socioeconômicos e para o trato das políticas públicas, mantendo, dessa forma, o mais alto reconhecimento perante o Ministério da Educação (MEC), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a sociedade.

Como DIRETRIZES ESTRATÉGICAS do Programa, destacam-se:

- a) Formação avançada de recursos humanos.
- b) Inovação como meio de promover ações transformadoras e colaboração em processos de trabalho e atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Foco na relevância econômica e social da produção científica.
- d) Suporte à concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- e) Avaliação sistemática das ações de ensino, pesquisa e extensão.
- f) Inserção nacional e internacionalização.
- g) Alinhamento às diretrizes estratégicas institucionais.

Trata-se, portanto, de programa com VOCAÇÃO ampla, cujos impactos institucionais, pela natureza da atividade legislativa, constituem-se em contribuições para políticas públicas e estratégias corporativas na esfera federal, com desdobramentos nos âmbitos estadual, municipal e internacional.

Com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos, o PPG-Cefor, ao longo do quadriênio 2021-2024, consolidou e ajustou suas linhas de pesquisa, estrutura curricular e ações de suporte a projetos de pesquisa conforme relatado a seguir.

O MPPL fomenta a pesquisa científica básica e aplicada, com foco na área de concentração Poder Legislativo e em três LINHAS DE PESQUISA (FA 1.1.1.a; 1.1.1.c):

1. Gestão Pública no Poder Legislativo

Estuda a burocracia pública como elemento relevante na construção da democracia. Nesse sentido, cabem, por um lado, estudos relativos à gestão da burocracia do Poder Legislativo em suas várias dimensões (estratégia, pessoas, processos, tecnologias, finanças, segurança, espaço físico, infraestrutura e outras). Por outro lado, cabem ainda estudos relacionados ao papel do Legislativo no monitoramento, fiscalização e avaliação da burocracia do Executivo na condução de políticas públicas.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

2. Processos Políticos do Poder Legislativo

Estuda o Legislativo dentro da tripartição clássica dos poderes e do exercício político que lhe dá existência. Dessa maneira, a linha se ocupa de três grandes funções tradicionalmente relacionadas ao Legislativo: a função legiferante, presente no processo legislativo e nas diversas fases da elaboração e apreciação das leis; a função de controle e fiscalização da administração pública em relação ao funcionamento do Estado; e a função de representar a sociedade que faz parte do Legislativo.

3. Política Institucional do Poder Legislativo

Estuda os saberes e as práticas que as casas legislativas elaboram e disseminam sobre o Legislativo. Estratégias de ampliação e/ou melhoria da participação e da representação políticas ganham destaque, bem como as ações pedagógicas realizadas pelo Parlamento, em suas vertentes informativas e comunicativas.

A ESTRUTURA CURRICULAR do MPPL foi concebida de forma a consolidar uma base de conhecimento geral em sua área de concentração, assim como proporcionar estudo aprofundado em cada uma das linhas (FA 1.1.1.a). Os 30 créditos necessários à integralização do curso são distribuídos em três grupos de atividades (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/estrutura-curricular>): o primeiro é constituído pelas disciplinas, que somam 14 créditos; o segundo se refere a Atividades Complementares, com 6 créditos; o terceiro compreende a elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), correspondente a 10 créditos (FA 1.1.1.d).

As disciplinas, todas com carga horária de 30 horas (2 créditos), são divididas em obrigatórias e optativas. As obrigatórias são três: a) Seminário em Poder Legislativo; b) Seminário de Pesquisa; e c) Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso. A primeira proporciona uma base teórica sólida sobre a estrutura, os fundamentos e o funcionamento do Poder Legislativo, além de explorar os diferentes campos de estudo da área e fomentar a integração entre as três linhas de pesquisa do programa. A segunda tem foco na orientação metodológica, auxiliando os discentes na construção e refinamento de seus projetos de pesquisa. A terceira prepara o aluno para a elaboração do TCC, estabelecendo metas progressivas que objetivam tornar o discente apto à etapa de qualificação ao final da disciplina. As disciplinas optativas são estruturadas para oferecer uma visão contextualizada dos diversos aspectos das áreas de conhecimento do curso, promovendo um diálogo interdisciplinar entre as linhas de pesquisa e fortalecendo a unidade do campo de estudo dentro da área de concentração. Além disso, há disciplinas voltadas para o desenvolvimento metodológico, que fornecem a base para a aplicação do método científico e o uso de ferramentas avançadas de análise. Esse percurso formativo incentiva o discente a atuar ativamente na construção coletiva do conhecimento legislativo, tanto em sua trajetória individual quanto na contribuição para o fortalecimento da área de estudos do Poder Legislativo.

O PPG-Cefor estabeleceu, em Colegiado e com a participação dos docentes das três linhas de pesquisa,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

um elenco de disciplinas optativas por linha de pesquisa/método que foram oferecidas de forma sistemática e equilibrada por docentes permanentes e colaboradores durante os semestres letivos (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/estrutura-curricular>). As disciplinas de caráter estruturante e de maior procura por discentes regulares e alunos especiais tiveram ampla oferta no quadriênio, como Administração Pública Legislativa (Linha 1), Teorias da Democracia e Representação (Linha 2), Gênero, Poder e Representação Política (Linha2), Análise do Discurso Político (Linha 3), Métodos Inferenciais em Pesquisas Legislativas (Métodos) e Teoria dos Jogos em Ciência Política (Métodos). Houve, também, revisão das ementas e da bibliografia, para que estivessem alinhadas aos objetivos do MPPL, assim como às discussões atuais e aos projetos de pesquisa do corpo docente. O equilíbrio na oferta de disciplinas de acordo com o tamanho do corpo docente é fruto de atenção constante da Coordenação de Pós-Graduação, que estrutura o calendário acadêmico anual. Além disso, o “Regulamento de credenciamento, descredenciamento e enquadramento, como permanente ou colaborador, dos professores constituintes do Corpo Docente do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo – Quadriênio 2021-2024” estabelece a obrigatoriedade de o docente pontuar na modalidade disciplinas ao longo do quadriênio, sob pena de desligamento do Programa (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>) (FA 1.1.1.d).

As Atividades Complementares (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes>), que contemplam uma série de atividades extraclasse pertinentes à pesquisa do aluno, são realizadas sob a supervisão do orientador e têm o objetivo de ampliar e fortalecer o processo formativo, aproximando-o da realidade social e profissional (FA 1.1.1.e). São classificadas em duas categorias: a primeira é constituída por atividades acadêmicas, as quais devem ser efetivadas por meio de participação em cursos, eventos acadêmicos e científicos e em projeto de pesquisa, divulgação científica por meio de publicação e produção técnico-tecnológica; a segunda é constituída por atividades supervisionadas, que proporcionam ao discente a oportunidade de explorar o tema da pesquisa em atividades profissionais, em sessões plenárias e reuniões de comissões como observador, e por meio de entrevistas com parlamentares, gestores e autoridades ligadas ao Poder Legislativo.

O TCC compreende as etapas supervisionadas de elaboração, qualificação e defesa final. A qualificação e a defesa são antecedidas por Seminários preparatórios. Seguindo entendimento da Capes sobre as modalidades de TCC para mestrados profissionais, em que são valorizados a capacidade de disseminar conhecimento e o impacto social, o PPG-Cefor recomenda que sejam fomentadas as seguintes modalidades no âmbito do MPPL (de acordo com Portaria Normativa nº 17/2009 do Ministério da Educação e o Ato da Mesa nº 54/2015 da Câmara dos Deputados): Artigo; Desenvolvimento de aplicativos ou de softwares; Desenvolvimento de materiais didáticos e instrucionais; Desenvolvimento de produtos, processos e técnicas; Dissertação; Estudos de caso; Patente e registros de propriedade intelectual; Produção de programas de mídia; e Projetos técnicos. O rol é exemplificativo. Conforme estabelece o §2º do art. 28 do Ato da Mesa nº 54/2015: “Mediante proposta avalizada pelo orientador, o discente pode

Relatório de Dados Enviados do Coleta

solicitar ao Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo a realização de TCC em modalidade diversa, desde que entre as previstas pelas normas educacionais vigentes”. Nesse sentido, o Colegiado do Mestrado aprovou também a modalidade de Normas Comentadas neste quadriênio. As orientações a discentes e docentes sobre as diferentes modalidades de TCC foram disponibilizadas em um Guia de modalidades de trabalho de conclusão de curso, aberto para consulta pública (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes>).

Considerando o amplo arcabouço temático que os estudos legislativos proporcionam, adequadamente estruturados pelas três linhas de pesquisa do MPPL, o PPG-Cefor fomenta e apoia PROJETOS DE PESQUISA de docentes, discentes e egressos no âmbito dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs) (FA 1.1.1.c), que são instituídos sob as seguintes diretrizes: estimular a reflexão dos servidores sobre as atividades desenvolvidas na Câmara dos Deputados, bem como a apresentação de práticas inovadoras voltadas ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho; incentivar a realização de atividades em parceria com outras instituições, com vistas à análise e ao fortalecimento do Poder Legislativo; aprimorar o apoio às atividades parlamentares e o desempenho dos servidores da Câmara dos Deputados, por meio da produção e da disseminação do conhecimento sobre o Poder Legislativo; divulgar resultados de pesquisa por meio de publicação de caráter técnico-científico em periódicos, revistas técnicas, livros, anais de congresso, bibliotecas digitais e outros (FA 1.1.1.e).

Durante o quadriênio 2021-2024, visando à profissionalização dos grupos, foram reformuladas as regras de funcionamento dos GPEs, cuja atualização foi proposta pelo PPG-Cefor em 2021 (Processo nº 235.047/2021). Após análise da alta administração da Câmara dos Deputados, foi publicada, em janeiro de 2025, a Portaria nº 6/2025 (<https://www2.camara.leg.br/login/int/portar/2025/portaria-6-20-janeiro-2025-796918-publicacaooriginal-174199-cd-dg.html>), da Diretoria-Geral, que representa um avanço significativo na institucionalização das atividades acadêmicas e científicas no âmbito legislativo. Ao disciplinar sua criação e funcionamento, a norma garante que os grupos sejam estruturados de forma coerente com as linhas de pesquisa do MPPL e com as necessidades do Parlamento, promovendo a produção de conhecimento qualificado e sua aplicação no aprimoramento dos processos legislativos, com maior impacto na Instituição. Além disso, a vinculação dos GPEs ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) e sua certificação no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP-CNPq) conferem credibilidade e visibilidade aos estudos desenvolvidos, fortalecendo a relação entre a produção científica e o desempenho dos servidores na Casa. (FA 1.1.1.c)

Ao final de 2024, o Programa contava com 10 GPEs ativos e credenciados, sendo 9 coordenados por docentes do MPPL, com a participação de 114 pesquisadores entre servidores da Câmara dos Deputados e membros externos (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes>). São eles (FA 1.1.1.a; 1.1.1.c; 1.1.1.e):

- Ciência de Dados Aplicada ao Estudo do Poder Legislativo: abordagem computacional e métodos de análise

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Coordenação: Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz, docente permanente – Linha 1
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9712095383739020>).

- Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social

Coordenação: Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros, docente permanente – Linha 3

(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4854827803749216>)

- Estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos brasileiros

Coordenação: Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes, docente permanente – Linha 3

(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9835559732655060>)

- Informação política: interfaces contemporâneas

Coordenação: Prof. Dr. Thiago Gomes Eirão, docente permanente – Linha 1

(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4452777451319667>)

- O Legislativo e a Política de Saúde no Brasil

Coordenação: Prof. Dr. Fábio de Barros Correia Gomes, docente colaborador – Linha 2

(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9741799695481463>)

- O Poder do Espaço: variáveis espaciais em Casas Legislativas

Coordenação: Prof. Dr. Valério Augusto Soares de Medeiros, docente permanente – Linha 1

(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0915788190385444>)

- Afetos e Política

Coordenação: Prof. Dr. Maurício Suhett Spinola

(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2804795026028337>)

- Gênero e Representação Política

Coordenação: Profa. Dra. Giovana Dal Bianco Perlin, docente permanente – Linha 2

(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3026134168765699>)

- Comunicação na Câmara dos Deputados: perspectivas após 20 anos de mídias

Coordenação: Profa. Dra. Cláudia Regina Fonseca Lemos, docente permanente – Linha 3

(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1980519706474298>)

- Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Coordenação: Prof. Dr. Fabio de Barros Correia Gomes e Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins, docentes colaboradores – Linha 2

(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/768240>)

Como parte das ações de fortalecimento dos GPEs, foi instituído pela Portaria nº 307, de 30 de novembro de 2020, o Programa de Iniciação Científica da Câmara dos Deputados (PIC), com o objetivo de fomentar o pensamento científico e a pesquisa acadêmica entre alunos de graduação, vinculando-os a projetos orientados por docentes do PPG-Cefor (FA 1.1.1.b; 3.2). A iniciativa busca identificar talentos acadêmicos, proporcionar aprendizado em métodos de pesquisa e fortalecer as linhas de pesquisa institucionais do MPPL. Sua primeira edição, realizada como projeto piloto em 2022, contou com seis bolsistas atuando em quatro projetos ligados aos GPEs da Câmara dos Deputados, com bolsas mensais de R\$ 400,00 durante 12 meses, conforme o Edital nº 04 – CD, de 31 de maio de 2021. Os projetos abrangeram estudos sobre processos políticos e institucionais do Poder Legislativo, envolvendo atividades como levantamento de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

dados legislativos, produção de artigos científicos e análise de discursos parlamentares, todas conduzidas sob a supervisão de docentes do MPPL (FA 1.1.1.c; 2.5), garantindo qualidade metodológica e rigor acadêmico. A avaliação da primeira edição indicou alto nível de satisfação dos bolsistas e impacto positivo na formação acadêmica e no interesse pela pesquisa legislativa (FA 3.2). Os docentes supervisores destacaram a contribuição dos bolsistas para os projetos de pesquisa e para o aperfeiçoamento das investigações acadêmicas.

* FA 1.1.2: Adequação e suficiência da infraestrutura disponível, em relação à missão, objetivos e modalidade do programa, bem como à dimensão dos corpos docente e discente.

O Cefor está localizado no Complexo Avançado da Câmara dos Deputados, com acesso facilitado por um serviço de transporte gratuito e regular, que realiza o percurso até o Edifício Principal, na Esplanada dos Ministérios, em aproximadamente 10 minutos. O prédio foi desenvolvido para oferecer um ambiente adequado ao ensino e aprendizado, atendendo a educandos, educadores, servidores e demais cidadãos. Para a Pós-Graduação, estão disponíveis cinco salas de aula, todas equipadas com quadro branco, projetor multimídia, computador para o docente e ar-condicionado. A distribuição das salas inclui uma com capacidade para 35 alunos, três com 30 lugares e uma para grupos menores, com 12 discentes (FA 1.1.2.a; 1.1.2.c). O Cefor também conta com dois laboratórios de informática, cada um com capacidade para 24 alunos, equipados com projetor multimídia, impressora e computadores conectados à internet via banda larga da Câmara dos Deputados. Os laboratórios possuem softwares essenciais para a formação acadêmica, incluindo Microsoft Office 365, R, RStudio, XMind, CorelDraw (Adobe) e Zoom (FA 1.1.2.b; 1.1.2.c). Além disso, três salas de aula e os dois laboratórios foram equipados com televisores, câmeras e microfones, permitindo a realização de atividades em formato híbrido (presencial e remoto). Todo o prédio conta com acesso à internet via rede wireless, disponível para servidores e visitantes.

O Cefor dispõe ainda de um auditório com capacidade para 122 lugares, equipado com recursos audiovisuais e sistema de teleconferência, e um estúdio de vídeo, projetado para a produção de conteúdos institucionais e instrucionais, contribuindo para as atividades de ensino (FA 1.1.2.a). Além desses espaços, há uma sala multiuso, utilizada para reuniões, cursos e atividades que demandem metodologias colaborativas e inovadoras. Com um design versátil e adaptável, o mobiliário das salas permite configurações flexíveis, adequando-se às diferentes necessidades pedagógicas. Os ambientes são equipados com computadores e estrutura para estudos individuais, orientação de alunos da pós-graduação e interações entre grupos de pesquisa (FA 1.1.2.f). Essas instalações garantem um ambiente acadêmico moderno e tecnologicamente preparado para apoiar as atividades do MPPL, fortalecendo a infraestrutura educacional da Câmara dos Deputados.

O prédio do Cefor conta ainda com caixa eletrônico, sistema de segurança com câmeras de vídeo, foyer para realização de coquetéis e confraternizações, área de convivência com 160 m², ao ar livre, iluminado e climatizado com cascata, para a realização de atividades como reuniões, oficinas, socialização e integração (FA 1.1.2.a; FA 1.1.2.f). O Cefor dispõe de dois geradores de energia elétrica, cada um com

Relatório de Dados Enviados do Coleta

potência de 750 kVA, capacidade para 1.100 litros de combustível (óleo diesel), com autonomia de 30 horas. Há também uma lanchonete escola do SENAC que oferece alimentação completa para café da manhã, almoço e lanches, além de copa/refeitório com 30 lugares. Possui, também, um setor de reprografia com máquinas para produção de grandes volumes de material. Em caso de necessidade, pode-se recorrer à Gráfica da Câmara dos Deputados, que tem condições de fornecer serviços gráficos com mais recursos.

É importante ressaltar que o Cefor, enquanto órgão da Câmara dos Deputados, conta com toda a infraestrutura da Câmara, que abrange uma área total superior a 150.000 m² de área construída com auditórios de múltiplos tamanhos (em destaque o Auditório Nereu Ramos, com mais de 300 lugares), salas diferenciadas, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes, etc (FA 1.1.2.a; FA 1.1.2.f). Ressaltam-se os serviços de Eventos e Cerimonial, de Áudio e Vídeo, de tradução simultânea e de linguagem de sinais (LIBRAS) que dão suporte aos eventos de maior porte do Cefor, e o apoio da Secretaria de Comunicação Social, que com os veículos de rádio, TV e jornalismo contribuem para a disseminação de informações para a comunidade.

Além disso, docentes e discentes do MPPL têm acesso à estrutura de educação a distância do Cefor, que inclui a plataforma Eleve (ambiente Moodle customizado da Câmara dos Deputados) e um repositório de vídeos dos eventos acadêmicos disponíveis nos canais do YouTube (<https://www.youtube.com/channel/UCFXSjINWXBC4UI68FZouhQ>) (FA 1.1.2.c; 1.1.2.d). Em 2020, as disciplinas foram ministradas de forma síncrona pelo Zoom, e, a partir de 2021, iniciou-se um projeto de reformulação da Eleve, buscando unificar todas as atividades acadêmicas em um único ambiente virtual. Com isso, a plataforma passou a centralizar o acesso às aulas, repositórios de conteúdo, ferramentas de interação, registro de frequência e envio de trabalhos e avaliação de desempenho, eliminando a necessidade de múltiplos sistemas e proporcionando economia de recursos administrativos. Em 2022, todas as disciplinas passaram a ser oferecidas exclusivamente pela Eleve, consolidando-se, em 2023, como canal oficial para a gestão das disciplinas presenciais, tornando a administração acadêmica mais eficiente. Além disso, a plataforma passou a permitir que alunos regulares e especiais emitam diretamente suas declarações e certificados de conclusão, agilizando processos e reduzindo a carga de trabalho da coordenação (FA 1.1.2; 1.3).

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Coordenação de Pós-Graduação, com 11 servidores efetivos e um estagiário, funciona em três salas administrativas no Cefor, totalizando 72 m². Estão disponíveis, para uso administrativo, 14 microcomputadores, uma TV 50", duas impressoras laser, sendo uma com impressão colorida e outra monocromática, ambas com recursos de digitalização de documentos. Todos os computadores estão conectados à Internet pelo sistema banda larga da Câmara dos Deputados (FA 1.1.2.a).

Durante o quadriênio 2021-2024, a Coordenação avançou na busca por equipar-se de forma a melhor atender seu público (docentes, discentes, egressos e comunidade acadêmica) e atingir os objetivos do

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Programa. Nesse sentido, o Sistema GPE, que contém informações sobre os integrantes, linhas de pesquisa, relatórios e prazos de cada grupo ativo, vem sendo gradativamente substituído por sistema na linguagem R que lê as informações dos grupos diretamente do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP-CNPq) (FA 1.1.2.c). O sistema de controle das Atividades Complementares dos discentes recebeu atualizações correspondentes às alterações normativas, ao longo do quadriênio, que regem essas atividades (FA 1.1.2.c).

Em janeiro de 2023, foi iniciado o desenvolvimento de sistema informatizado, pelo docente Fabiano Peruzzo Schwartz (Coordenador do Programa), para a gestão do PPG-Cefor. Foram construídas soluções computacionais para a modernização da gestão (FA 1.1.2c), de forma a automatizar processos, até então executados e verificados de forma manual, sujeitos a erros e que exigiam grande esforço para a consolidação de informações. As atividades incluíram a estruturação de bases de dados históricas, anteriormente armazenadas em planilhas Excel, para um modelo relacional no banco de dados MySQL, garantindo maior integridade e eficiência no gerenciamento das informações acadêmicas. Além disso, foi desenvolvido um sistema computacional em Java, permitindo o cadastramento, edição, pesquisa e controle acadêmico de alunos, cursos, disciplinas e docentes, emissão de histórico escolar e demais registros acadêmicos. Esse esforço no aprimoramento dos processos internos da Copos objetivou proporcionar maior agilidade e confiabilidade na administração dos dados e informações. Em janeiro de 2024, o sistema entrou em produção, com um conjunto suficiente e operacional de funcionalidades. A importância desse sistema está na sua capacidade de aperfeiçoar a gestão educacional e fornecer suporte à avaliação quadrienal da Capes, garantindo que os dados do Programa de Mestrado sejam organizados e acessíveis de forma sistematizada. O sistema está disponível em <https://github.com/Cefor/siscope>.

Em 2022, foi adotada a ferramenta computacional Trello para a criação de quadros de ações do Programa, compartilhados com todos os servidores da Coordenação: Gestão de Processos (<https://trello.com/b/1Y0sqBMa/gestao-de-processos-da-copos>) e Gestão de Projetos (<https://trello.com/b/HebwjYiD/gestao-de-projetos-da-copos>). No primeiro, o acompanhamento dos seis macroprocessos da Coordenação passou a ser feito a partir do estabelecimento de atividades mensais. No segundo, os projetos da Coordenação foram organizados nas categorias sem previsão, em espera, em andamento, concluídos e suspensos. O acompanhamento dos projetos e processos se deu por meio de um checklist de ações a serem concluídas a cada mês, definido e discutido com toda a equipe. Essa abordagem permitiu o compartilhamento das etapas de execução, a otimização do tempo e da alocação de recursos e a melhor visualização pelos membros da equipe, subsidiando, com dados atualizados, a tomada de decisão dos gestores.

Destaque, também, para o programa Extrato Lattes, desenvolvido no âmbito do PPG-Cefor pelo docente Fabiano Peruzzo Schwartz, que é uma ferramenta computacional aberta, de domínio público, com número de registro BR512020002538-2 no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, cujo objetivo é acompanhar, de forma sistemática, a atuação de docentes em cursos de pós-graduação stricto sensu por meio da geração periódica de extratos (FA 1.1.2.c). Dessa forma, pretende-se subsidiar esses cursos com

Relatório de Dados Enviados do Coleta

informações capazes de atrair a atenção para os principais pontos da avaliação da Capes, a fim de que a devida atualização do Lattes e ações corretivas possam acontecer em tempo. Em 2023, foi desenvolvida nova versão, contemplando orientações da área de CP&RI e do Regulamento de Credenciamento, Descredenciamento e Enquadramento de Docentes. Os códigos e orientações estão disponíveis em https://github.com/Cefor/extratolattes_2021_2024.

BIBLIOTECA

A Biblioteca Pedro Aleixo (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca>) (FA 1.1.2.e) integra o Centro de Documentação e Informação (CEDI) da Câmara e tem como principal função subsidiar as atividades legislativas e administrativas dos membros e servidores da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Possui acervo aproximado de 200.000 volumes e 2.060 títulos de revistas especializadas, com foco em Ciência Política, Ciências Sociais, Direito, Economia e Administração Pública. No tocante a alunos, professores e pesquisadores, a biblioteca disponibiliza textos científicos e livros, inclusive por meio de novas aquisições, demandados nos planos de curso das disciplinas do Mestrado e nos projetos dos grupos de pesquisa. Ressalta-se que pesquisadores, discentes e docentes do Programa possuem direito ao dobro do prazo e da quantidade de livros por empréstimo em relação aos demais servidores da Câmara dos Deputados. A utilização e o empréstimo do acervo da Biblioteca é de uso exclusivo dos servidores da Casa, entretanto, ao discente do curso MPPL que não pertence ao quadro de servidores é concedida autorização para utilização como os demais servidores, quando este se matricula no curso.

A biblioteca é depositária das publicações editadas pela Câmara dos Deputados, pela Organização das Nações Unidas - ONU e suas agências, incluindo as editadas no Brasil pela UNESCO, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Possui também valioso acervo de obras raras, totalizando aproximadamente 4.700 volumes, consistindo em pós-incunábulo, livros raros em sua primeira edição, livros esgotados, livros de editores famosos, periódicos valiosos, Coleção das Leis do Brasil, Coleção de Diários Oficiais que, iniciada em 1862, estende-se até 1899, e exemplares da legislação portuguesa e da legislação estadual brasileira.

Além das bases de dados existentes, a Câmara dos Deputados dispõe de acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Proquest, ABNT, entre outros, e também à Rede Virtual de Bibliotecas (Rede RVBI), que agrega de forma cooperativa recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas públicas: Advocacia-Geral da União, Câmara Legislativa do DF, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do DF, Tribunal Superior do Trabalho e a própria Câmara dos Deputados (FA 1.1.2.d; 1.1.2.e). Periodicamente, são oferecidos treinamentos de acesso e utilização das bases de dados pelos servidores do CEDI aos discentes e docentes do PPG-Cefor.

O CEDI dispõe, também, de serviço de pesquisa sobre proposições e processo legislativo (legislação), atuação parlamentar (livros e artigos) e documentos das constituintes, fornecendo a servidores da Casa e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

alunos do PPG-Cefor, quando solicitado, cópias de artigos e trechos de livros, respeitados os limites estabelecidos em normas específicas.

EDIÇÕES CÂMARA

A Edições Câmara é uma editora mantida pela Câmara dos Deputados com missão de publicar livros que contribuam para a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia. A editora tem por valores o design social e o cuidado no tratamento editorial, com o objetivo de proporcionar meios para que se alcance a mudança social positiva. Suas linhas editoriais compreendem temas relacionados ao Poder Legislativo, estudos e debates sobre o Parlamento, cidadania, ciência política, direito e história, dentre outros, bem como publicações de caráter administrativo da Câmara dos Deputados. As produções de caráter acadêmico passam por avaliação de comitê editorial que verifica sua adesão às linhas editoriais e ao rigor do método científico. Trata-se, portanto, de suporte externo ao PPG-Cefor, que encontra na editora um locus para publicações de qualidade pertinentes à área de concentração e às linhas de pesquisa do Programa. No quadriênio, obras autorais, capítulos e livros organizados por docentes e discentes do PPG-Cefor foram financiados pela Edições Câmara, como “Declaração Universal dos Direitos Humanos Comentada”, “Mulheres e lobby no Parlamento brasileiro”, “Anais da XIII Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados: Parlamento e Inovação”, “O futuro da TV: 25 anos da TV Câmara”, “Lei Fácil Violência Contra a Mulher” e “200 termos para entender Direitos Humanos”, entre outros (publicações disponíveis em <https://livraria.camara.leg.br/>).

Portanto, as instalações físicas e virtuais disponibilizadas pelo Cefor e pela Câmara dos Deputados mostram-se suficientes para a condução das atividades do PPG-Cefor, como aulas, reuniões e eventos, havendo prioridade para uso dos espaços pelo Programa e capacidade de atender o corpo docente e discente, além dos grupos de pesquisa. Ressalta-se que a localização privilegiada do Cefor como parte da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional é um facilitador para que docentes, discentes, egressos e comunidade acadêmica ligada ao Programa tenham acesso e se relacionem com o objeto de estudo do Mestrado: o Poder Legislativo.

1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.

O MPPL é programa com vocação interdisciplinar e dispõe de corpo docente com formação diversa e compatível com a área de concentração em Poder Legislativo. Os professores permanentes e colaboradores integram as três linhas de pesquisa, segundo suas especializações e campos de pesquisa e conhecimento. A qualificação acadêmica, didática e técnico-científica do corpo docente é objeto de avaliação periódica.

A partir do resultado da avaliação Capes 2017-2020, o Plano Estratégico do PPG-Cefor 2021-2024 (FA 1.3.1) definiu uma série de ações a serem executadas com o intuito de aprimorar a atuação do corpo docente do MPPL. As ações estratégicas compreenderam: 1. Ingresso de professores colaboradores – processo seletivo; 2. Monitoramento da produção docente e discente pelo Extrato Lattes; 3. Avaliação periódica das disciplinas e docentes pelos alunos. Além disso, o Colegiado revê, sistematicamente, as

Relatório de Dados Enviados do Coleta

regras de credenciamento e descredenciamento de docentes, de forma a se adequar aos requisitos de avaliação Capes. (Plano e ações estratégicas do PPG-Cefor disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>).

As ações e as características do corpo docente do Programa serão detalhadas a seguir, conforme itens de Ficha de Avaliação:

* FA 1.2.1: Composição, formação e dedicação do Corpo Docente

Ao longo do quadriênio 2021-2024, a composição do corpo docente do MPPL passou por ajustes estratégicos, seguindo as diretrizes da Política de Autoavaliação e do Regulamento de Credenciamento, Descredenciamento e Enquadramento de Docentes. O ano letivo de 2021 iniciou com 17 docentes permanentes (81%) e 4 colaboradores (19%). Ao final do ano, a avaliação da produção técnico-científica resultou na reorganização dos grupos de docentes, homologada na 66ª Reunião do Colegiado, e no descredenciamento de um docente da Linha 1, a pedido. Em 2022, prevendo futuras aposentadorias e visando à recomposição do quadro docente, foi realizado um processo seletivo para professores colaboradores, conforme Regulamento nº 01 – CD, de 29 de agosto de 2022 (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/processo-seletivo/credenciamento-docentes/2022-credenciamento-docentes/processo-seletivo-regulamento-2022>), com quatro vagas – duas para a Linha 1 e duas para a Linha 2. Três docentes assumiram suas funções em novembro de 2022, e o quarto aprovado tomou posse em agosto de 2023, período em que também ocorreu o descredenciamento de um docente da Linha 1 e a aposentadoria de um docente da Linha 2. Com essas alterações, ao final de 2022, a composição do corpo docente passou a 16 docentes permanentes (67%) e 8 colaboradores (33%), e ao final de 2023, a estrutura foi ajustada para 15 docentes permanentes (65%) e 8 colaboradores (35%). No ano seguinte, em 2024, um novo processo avaliativo foi conduzido e homologado na 86ª Reunião do Colegiado, resultando no desligamento de dois docentes e na consolidação do quadro com 17 docentes permanentes (81%) e 4 colaboradores (19%).

Ao longo do período, a distribuição de docentes por linha de pesquisa manteve-se equilibrada, fechando o quadriênio com 6 professores na Linha 1, 7 na Linha 2 e 7 na Linha 3, assegurando a diversidade temática e metodológica do Programa. Todos os docentes, permanentes e colaboradores, são doutores com dedicação de 40 horas à Câmara dos Deputados e, no mínimo, 10 horas ao MPPL (FA 1.2.1.b; 1.2.1.c). Além disso, o programa respeitou a exigência da Área de Ciência Política e Relações Internacionais (CP&RI), que determina um mínimo de 60% de docentes permanentes em programas de mestrado profissional (FA 1.2.1.c). Essas ações garantiram a continuidade e estabilidade da equipe docente, fortalecendo a qualidade acadêmica e a capacidade do MPPL de oferecer formação qualificada e alinhada às necessidades institucionais do Poder Legislativo.

*FA 1.2.2: Avaliação da experiência do corpo docente

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Ressalta-se, mais uma vez, que o corpo docente (permanentes e colaboradores) do MPPL é integralmente composto por servidores efetivos da Câmara dos Deputados, doutores, com constante atuação profissional e acadêmica na área objeto do curso: Poder Legislativo (FA 1.2.2.a; 1.2.2.b). A divisão dos docentes pelas três linhas de pesquisa se baseia na atuação profissional de cada professor nos órgãos da Câmara dos Deputados, formação acadêmica e projetos de pesquisa em andamento (currículos, áreas de interesse e projetos em andamento disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/corpo-docente>).

Fica evidente, também, que a totalidade dos docentes atua e tem experiência em assessoria à instituição Câmara dos Deputados (FA 1.2.2.c), seja na área de Consultoria Legislativa, na alta administração da Casa ou em setores ligados às suas áreas de pesquisa e formação. Como exemplos mais evidentes, podem ser citados os docentes:

- André Rehbein Sathler Guimarães: Chefe de Gabinete da Liderança do PSB (de 01/02/2023 a 02/08/2023).
- Cristiane Brum Bernardes: Assessora técnica do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP) da Câmara dos Deputados.
- Fábio de Barros Correia Gomes: Consultor Legislativo na área de Saúde Pública e Sanitarismo.
- Giovana Dal Bianco Perlin: Assistente de Gabinete do Primeiro Vice-Presidente (de 04/03/2021 a 02/05/2023); Assistente de Gabinete da Liderança do PSD (de 03/05/2023 a 12/09/2023).
- João Luiz Pereira Marciano: Secretário de Controle Interno (de 23/08/2017 a 27/09/2021); Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão da Diretoria-Geral (de 23/03/2022 a 30/01/2023); e Diretor do Centro de Documentação e Informação (de 31/01/2023 até o presente).
- Leonardo Augusto de Andrade Barbosa: Secretário-Geral da Mesa (de 23/05/2018 a 09/02/2021); Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Interlegis) (de 25/05/2021 a 01/02/2023).
- Maurício Schneider: Consultor Legislativo na área de Meio Ambiente e Direito Ambiental, Organização Territorial, Desenvolvimento Urbano e Regional.
- Nelson Gomes dos Santos Filho: Diretor do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (de 06/04/2022 a 12/05/2024).
- Ricardo Chaves de Rezende Martins: Consultor Legislativo na área de Educação, Cultura e Desporto.
- Valério Augusto Soares de Medeiros: Chefe da Seção de Planejamento do Espaço Físico (de 21/05/2014 a 01/09/2024).

Além de assessoria direta à Câmara dos Deputados, docentes do PPG-Cefor também atuam e/ou atuaram em instituições governamentais e não-governamentais e em apoio a associações científicas (FA 1.2.2.c). No ano de 2018, o docente Nelson Gomes dos Santos Filho foi convidado a integrar o Governo do Distrito Federal como Secretário Adjunto de Projetos Estratégicos devido a sua experiência e pesquisa na área de Administração e Políticas Públicas. A docente Cláudia Regina Fonseca Lemos foi presidente da Associação Brasileira de Comunicação Pública (de 2020 a 2024), órgão que reúne e representa os comunicadores da área pública-governamental e do terceiro setor. O coordenador do Programa de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Mestrado, docente Fabiano Peruzzo Schwartz, tem atuado regularmente, junto à Capes, nas atividades e reuniões dos coordenadores da Área de Ciência Política e Relações Internacionais. Ademais, em 2024, compôs o grupo de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCNs) de CP&RI. O docente Valério Augusto Soares de Medeiros é membro da Câmara de Assessoramento Científico da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) na grande área de Ciências Sociais Aplicadas desde 2016. Os docentes Roberto Campos da Rocha Miranda e Antonio Teixeira de Barros integram comitês assessores da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp) e da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), respectivamente, com atuação em consultoria para avaliação de projetos de pesquisas.

Destaca-se, por fim, que 100% dos docentes do PPG-Cefor têm experiência como coordenadores e/ou integrantes de projetos de pesquisa com estreita relação com as linhas de pesquisa do MPPL às quais integram, sendo que 92% atuaram e/ou atuam em projetos financiados pela Câmara dos Deputados ou instituições como European Research Council, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) (FA 1.2.2.a; 1.2.2.c). Além disso, dez GPEs (90%) da Câmara dos Deputados são coordenados por docentes do PPG-Cefor, deixando clara a vocação do corpo docente do Programa em pesquisa direcionada para a área de concentração do MPPL, o Poder Legislativo (FA 1.2.2.a).

Diante do exposto, fica evidente que 100% dos docentes do MPPL possuem a experiência requerida no item 1.2.2, com projetos de pesquisa e atuação junto a instituições relacionadas à área de concentração Poder Legislativo e à vocação do PPG-Cefor.

* FA 1.2.3: Aderência dos projetos de pesquisa e da produção intelectual destacada por cada docente permanente (até 4 por docente conforme o número de anos no quadriênio de vinculação ao Programa) à proposta do programa, considerando a(s) área(s) de concentração e suas respectivas LP/A.

A vocação do corpo docente para pesquisas que respondem aos objetivos institucionais da Câmara dos Deputados e de formação do MPPL pode ser constatada sob diversas perspectivas, a começar dos grupos e projetos de pesquisa, já relatados em item anterior (FA 1.1.1), uma vez que os respectivos objetivos se encaixam nos tópicos de interesse das três linhas de pesquisa do Programa, a saber Gestão Pública e suas dimensões (estratégia, pessoas, processos, tecnologias, finanças, segurança, espaço físico, infraestrutura), Processos Políticos e as funções legiferante, de controle e de representação da sociedade típicas do Poder Legislativo, e Política Institucional em suas vertentes informativas e comunicativas. Assim, as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos grupos de pesquisa resultam na produção de conhecimento relevante sobre o campo de estudos legislativos, aproximam corpo docente e discente e subsidiam a instituição na condução de seu trabalho.

O PPG-Cefor, desde os primeiros anos de existência, fomenta e apoia Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs) cujo objeto de estudo é o Poder Legislativo (conforme determina a mais recente Portaria nº6/2025

Relatório de Dados Enviados do Coleta

da Câmara dos Deputados - <https://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2025/portaria-6-20-janeiro-2025-796918-publicacaooriginal-174199-cd-dg.html>). Nove dos dez grupos em atividade ao final de 2024 eram coordenados por docentes do Programa com pesquisas aderentes às linhas que integram. São eles:

- Ciência de Dados Aplicada ao Estudo do Poder Legislativo: abordagem computacional e métodos de análise

Coordenação: Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz, docente permanente – Linha 1
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9712095383739020>).

- Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social

Coordenação: Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros, docente permanente – Linha 3
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4854827803749216>)

- Estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos brasileiros

Coordenação: Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes, docente permanente – Linha 3
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9835559732655060>)

- Informação política: interfaces contemporâneas

Coordenação: Prof. Dr. Thiago Gomes Eirão, docente permanente – Linha 1
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4452777451319667>)

- O Legislativo e a Política de Saúde no Brasil

Coordenação: Prof. Dr. Fábio de Barros Correia Gomes, docente colaborador – Linha 2
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9741799695481463>)

- O Poder do Espaço: variáveis espaciais em Casas Legislativas

Coordenação: Prof. Dr. Valério Augusto Soares de Medeiros, docente permanente – Linha 1
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0915788190385444>)

- Gênero e Representação Política

Coordenação: Profa. Dra. Giovana Dal Bianco Perlin, docente permanente – Linha 2
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3026134168765699>)

- Comunicação na Câmara dos Deputados: perspectivas após 20 anos de mídias

Coordenação: Profa. Dra. Cláudia Regina Fonseca Lemos, docente permanente – Linha 3
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1980519706474298>)

- Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Coordenação: Prof. Dr. Fabio de Barros Correia Gomes e Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins, docentes colaboradores – Linha 2
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/768240>)

Além da participação nos GPEs ativos da Câmara dos Deputados, durante o quadriênio, os docentes do PPG-Cefor também integraram e coordenaram pesquisas nacionais e internacionais dentro e fora do contexto institucional, tendo o Poder Legislativo como foco ou interesse de estudo. Como exemplos, é possível citar:

- A Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures (School of Oriental and African Studies - SOAS da University of London), em atividade, integrado pela docente Cristiane Brum Bernardes – Linha 3;

Relatório de Dados Enviados do Coleta

- Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD), em atividade, integrado pelos docentes André Rehbein Sathler Guimarães, Antonio Teixeira de Barros, Cristiane Brum Bernardes, Cristiano Ferri Soares de Faria e Malena Rehbein Rodrigues Sathler – Linha 3.
- Global Research Network on Parliaments and People (SOAS/ Universidade de Londres), em atividade, integrado pela docente Cristiane Brum Bernardes – Linha 3;
- Ash Center for Democratic Governance and Innovation da Universidade de Harvard, em atividade, integrado pelo docente Cristiano Ferri Soares de Faria – Linha 3.
- Observatório da LGPD-UnB, em atividade, integrado pela docente Shana Schlottfeldt Santos – Linha 2.
- Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações (GETEL/UnB/CNPq), em atividade, integrado pela docente Shana Schlottfeldt Santos – Linha 2.

Ainda no contexto dos projetos de pesquisa e da atuação profissional dos docentes do PPG-Cefor, a produção intelectual acumulada no quadriênio é representativa da vocação do Programa em atender o Poder Legislativo em suas diversas áreas de interesse. A seleção de até quatro produções por docente permanente (69 produções destacadas de um total de 24 docentes contemplados) espelha essa vocação, tendo sido amparada por cinco critérios fundamentais: relevância do conteúdo à área de concentração Poder Legislativo; teor inovativo e impacto social/econômico; contribuição para políticas públicas; diversidade de tipos e subtipos de produção, combinando pesquisa de base e aplicada; e representatividade das linhas de pesquisa. O mosaico de produções resultante revela a diversidade e o equilíbrio entre produtos bibliográficos e técnico-tecnológicos (PTT) do MPPL, correspondendo aos objetivos de um mestrado profissional, cuja missão é formar profissionais capazes de produzir conhecimento e intervir na instituição de forma a solucionar problemas complexos. Essa trajetória de pesquisa conduzida pelo corpo docente é inserida no contexto da sala de aula e das orientações, sendo determinante na formação de discentes e egressos com o perfil almejado.

Portanto, foram indicadas produções bibliográficas com elevada relevância e contribuição para o campo de estudos legislativos, como o artigo DEPOIS DE ELEITAS: OS DESAFIOS DE DEPUTADAS FEDERAIS PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO, publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos, pelo professor Antônio Teixeira de Barros, e o artigo DISCURSOS DE DEPUTADAS FEDERAIS SOBRE MULHERES: ESPAÇO INSTITUCIONAL E MÍDIAS SOCIAIS, publicado na Revista de Estudos Feministas, pela professora Cristiane Brum Bernardes. Outro exemplo são os artigos de autoria conjunta de docentes do MPPL, como PERCEPÇÕES SOCIAIS SOBRE A CORRUPÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: PRÁTICAS CORRUPITAS VERSUS ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE, de Antônio Teixeira de Barros, André Rehbein Sathler Guimarães e Malena Rehbein Rodrigues Sathler, publicado na revista Colombia Internacional, e DIGITAL MANDATES AND THEIR MANAGEMENT: STRATEGIES FOR USAGE OF SOCIAL MEDIA BY BRAZILIAN FEDERAL LEGISLATORS, de Antônio Teixeira de Barros, Cristiane Brum Bernardes, Cristiano Ferri Soares de Souza e Elisabete Busanello, publicado na revista Parliamentary Affairs (Oxford Academic). Destaca-se, também, que a autora Elisabete Busanello é egressa do MPPL. Os temas abordados nos artigos citados têm aderência com a área de concentração Poder Legislativo, especialmente nas vertentes de Processos Políticos e Política Institucional, trazendo análises de conteúdo,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

legislativa e organizacional, o que fortalece a reflexão crítica sobre o funcionamento do Legislativo e seus desafios contemporâneos, contribuindo para o aprimoramento das práticas institucionais e legislativas.

O trabalho conjunto em pesquisa e publicação é uma característica do PPG-Cefor, que se empenha na construção de parcerias sólidas e efetivas com outros centros de pesquisa. Em esforço de produção que demonstra forte aderência à proposta do Programa, a docente Cristiane Brum Bernardes organizou, em conjunto com pesquisadores da UFMG, UFPR e UnB, o livro **PARLAMENTO DIGITAL: CONCEITOS E PRÁTICAS**, publicado pela Editora UnB. O livro tematiza diferentes aspectos dos processos de digitalização no ambiente institucional representativo, destacando o uso crescente da internet por atores políticos no século XXI. No Parlamento, essa tendência reflete a expansão da chamada Democracia Digital, na qual representantes, instituições e cidadãos utilizam plataformas digitais para influenciar decisões políticas. A inserção das mídias sociais na esfera legislativa nas últimas décadas trouxe novas dinâmicas e desafios para a relação entre casas legislativas e sociedade, tornando essencial a análise dessas transformações. Dois capítulos mereceram destaque entre a produção docente, como **DEMOCRACIA HÍBRIDA: NOVAS POSSIBILIDADES DE DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA**, escrito por André Rehbein Sathler Guimarães e Malena Rehbein Rodrigues Sathler; **ROBÔS POLÍTICOS: COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODE FACILITAR A INTERAÇÃO ENTRE CIDADÃOS E PARLAMENTARES**, escrito por Cristiano Ferri Soares de Faria.

Parceria profícua entre o PPG-Cefor, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e a UnB resultou na realização do **SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR SOBRE O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E XI JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, organizado por Luciano Irineu de Castro (IMPA), Maurício Soares Bugarin (UnB) e Fabiano Peruzzo Schwartz (Cefor). O evento reuniu especialistas de diferentes áreas, como Ciência Política, Economia e Matemática, para debater temas centrais sobre o funcionamento do sistema político brasileiro. A programação incluiu autoridades e acadêmicos renomados, como o Ministro Luís Roberto Barroso, os deputados federais Joenia Wapichana, Talíria Petrone e Júlio Lopes, os juristas Ives Gandra Martins e Modesto Carvalhosa, os cientistas políticos Barry Ames (University of Pittsburgh), David Samuels (University of Minnesota) e Fernando Schüller (Insper), além da presença institucional de Márcia Abrahão Moura, reitora da UnB, Marcelo Viana, diretor-geral do IMPA, e Celso de Barros Correia Neto, diretor-geral da Câmara dos Deputados. A mesa de abertura, composta por esses líderes acadêmicos e institucionais, ressaltou a importância da parceria entre o Legislativo e a academia para o avanço da pesquisa aplicada e a melhoria da governança democrática. As mesas temáticas e apresentações de pesquisas abordaram desde a dinâmica das coalizões partidárias e financiamento de campanhas até a representação feminina e o impacto das mídias sociais na radicalização política, promovendo olhar abrangente sobre os desafios do sistema político brasileiro. Destacam-se os capítulos de autoria do professor Fabiano Peruzzo Schwartz, que analisam, respectivamente, o comportamento das coalizões partidárias (**Indicador de Similaridade do Discurso Parlamentar: Análise do Comportamento das Coalizões Partidárias**) e a influência de grupos de interesse na Câmara dos Deputados (**Redes de Políticas Públicas e Governança: A Participação de Grupos de Interesse na Câmara dos Deputados**). A realização de evento interdisciplinar com essa abrangência

Relatório de Dados Enviados do Coleta

contribui para a formação de gestores públicos, legisladores e pesquisadores, possibilitando que debates acadêmicos se convertam em instrumentos de aprimoramento da governança legislativa, consolidando sua contribuição para o fortalecimento da democracia e o aperfeiçoamento das instituições políticas no Brasil.

Colaborações diretas entre pesquisadores do PPG-Cefor e de outras instituições resultaram em produções destacadas, como o livro DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS COMENTADA, dos autores André Rehbein Sathler Guimarães (docente Cefor) e Renato Soares Peres Ferreira (então Diretor de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública). Dos mesmos autores, destaca-se o livro 170 TERMOS PARA ENTENDER ELEIÇÕES. Também são frutos desse tipo de parceria: o artigo A PERCEPÇÃO E O DISCURSO DE JOVENS BRASILEIROS SOBRE OS PARTIDOS ECOLÓGICOS, dos pesquisadores Antonio Teixeira de Barros (Cefor) e Isabele Batista Mitozo (UFMA); o artigo A ÉTICA NAS POLÍTICAS E NAS PESQUISAS SOBRE COMUNICAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO dos pesquisadores Antonio Teixeira de Barros (Cefor), Claudia Regina Fonseca Lemos (Cefor) e Armando Medeiros de Faria, da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública); o livro COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA PRÁTICA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: EXPERIÊNCIAS, FENÔMENOS E DESAFIOS PARA AS INSTITUIÇÕES, organizado pelos pesquisadores Caroline Casali (UFPEL), Claudia Regina Fonseca Lemos (Cefor), Grazielle de Albuquerque Moura Paiva (UFC), Isabele Batista Mitozo (UFMA), Maria Paula Almada e Silva (INCT-DD) e Michele Goulart Massuchin (UFPR); o livro COMUNICAÇÃO PÚBLICA, CIDADANIA E INFORMAÇÃO: DEBATES DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, organizado por Claudia Regina Fonseca Lemos (Cefor), Ana Paula Costa de Lucena (UFPE) e Antonio Teixeira de Barros (Cefor); o artigo TENTÁCULOS, BLOCOS E EIXOS, dos pesquisadores Lina Martins de Carvalho (UFS), Valerio Augusto Soares de Medeiros (Cefor), Romulo Jose da Costa Ribeiro (UnB) e Marecilda Sampaio da Rocha (UnB).

Igualmente valorizadas pelo PPG-Cefor são as produções conjuntas entre docentes, discentes e egressos: o artigo PADRÕES DE COMPETIÇÃO POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS, ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL DE 2014 E 2018, escrito por André Rehbein Sathler Guimarães (docente) e Vinicius Augusto Sacramento Ferreira (egresso); o artigo EL DEBATE PARLAMENTARIO SOBRE LA DESTITUCIÓN DE DILMA ROUSSEFF: LA PALABRA DE LAS SENADORAS BRASILEÑAS, escrito por Myrian Violeta Cavallhero (egressa) e Antonio Teixeira de Barros (docente e orientador), que é produção vinculada ao TCC de Myrian; o artigo APRENDIZAGEM DE MÁQUINA E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DO SENADO FEDERAL: ANÁLISE DE SOBREPREENÇO, escrito por Rubens Vasconcellos Terra Neto (egresso) e Fabiano Peruzzo Schwartz (docente e orientador), que é produção vinculada ao TCC do Rubens; o artigo INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESEMPENHO DO IDEB EM PERNAMBUCO, escrito por Carlos Rafael de Aguiar Nery (egresso), Alexandre Lin (egresso) e Fabiano Peruzzo Schwartz (docente); a organização do livro O FUTURO DA TV: 25 ANOS DA TV CÂMARA, por Alessandra Marquez Anselmo, Claudia Regina Fonseca Lemos (docente) e Lincon Macario Maia (egresso); o artigo TRIPLE IDENTITY IN CONFLICT: ETHNOGRAPHY IN LEGISLATIVE MEDIA AND ITS POSSIBILITIES, escrito por Cristiane Brum

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Bernardes (docente e orientadora) e Sarah Albertina Cerqueira Nunez (egressa); o artigo CONTROVÉRSIAS POLÍTICAS EM REDE: O USO DE MÍDIAS SOCIAIS PELOS DEPUTADOS FEDERAIS BRASILEIROS PARA ATUAÇÃO EM DEBATES POLÊMICOS, escrito por Antonio Teixeira de Barros (docente), Cristiane Brum Bernardes (docente), Cristiano Ferri Soares de Faria (docente) e Elisabete Busanello (egressa); o artigo PRESENÇA PARLAMENTAR NAS MÍDIAS SOCIAIS: A ESTRUTURAÇÃO DOS MANDATOS DIGITAIS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, escrito por Antonio Teixeira de Barros (docente), Cristiane Brum Bernardes (docente), Cristiano Ferri Soares de Faria (docente); o artigo INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E CORRELATAS: COMO CONCEITUAR?, escrito por Roberto Campos da Rocha Miranda (docente) e Ricardo de João Braga (docente).

Foram merecedoras de destaque as iniciativas destinadas à área de educação, que impactaram a sociedade com produtos voltados para a educação básica, capacitação de profissionais do Poder Legislativo municipal, regional e nacional e ferramenta para uso por programas de pós-graduação da Área de Ciência Política e Relações Internacionais. Ressalta-se que a Câmara dos Deputados, em aderência ao seu Planejamento Estratégico (Diretriz 6 – Cidadania: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-estrategica-na-camara-dos-deputados/diretrizes-estrategicas-2012-2023/diretriz-6-cidadania>) e por meio do Cefor, planeja e executa as atividades relacionadas à educação legislativa, atingindo públicos que variam da educação básica à pós-graduação (<https://www.camara.leg.br/escola-da-camara/>). No âmbito do PPG-Cefor, a área é amparada pela linha de pesquisa de Política Institucional, que estuda estratégias de ampliação e/ou melhoria da participação e da representação políticas. O já mencionado livro DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS COMENTADA apresenta uma análise detalhada do documento fundamental adotado pela Organização das Nações Unidas em 1948, que definiu os direitos e liberdades fundamentais para todas as pessoas e consolidou um ideal de justiça e igualdade entre os povos, influenciando diretamente sistemas jurídicos e políticas públicas ao redor do mundo. O livro busca aproximar esse importante documento do público geral, especialmente estudantes e aqueles que desejam compreender melhor os direitos humanos e sua aplicação. Também o livro 170 TERMOS PARA ENTENDER ELEIÇÕES é uma contribuição essencial para a compreensão do processo eleitoral brasileiro, apresentando de forma clara e acessível conceitos fundamentais para que os cidadãos possam exercer seu direito ao voto de maneira informada. O livro reforça a importância do voto como pilar do Estado Democrático, promovendo o conhecimento como instrumento para qualificar o debate público e fortalecer a participação política. Além disso, a obra serviu de base para curso de curta duração sobre eleições e política, ministrado em unidade prisional para menores infratores no Distrito Federal. Dessa forma, a publicação reafirma o compromisso da Câmara dos Deputados com o aperfeiçoamento da democracia e a educação cidadã. Ainda a publicação do livro 200 TERMOS PARA ENTENDER DIREITOS HUMANOS, organizado por André Rehbein Sathler (docente), Geraldo Leite, Giovana Dal Bianco Perlin (docente) e Renato Soares Peres Ferreira, representa uma contribuição fundamental para a educação e difusão de conceitos essenciais sobre direitos humanos, promovendo a conscientização e o combate à desinformação em um tema frequentemente alvo de debates polarizados. Os dois últimos livros fazem parte da Linha Cidadania da Coleção “Para Entender”, publicada pela Câmara dos Deputados, reafirmando o compromisso do

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Parlamento com a promoção da igualdade, inclusão e respeito à diversidade.

Ainda na área de educação, destaca-se o livro **INVESTIMENTO FEDERAL E ENSINO SUPERIOR PRIVADO: ANÁLISE ESTRATÉGICA E DESDOBRAMENTOS PARA POLÍTICAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSIVAS DE FINANCIAMENTO**, do Consultor Legislativo e docente Ricardo Chaves de Rezende Martins, que apresenta uma análise detalhada sobre o financiamento da educação superior no Brasil, com ênfase no papel do governo federal no apoio aos estudantes do setor privado. A obra examina os desafios estruturais da educação superior, a relação entre economia e demanda educacional, e os principais programas de financiamento estudantil, como Prouni, Fies, CEBAS e Proies. O autor discute a importância do financiamento público para a ampliação da titulação de profissionais no país, avaliando a efetividade e qualidade dos investimentos realizados. A análise culmina na apresentação de elementos para a formulação de uma nova política de financiamento estudantil, baseada em critérios de sustentabilidade e inclusão. O livro contribui para o debate sobre políticas públicas educacionais, oferecendo um panorama detalhado do impacto do investimento federal na formação superior e propondo caminhos para um modelo mais eficiente e equitativo.

Já em auxílio a coordenadores e pró-reitores de cursos de pós-graduação, especialmente os da Área de CP&RI, o docente Fabiano Peruzzo Schwartz inovou ao produzir a ferramenta **EXTRATO LATTES 2021-2024** (https://github.com/Cefor/extratolattes_2021_2024). O instrumento nasceu da necessidade de se obter uma visão detalhada da produção técnico-científica de docentes, discentes e egressos como forma de subsidiar a condução de ações orientadas ao alcance dos objetivos do PPG-Cefor, solução que se enquadra na linha de pesquisa relacionada à Gestão da Casa e na solução de problemas complexos. O Extrato Lattes representa auxílio significativo na gestão da produção acadêmica, proporcionando uma solução eficiente e sistemática para o acompanhamento do desempenho de docentes, discentes e egressos em programas de pós-graduação stricto sensu. A ferramenta permite a extração periódica de dados do Currículo Lattes para auxiliar na preparação dos PPGs para avaliação da Capes e na identificação de ajustes necessários para melhorar o desempenho acadêmico dos programas. Desenvolvida na linguagem R e com código aberto para livre uso, esse recurso auxilia o preenchimento de informações na plataforma Sucupira, garantindo maior precisão na avaliação institucional. Nesta segunda versão, a ferramenta inova ao focar na qualificação, pelos autores, das produções bibliográficas e técnico-tecnológicas. Esse processo se dá pelo preenchimento de planilha ou formulário específico que replica os campos constantes na plataforma Sucupira, facilitando o trabalho das coordenações de PPGs durante as coletas anuais. A primeira versão foi apresentada na Escola de Guerra Naval, UNICAMP, UEM, sendo aplicada, em certa medida, por essas instituições. Tanto a primeira versão quanto a atual foram utilizadas e aprimoradas pelo professor Paulo Pagliosa (UFSC), que expandiu sua aplicabilidade para diferentes programas de pós-graduação, tornando-a ainda mais acessível para coordenadores e gestores acadêmicos. Esse reconhecimento comprova a utilidade prática e o impacto positivo da ferramenta na administração dos PPGs.

Gerar conhecimento que subsidie a confecção de políticas públicas é outro objetivo do MPPL contemplado

Relatório de Dados Enviados do Coleta

pela produção dos docentes. Nesse sentido, o docente Carlos David Carneiro Bichara produziu o relatório técnico CONTRIBUIÇÕES A UM PROJETO NACIONAL DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, que apresenta um diagnóstico sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, analisando o problema, as políticas públicas existentes e propondo intervenções para seu enfrentamento. O estudo destaca a gravidade da violação de direitos humanos, explorando definições, tipos de violência, fatores de risco e dados estatísticos. As informações coletadas indicam que a maioria dos casos ocorre no ambiente doméstico e é cometida por indivíduos próximos à vítima, ressaltando a necessidade de políticas eficazes de prevenção e combate. A análise das políticas públicas inclui uma avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, das ações governamentais em nível federal e das iniciativas legislativas do Congresso. O estudo aponta desafios como a falta de coordenação entre as políticas e a insuficiência de medidas preventivas. Como resposta, propõe uma reforma na governança do tema, incluindo a criação de uma Câmara Interministerial da Criança e do Adolescente e o fortalecimento de políticas preventivas baseadas em experiências nacionais e internacionais bem-sucedidas. O documento busca fomentar o debate e aprimorar as estratégias de proteção da infância e adolescência no país.

As notas técnicas da Consultoria Legislativa (Conle) da Câmara dos Deputados servem como instrumentos de análise e assessoramento técnico para subsidiar parlamentares, comissões e órgãos da Casa na formulação, avaliação e aperfeiçoamento de políticas públicas e iniciativas legislativas. Esses documentos auxiliam na tomada de decisões informadas, garantindo que projetos de lei, medidas provisórias, emendas e demais proposições legislativas sejam analisados com base em fundamentos técnicos, jurídicos e econômicos.

Nesse sentido, vale destacar nota técnica produzida pelo docente Fábio de Barros Correia Gomes, que apresenta um panorama das atividades de monitoramento de políticas públicas com a participação da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, subsidiando o módulo correspondente do projeto O Legislativo e a Avaliação de Políticas Públicas (PLAPP). O documento detalha seis experiências de monitoramento já identificadas, incluindo o Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o Observatório Nacional da Mulher na Política e o Plano Nacional de Educação. Além dessas, a nota destaca novas iniciativas relacionadas ao Plano Plurianual 2024-2027, avaliadas em parceria com a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira e o Senado Federal, ressaltando seu potencial para aprimorar o monitoramento legislativo. O documento também incorpora um levantamento de referências internacionais realizado pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, ampliando o embasamento teórico sobre monitoramento de políticas públicas. A importância da identificação contínua de novas atividades de monitoramento na Câmara dos Deputados e o fortalecimento das bases teóricas do PLAPP promovem uma governança mais eficiente e baseada em evidências. Com isso, a nota técnica reforça a necessidade de aprimorar a coordenação entre as consultorias legislativas e o uso de ferramentas analíticas para aprimorar o acompanhamento da execução e impacto das políticas públicas no Brasil.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Também as notas descritivas da Conle servem como instrumento de informação e esclarecimento, fornecendo um panorama sobre determinado assunto, legislação ou política pública. Por meio da organização e disponibilização de informações de maneira clara e acessível para os parlamentares e suas assessorias, as notas descritivas são úteis para embasar debates e decisões.

Aqui são destacadas as notas descritivas assinadas pelo docente Maurício Schneider e suas contribuições. A Nota Descritiva nº 1.276/2024 apresenta uma análise detalhada da Medida Provisória nº 1.276/2024, que altera as Leis 7.797/1989 e 14.944/2024 para fortalecer as ações de prevenção e combate a incêndios florestais no Brasil. A MP estabelece a inclusão de emendas parlamentares como fonte de financiamento do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), permitindo a transferência direta de recursos para estados e municípios sem a necessidade de convênios. Além disso, condiciona a liberação dos valores à declaração de emergência ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, bem como à aprovação de planos operativos, conforme previsto na Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo. A justificativa da MP enfatiza o aumento da frequência e intensidade dos incêndios florestais, especialmente na Amazônia, Cerrado e Pantanal, demandando uma coordenação mais eficiente entre os governos federal e locais. As Notas Descritivas nº 1.219/2024 e nº 1.250/2024 analisam as Medidas Provisórias nº 1.219/2024 e nº 1.250/2024, que instituem apoio financeiro emergencial para famílias desalojadas ou desabrigadas nos municípios do Rio Grande do Sul afetados por eventos climáticos extremos. Ambas as MPs garantem um pagamento único de R\$ 5.100,00 por família, ampliando a cobertura do auxílio a diferentes períodos de decretação de calamidade pública ou emergência reconhecida pelo governo federal. As notas descritivas detalham os critérios de elegibilidade, os mecanismos de concessão e as emendas parlamentares apresentadas, que incluem propostas de ampliação do benefício para microempresários, isenção de impostos para áreas afetadas e prioridade para famílias com pessoas com deficiência. Os documentos oferecem um panorama completo das MPs, evidenciando o esforço legislativo para mitigar os impactos socioeconômicos dos desastres naturais na região.

Por fim, a busca permanente por soluções inovadoras e transformadoras de processos de trabalho levou ao destaque da produção técnico-tecnológica MODELO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PARA O MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO NO FORMATO LATEX/OVERLEAF. Trata-se de modelo (template) desenvolvido na linguagem LaTeX (linguagem de marcação para a composição de textos científicos e técnicos), usando o editor Overleaf, que automatiza a formatação dos TCCs, assegurando conformidade com as normas acadêmicas e permitindo que os discentes concentrem seus esforços no conteúdo e na qualidade científica do trabalho (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes>). De forma geral, o uso do LaTeX via Overleaf oferece alta conformidade com as normas da ABNT, gerenciamento automático de citações e referências, posicionamento padronizado e automático de figuras, gráficos, quadros e tabelas, e estilo editorial refinado, com diagramação refinada, padronização tipográfica e organização visual que garantem um produto final profissional e esteticamente agradável. Em 2024 foi publicada nova versão do modelo LaTeX contemplando as atualizações das normas da ABNT. Ao

Relatório de Dados Enviados do Coleta

todo, o modelo segue as diretrizes de sete normas da ABNT, além de uma do IBGE, um conjunto complexo e detalhado que exigiria tempo significativo de estudo e aplicação. Com o Overleaf, esse esforço é substituído por um fluxo de trabalho intuitivo e eficiente, no qual o aluno precisa apenas inserir o conteúdo, enquanto o sistema se encarrega da padronização automática. Essa inovação representa um avanço significativo na qualidade da produção acadêmica do MPPL, assegurando um alto nível de aderência às normas com mínimo esforço por parte dos discentes. Essa versão também foi publicada na galeria de templates do Overleaf (<https://www.overleaf.com/latex/templates/modelo-de-tcc-para-o-mppl-modalidade-dissertacao-v3-dot-0-31-12-2024/wdnmgpkkgghys>), que constitui uma rede para a transferência de conhecimento para a sociedade acadêmica e civil em âmbito nacional e internacional. (FA 3.3.2)

Já a PRODUÇÃO, ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DOS CADERNOS TEMÁTICOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ARQUIVOS DE REFERÊNCIA/XREF) (ANO DE REFERÊNCIA 2024), do docente Valério Augusto Soares de Medeiros, busca, de forma inovadora, estabelecer normas de uso e ocupação no conjunto edificado da Câmara para melhorar a acessibilidade, a circulação interna e o desempenho laboral de funcionários ou visitantes que integram a sociedade-Câmara. A atualização contínua dos registros espaciais da instituição, baseada em normas da ASBEA e da ABNT, contribui para a disseminação de boas práticas de arquitetura legislativa e gestão de infraestrutura pública.

Considerando os 69 produtos destacados entre 24 docentes permanentes, apresentou-se aqui apenas uma amostra da produção intelectual do MPPL. Voltados à pesquisa aplicada sobre o Poder Legislativo e à solução de problemas complexos da Câmara dos Deputados, os docentes acumulam expressiva produção técnico-científica, com aderência às três linhas do PPG.

1.3 Planejamento estratégico do Programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica ou artística.

O planejamento do PPG-Cefor se dá por regras de governança estruturada com base em múltiplos referenciais estratégicos, garantindo alinhamento institucional e excelência acadêmica (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>). As diretrizes estratégicas da Câmara dos Deputados e as orientações Capes estabelecem os fundamentos para a definição dos objetivos e prioridades do programa. Além disso, a governança é fortalecida por avaliações externas conduzidas por especialistas na área ou por consultorias especializadas, que oferecem análises independentes e qualificadas sobre o desempenho do programa. Esses elementos, somados à Política de Autoavaliação (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/politica-de-autoavaliacao>), constituem os principais insumos para a elaboração e o acompanhamento do Plano Estratégico do programa. Esse plano orienta o desenvolvimento de ações e iniciativas voltadas para a melhoria contínua, garantindo que as atividades do PPG-Cefor estejam em sintonia com as exigências acadêmicas e institucionais, além de responderem de forma eficaz às demandas do contexto legislativo e educacional.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Os Planos Estratégicos do Programa de Pós-Graduação do Cefor – período 2021-2024 e período 2025-2028 estão disponíveis na página da internet do Programa (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024> e <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2025-2028>). Os planos localizam o Programa como parte do mapa estratégico do Cefor, órgão da Câmara dos Deputados instituído em 1997 com a missão de promover a educação legislativa e prover a Câmara dos Deputados de um quadro de servidores qualificados, com vistas ao fortalecimento da democracia com foco no Poder Legislativo. No contexto do Planejamento Estratégico do Cefor, o Programa contribui nas perspectivas de “Papel institucional”, “Público-alvo”, “Processos internos” e “Pessoas, recursos e tecnologia”, com ênfase no cumprimento dos objetivos “Promover a produção e disseminação do conhecimento” e “Alinhar ações de pós-graduação aos critérios de avaliação do MEC e da Capes” (FA 1.3.1.b). Dessa forma, o PPG-Cefor insere-se, também: (1) nas diretrizes do Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023 da Câmara dos Deputados, com especial atenção ao subitem 7.4 da Diretriz 7 - Gestão: “Promover a gestão de pessoas baseada em efetividade, ética, cooperação, desenvolvimento contínuo, equidade, mérito, responsabilidade socioambiental e saúde integral” (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-estrategica-na-camara-dos-deputados/diretrizes-estrategicas-2012-2023>) (FA 1.3.1.b); (2) no Ciclo de Gestão Estratégica 2025-2032 (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-estrategica-na-camara-dos-deputados>), em especial, nas prioridades “Transparência e cidadania”, incentivando o entendimento do processo legislativo e dos temas em debates, e “Gestão de pessoas”, promovendo o equilíbrio entre motivação, qualificação e resultados.

Nesse escopo, conforme já detalhado no item 1.1 e evidenciado nos Planos do PPG-Cefor, o Programa tem por MISSÃO qualificar profissionais no campo dos estudos legislativos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos níveis lato sensu e stricto sensu, visando ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo. (FA 1.3.1.a). Aderente ao PPG-Cefor, o MPPL tem por OBJETIVO formar profissionais qualificados com habilidades de pesquisa e de produção de conhecimento no campo dos estudos legislativos, capazes de intervir efetivamente em problemas complexos da instituição, por meio de práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, e de dialogar com as realidades e desafios cotidianos do Poder Legislativo, contribuindo para o seu aperfeiçoamento, para o processo democrático e para atender às demandas da sociedade.

Com o intuito de aprimorar o Programa, orientar a condução do MPPL e manter o conceito 5 do curso, foi elaborado o Plano Estratégico 2021-2024. A partir da avaliação da Capes referente ao quadriênio 2017-2021 e do processo contínuo de autoavaliação (com participação de gestores da Câmara dos Deputados, professores, alunos, egressos e avaliador externo - FA 1.3.1.d), previstos na Política de Autoavaliação do MPPL (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/politica-de-autoavaliacao>), foram estipuladas METAS de curto, médio e longo prazo (FA 1.3.1.c) que têm o propósito de orientar ações estratégicas do Programa, com vistas ao cumprimento

Relatório de Dados Enviados do Coleta

da Missão e da Visão do PPG-Cefor, bem como dos objetivos específicos das modalidades de curso lato e stricto sensu. A partir das metas, foram estabelecidas AÇÕES ESTRATÉGICAS organizadas em três categorias: Programa; Formação; e Impacto na sociedade. As ações impactam, também, a visão de futuro de longo prazo do Programa, uma vez que são essenciais para a consolidação do PPG-Cefor como Programa referência em ensino e pesquisa no campo dos estudos legislativos e para a manutenção do reconhecimento do MPPL com o conceito 5 da avaliação Capes, sendo capaz de contribuir efetivamente para a solução dos problemas complexos do Poder Legislativo e gerar impactos sociais e em políticas públicas (FA 1.3.1.c).

O Plano Estratégico do PPG-Cefor 2021-2024 previu as seguintes metas, implementadas por meio de ações ao longo do quadriênio, conforme relatado no corpo do plano e resumidas aqui (FA 1.3.1.c):

M1: meta de médio prazo para garantia de oferta de disciplinas e orientação ante a sinalização de aposentadoria de docentes permanentes; previsão de processo seletivo na metade do quadriênio.

M2: meta de curto e médio prazo para a revisão e adequação da política de autoavaliação praticada no quadriênio 2017-2020, por meio do aperfeiçoamento de ações já desenvolvidas pelo PPG-Cefor e de novas iniciativas.

M3: meta de curto e médio prazo para o desenvolvimento de ações de avaliação do impacto e da adequação dos TCCs.

M4: meta de curto prazo para alinhamento dos projetos de pesquisa às diretrizes institucionais no processo de seleção de alunos regulares.

M5: meta de curto prazo para distribuição equilibrada de orientações no corpo docente.

M6: meta de curto prazo para o desenvolvimento de ações para acompanhamento de alunos regulares e egressos.

M7: meta de curto e médio prazo para desenvolvimento de ações de estímulo à produção intelectual bibliográfica e técnico-tecnológica.

M8: meta de curto e médio prazo para desenvolvimento de ações de divulgação da produção intelectual.

M9: meta de curto e médio prazo para desenvolvimento de ações de registro da produção intelectual na plataforma Lattes.

M10: meta de curto e médio prazo para realização de parcerias internacionais por meio de colaboração direta entre docentes, programas e grupos de pesquisa.

M11: meta de médio e longo prazo para celebração de acordos de cooperação técnico-científicos no âmbito institucional.

M12: meta de curto e médio prazo para ampliação da visibilidade do Programa.

M13: meta de médio e longo prazo para promoção da participação, no Programa, dos diversos setores da sociedade.

M14: meta de curto, médio e longo prazo para o aprimoramento da transparência das ações do Programa.

M15: meta de curto, médio e longo prazo para o aprimoramento das práticas de gestão, processos e infraestrutura.

M16: meta de curto e médio prazo para adequação da estrutura curricular, quantidade das disciplinas

Relatório de Dados Enviados do Coleta

oferecidas e consistência das ementas para refletir avanços recentes e atualização bibliográfica.

M17: meta de curto e médio prazo para melhorar a avaliação da revista eletrônica do PGG-Cefor.

M18: meta de médio e longo prazo para desenvolver ações educativas fundamentadas no pluralismo, na inclusão, na tolerância e no respeito à diversidade.

Com vistas a orientar a condução do PPG-Cefor no quadriênio 2021-2024, foram estabelecidas ações estratégicas (FA 1.3.1.c):

A) Programa

A1. Ingresso de professores colaboradores – processo seletivo

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1 e M5.

No segundo semestre de 2022, o Regulamento nº 01 – CD, de 29 de agosto de 2022 (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/processo-seletivo/pdf-credenciamento-2022/processo-seletivo-regulamento-2022>), abriu inscrições para processo seletivo com duas vagas para a Linha 1 e duas para a Linha 2. Quatro candidatos foram aprovados, e três docentes assumiram suas atribuições em novembro de 2022. Em agosto de 2023, ocorreu a posse do quarto candidato aprovado.

A2. Aprimoramento da gestão de processos e projetos administrativos

Ação desenvolvida para o alcance das metas M14 e M15.

Entre 2021 e 2024, novos normativos da Câmara dos Deputados impactaram a gestão do Programa de Pós-Graduação. O Ato da Mesa nº 242/2022 reorganizou a estrutura administrativa do Cefor, enquanto a Portaria nº 53/2022 instituiu o Programa de Resultados para avaliar desempenho e produtividade. Em resposta, a Coordenação de Pós-Graduação adotou estratégias para se adequar às novas diretrizes, incluindo a adoção do Trello para organizar processos e projetos (<https://trello.com/b/HebwjYiD/gestao-de-projetos-da-copos>; <https://trello.com/b/HebwjYiD/gestao-de-processos-da-copos>), melhorando a gestão das atividades e a utilização de recursos. Essa metodologia permitiu um acompanhamento estruturado e facilitou a tomada de decisões baseadas em dados atualizados.

Com base na experiência adquirida, novas abordagens foram adotadas, como o controle individualizado do fluxo de qualificação, defesa e homologação de TCCs, além da gestão de eventos acadêmicos, incluindo a Jornada de Pesquisa e Extensão. A aplicação dessas ferramentas resultou na criação de um modelo de avaliação de desempenho, mensurando a execução de atividades e o tempo dedicado pelos servidores. Esse modelo foi testado nos anos de 2022 e 2023, culminando na proposta de implantação do Programa de Resultados na Câmara dos Deputados, debatida e publicada nos Anais da XII Jornada de Pesquisa e Extensão.

A3. Abertura do Canal do Aluno

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2 e M15.

Para fortalecer o acompanhamento dos discentes do MPPL e reduzir desistências, a Coordenação

Relatório de Dados Enviados do Coleta

implementou um canal de atendimento personalizado (FA 1.4). A necessidade de um contato mais próximo surgiu especialmente após a pandemia, levando, em 2022, à ampliação do suporte para esclarecer dúvidas sobre fluxo acadêmico, prazos e procedimentos. As orientações para solicitação de atendimento foram divulgadas e, após o recebimento da solicitação, a Coordenação organiza as informações e agenda atendimentos direcionados. Além disso, foi criado um canal de WhatsApp para suporte imediato. Desde a abertura, o Canal do Aluno já realizou mais de 500 atendimentos, reforçando o vínculo entre discentes e o Programa.

A4. Instituição da plataforma Eleve como canal oficial das disciplinas

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2 e M15.

Desde 2020, as disciplinas do MPPL eram ministradas virtualmente pelo Zoom, mas, em 2021, o Programa iniciou a reformulação da plataforma Eleve (Moodle) para centralizar todas as atividades acadêmicas. O piloto na disciplina Democracia Digital e Legislativo demonstrou que a Eleve eliminava a necessidade de múltiplos sistemas, oferecendo registro de frequência, repositório de conteúdo, comunicação, envio de trabalhos e avaliação de desempenho em um único ambiente, além de reduzir custos administrativos. Com o sucesso da experiência, em 2022 todas as disciplinas migraram para a Eleve, consolidada em 2023 como canal oficial para a gestão acadêmica. A plataforma também permitiu a emissão automatizada de certificados e declarações, aprimorando processos e reduzindo a carga de trabalho da equipe de coordenação. (FA 1.1.2; 1.3)

A5. Revisão da estrutura curricular - disciplinas optativas

Ação desenvolvida para o alcance da meta M16.

A estrutura curricular do MPPL combina disciplinas obrigatórias e optativas para garantir uma base sólida de conhecimento e aprofundamento nas linhas de pesquisa. Durante o quadriênio 2021-2024, o PPG-Cefor revisou as disciplinas optativas com base em estatísticas, avaliações dos alunos e atualização bibliográfica, resultando na inclusão da disciplina Ação Parlamentar e Integração Social na Linha 2, na oferta de Tópicos Especiais em Gestão Pública no Poder Legislativo – Espaço e Poder na Linha 1 e na manutenção da disciplina Estudos Avançados em Direito e Parlamento. Em 2024, foi introduzida a disciplina Neurociência do Comportamento e Organizações Legislativas como Tópicos Especiais da Linha 1, explorando a influência dos processos cognitivos e emocionais na dinâmica institucional do Legislativo. Essas mudanças refletem a busca por inovação e alinhamento da matriz curricular com desafios contemporâneos da gestão pública e legislativa.

A6. Adequação da infraestrutura para oferecimento de aulas híbridas

Ação desenvolvida para o alcance das metas M12, M13 e M15.

Após a experiência da pandemia, o Cefor identificou a necessidade de salas preparadas para videoconferências e eventos híbridos. No segundo semestre de 2022, quatro salas foram equipadas com câmeras, televisores, projetores, novos computadores e microfones sem fio para suportar essa modalidade. Desde então, esses espaços têm sido utilizados para aulas, bancas e videoconferências, facilitando a participação de membros externos, incluindo instituições internacionais. Quanto à adoção do

Relatório de Dados Enviados do Coleta

modelo híbrido para disciplinas, o Programa aguarda as recomendações do novo documento da área de CP&RI, conforme diretrizes da Capes.

A7. Especialização EAD em Poder Legislativo

Ação desenvolvida para o alcance das metas M12 e M13.

Em 2024, o PPG-Cefor desenvolveu a proposta da Especialização Lato Sensu em Poder Legislativo, um curso gratuito e a distância voltado à qualificação contínua de profissionais que atuam ou se relacionam com o Legislativo. Com módulos sobre processo legislativo, gestão, orçamento e políticas públicas, o curso alia teoria e prática, ministrado por docentes experientes. A modalidade EAD democratiza o acesso à formação especializada, permitindo flexibilidade e certificações modulares para atender às demandas individuais e institucionais. Previsto para 2025, o projeto aguarda aprovação da Mesa Diretora do biênio 2025-2026.

A8. Desenvolvimento de sistema próprio de gestão acadêmica

Ação desenvolvida para o alcance da meta M15.

Em janeiro de 2023, o PPG-Cefor iniciou o desenvolvimento de um sistema informatizado para automatizar a gestão acadêmica, substituindo processos manuais por um banco de dados MySQL e um sistema em Java para controle de alunos, cursos e disciplinas. Implementado em janeiro de 2024, o sistema aprimora a administração dos dados, garantindo maior eficiência, transparência e suporte à avaliação quadrienal da Capes. Além de reduzir erros e consolidar informações de forma estruturada, a capacitação contínua da equipe assegura sua plena utilização, fortalecendo a governança acadêmica e a gestão estratégica da pós-graduação legislativa. (<https://github.com/Cefor/siscopos>)

A9. Atualização do programa Extrato Lattes para o período 2021-2024

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M9 e M15.

O programa Extrato Lattes, desenvolvido no PPG-Cefor e registrado no INPI, é uma ferramenta disponível em repositório público que automatiza o acompanhamento da produção acadêmica de docentes de pós-graduação stricto sensu. Criado para fornecer uma visão estruturada do desempenho técnico-científico de docentes, discentes e egressos, ele fortalece a gestão institucional e apoia a tomada de decisões estratégicas. No contexto da Linha 1 de pesquisa do MPPL, o software contribui para a governança do PPG e auxilia no aprimoramento de políticas de avaliação acadêmica. Em 2023, foi desenvolvida nova versão com ênfase na qualificação, pelos autores, das produções bibliográficas e técnico-tecnológicas. Esse processo se dá pelo preenchimento de planilha ou formulário específico que replica os campos constantes na plataforma Sucupira, facilitando o trabalho da coordenação do PPG durante as coletas anuais. (https://github.com/Cefor/extratolattes_2021_2024)

A10. Ações afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

Ação desenvolvida para o alcance das metas M13, M15 e M18.

O PPG-Cefor iniciou a implantação de políticas afirmativas no MPPL, alinhando-se às recomendações da Capes e à Lei nº 14.723/2023, que expandiu a política de cotas para a pós-graduação. Em 2024, foi

Relatório de Dados Enviados do Coleta

proposta a reserva de 10% das vagas para candidatos de baixa renda (processo n. 499.163/2024), visando ampliar o acesso e reduzir barreiras socioeconômicas. Para fortalecer a inclusão, o Programa prevê medidas complementares, como comissão específica, banca de heteroidentificação e adequação da infraestrutura acadêmica. Inicialmente prevista para o processo seletivo de 2024, a ação foi adiada para 2025 devido à troca de gestão no Cefor.

B) Formação

B1. Inclusão de novas modalidades de TCC

Ação desenvolvida para o alcance das metas M3 e M7.

A Capes tem valorizado modalidades de TCC com impacto social e disseminação do conhecimento, levando o PPG-Cefor a incentivar diferentes formatos no MPPL, conforme previsto no Guia de Modalidades de TCC (https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes/copy_of__2edio_GUIAMODALIDADESDETCCPUBLICADO_REVISO_2022.pdf). Entre as opções recomendadas estão artigos, softwares, materiais didáticos, estudos de caso, projetos técnicos e, em 2022, foi adicionada a modalidade “normas comentadas”. Essa nova modalidade exige análise detalhada de dispositivos legais, confrontando normativas nacionais e internacionais com base técnico-científica. Aprovada na 72ª reunião do Colegiado, sua primeira defesa ocorreu em setembro de 2022, com o TCC intitulado Regimento Interno da Câmara Municipal de Tangará da Serra Comentado, reforçando a inovação na produção acadêmica do Programa.

B2. Padronização dos TCCs com LaTeX-Overleaf

Ação desenvolvida para o alcance das metas M3 e M7.

Em 2022, a Coordenação de Pós-Graduação adotou um modelo padronizado para os TCCs do MPPL, resolvendo problemas recorrentes de formatação e conformidade com normas da ABNT. Anteriormente produzidos no Word, os trabalhos apresentavam inconsistências em citações, referências e elementos gráficos, exigindo tempo excessivo dos alunos na adequação editorial. Para solucionar essa questão, foi desenvolvido um template em LaTeX, utilizando o Overleaf, garantindo conformidade automática com as normas acadêmicas e permitindo que os discentes focassem na pesquisa. O uso do Overleaf tornou-se obrigatório para a entrega dos TCCs, trazendo benefícios como gerenciamento automático de citações, posicionamento padronizado de elementos gráficos, diagramação profissional e facilidade na atualização do conteúdo. Em 2024, uma nova versão do modelo foi publicada (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes>), incorporando atualizações da ABNT, e disponibilizada na galeria mundial de templates do Overleaf (<https://www.overleaf.com/latex/templates/modelo-de-tcc-para-o-mppl-modalidade-dissertacao-v3-dot-0-31-12-2024/wdnmgpkkgghys>), ampliando seu impacto na comunidade acadêmica. Essa iniciativa assegura rigor técnico, profissionalismo e eficiência no registro da produção acadêmica do MPPL.

B3. Verificação da adequação e do impacto dos TCCs

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M3, M4, M5, M7, M12 e M14.

O MPPL realiza avaliações periódicas para garantir a adequação dos TCCs às linhas de pesquisa do programa, analisando sua coerência temática e impacto acadêmico. Entre 2021 e 2024, os trabalhos abordaram temas centrais ao Poder Legislativo, como governança, orçamento, políticas públicas e participação política. Além disso, o programa tem incentivado a diversificação dos formatos de TCC, ampliando a produção de artigos, estudos de caso e produtos técnicos. Essa abordagem fortalece o caráter profissional do mestrado e amplia a aplicabilidade das pesquisas desenvolvidas. O impacto dos TCCs é analisado tanto no formato quanto na aplicabilidade, com trabalhos voltados para diagnóstico e aprimoramento de processos legislativos, participação social e inovação tecnológica. Exemplos incluem estudos sobre audiências públicas, e-participação, gestão do conhecimento e inteligência artificial aplicada ao assessoramento parlamentar. Além disso, pesquisas como a análise do Regimento Interno de Tangará da Serra e o estudo sobre fact-checking no Legislativo demonstram a relevância prática das investigações acadêmicas. A diversificação de temáticas e formatos reforça o compromisso do MPPL com a inovação e o aperfeiçoamento das práticas institucionais no Parlamento.

B4. Acompanhamento de egressos

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M3, M6 e M8.

O PPG-Cefor tem como missão qualificar profissionais no campo dos estudos legislativos e, para avaliar a efetividade dessa formação, aprimorou o acompanhamento dos egressos no ciclo 2021-2024. Esse processo incluiu a realização do Encontro Ampliar, que promove a integração entre alunos, professores e ex-alunos, fortalecendo redes de colaboração e compartilhamento de conhecimento sobre o Poder Legislativo. Em sua 4ª edição, realizada em 2021, o evento reuniu egressos para discutir suas pesquisas e como estas impactaram suas trajetórias profissionais. Além disso, o Programa incorporou a avaliação de egressos à sua Política de Autoavaliação, conduzindo pesquisas bienais para medir os impactos acadêmicos, profissionais e sociais da formação recebida no MPPL. As avaliações realizadas em 2022 e 2024 indicaram um aumento na percepção de impacto social e econômico dos TCCs, refletindo a aplicabilidade das pesquisas desenvolvidas. Em 2022, 46,7% dos respondentes relataram gerar impacto social, percentual que aumentou na avaliação de 2024. O impacto profissional também foi expressivo, com 95,7% dos egressos relatando melhoria no desempenho profissional e 72,3% indicando inovação no ambiente de trabalho. Além disso, cresceu o número de ex-alunos que continuaram atuando como pesquisadores na área. Esses dados demonstram o papel estratégico do MPPL na qualificação e no fortalecimento do Poder Legislativo, reforçando a relevância da pós-graduação para a modernização da gestão pública e legislativa.

B5. Avaliação periódica das disciplinas e docentes pelos alunos

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M14 e M16.

Ao final de cada semestre, os alunos do MPPL avaliam as disciplinas cursadas em três dimensões: autoavaliação, avaliação da disciplina e do docente, considerando conhecimento, didática e relação interpessoal. A didática costuma ser o aspecto com maior potencial de aprimoramento, orientando planos de aperfeiçoamento para os professores. A Coordenação de Pós-Graduação monitora os resultados e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

compara com avaliações anteriores, intervindo em casos de variações significativas. Entre 2021 e 2024, as médias de avaliação dos docentes mantiveram-se elevadas, variando entre 4,73 e 4,88 na escala Likert de 0 a 5. Para ampliar a participação nas avaliações, em 2024 a emissão de certificados foi vinculada ao preenchimento do formulário, aumentando as respostas em 56%.

B6. Atualização de manuais acadêmicos

Ação desenvolvida para o alcance das metas M7, M9 e M14.

Para apoiar a formação acadêmica de discentes, docentes e egressos, o PPG-Cefor mantém atualizados manuais com orientações essenciais para a atuação acadêmica. Entre eles, destaca-se o Manual de Preenchimento do Currículo Lattes, atualizado em 2023, para garantir que a produção acadêmica do Programa seja corretamente registrada e pontuada pela Capes (FA 1.4.1). O documento orienta sobre o preenchimento de campos como produções intelectuais, projetos, colaborações técnicas e bancas, destacando informações relevantes ao perfil do MPPL, como pareceres legislativos, projetos de lei e participação na Jornada de Pesquisa e Extensão. A adequação do currículo Lattes também influencia o processo de credenciamento e recredenciamento docente, reforçando a qualidade da produção acadêmica do Programa. Além disso, o PPG-Cefor elaborou um guia sobre Avaliação Ética de Pesquisa, esclarecendo dúvidas dos discentes sobre a Plataforma Brasil e normativas vigentes (FA 1.1). O documento, estruturado em linguagem acessível, detalha as responsabilidades do pesquisador, os processos de consentimento e assentimento livre e esclarecido e os trâmites para submissão de projetos ao sistema CEP/Conep. Sua padronização melhora a conformidade dos projetos, evitando inconsistências que possam comprometer a aprovação ética, além de fortalecer a autoavaliação do Programa (FA 1.4). Com essa iniciativa, o PPG-Cefor reforça o compromisso com a formação ética e acadêmica dos alunos (FA 2.2; 2.5) e amplia o impacto social e institucional das pesquisas desenvolvidas (FA 3.1; 3.2).

B7. Monitoramento da produção docente e discente pelo Extrato Lattes

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M2, M5, M6, M7, M8, M9, M12 e M14.

Os extratos gerados pela ferramenta Extrato Lattes são enviados semestralmente aos docentes e anualmente aos alunos regulares e egressos, destacando pontos relevantes conforme as diretrizes da Capes, a área de CP&RI e a Política de Autoavaliação do MPPL (FA 1.4.1). A análise da produção acadêmica de 2021 a 2024, baseada no Qualis Periódicos 2017-2020, revelou 99 artigos publicados por docentes e 30 por alunos e egressos, além de significativa produção de livros e capítulos (57 pelos docentes e 49 pelos discentes), produção técnica e projetos de pesquisa. A produção técnica também foi expressiva, totalizando 1.270 registros entre os docentes e 957 entre alunos e egressos, refletindo o impacto da pesquisa no Programa. Quanto aos projetos de pesquisa, foram registrados 44 entre docentes e 68 entre discentes, evidenciando o envolvimento contínuo com investigação científica e inovação. Esses resultados mostram o alinhamento do MPPL com as exigências acadêmicas e sua contribuição para o fortalecimento da produção científica no Poder Legislativo.

B8. Profissionalização dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPE)

Ação desenvolvida para o alcance da meta M7, M8, M11 e M13.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

A profissionalização dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPE) da Câmara dos Deputados avançou com a publicação da Portaria nº 6/2025, que regulamenta sua criação e funcionamento. Proposta pelo PPG-Cefor, a norma fortalece a institucionalização da pesquisa legislativa ao vincular os GPEs ao Cefor e certificá-los no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (FA 1.1.1.c), garantindo credibilidade e alinhamento às necessidades do Parlamento. A regulamentação estabelece critérios rigorosos para a manutenção dos grupos, como relatórios periódicos e qualificação dos coordenadores, além de incentivar a colaboração com pesquisadores externos. Esse modelo profissionalizado impulsiona a produção científica aplicada ao Legislativo, consolidando os GPEs como espaços estratégicos para inovação e modernização dos processos institucionais.

B9. Disponibilização de repositório de produção técnico-tecnológica

Ação desenvolvida para o alcance das metas M8, M9 e M12.

Para consolidar e divulgar as produções técnico-tecnológicas (PTTs) do PPG-Cefor, foi criada, em 2023, uma estratégia de registro e disponibilização dessas produções em um repositório público da Copos (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/repositorio-publico>). A iniciativa facilita o lançamento dos trabalhos na Plataforma Sucupira, contribuindo para a autoavaliação e avaliação externa do Programa pela Capes (FA 1.4; 3.2). Os autores preenchem um formulário, e a Copos processa os dados para gerar documentos PDF, posteriormente armazenados no GitHub e nos sistemas internos do Cefor. Além de incentivar a inclusão dos registros no currículo Lattes (FA 3.3.3), o repositório abriga dados e informações relacionados aos TCCs do MPPL e artigos da revista E-Legis, unificando o acesso às principais pesquisas do Programa. Essa estratégia reforça a transparência, rastreabilidade e impacto acadêmico da produção do MPPL, fortalecendo sua inserção no meio acadêmico e legislativo (FA 1.3).

B10. Divulgação da produção de docentes, discentes e egressos

Ação desenvolvida para o alcance das metas M3, M6, M8 e M12.

Para ampliar a inserção social e a visibilidade acadêmica do MPPL (FA 3.3.3), foi elaborado, em 2022, um plano de comunicação para divulgar pesquisas de docentes, discentes e egressos. A estratégia inclui a disseminação de TCCs, livros, artigos e produções técnicas relevantes nas redes sociais do Cefor e da Câmara dos Deputados, além da elaboração de peças de divulgação específicas voltadas ao público interno da Casa. Os trabalhos foram organizados tematicamente e inseridos em um calendário de publicações, descritos em linguagem adaptada para público amplo, permitindo que seus resultados sejam compreendidos tanto pela comunidade acadêmica quanto por profissionais do Legislativo e pela sociedade em geral. Essa iniciativa reforça o impacto econômico, social e cultural do programa (FA 3.2), ampliando o alcance das pesquisas a diferentes públicos e fortalecendo sua conexão com a instituição, consolidando a relevância do MPPL no meio acadêmico e legislativo.

- Redes sociais: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/visibilidade/redes-sociais>

- Educast: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/visibilidade/educast>

Relatório de Dados Enviados do Coleta

- Notícias: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/visibilidade/noticias>

C) Impacto na sociedade

C1. Reformulação da página do PPG-Cefor na internet

Ação desenvolvida para o alcance das metas M6, M8, M12, M13, M14 e M15.

Em 2022, a página do PPG-Cefor foi completamente reestruturada para melhorar a acessibilidade, organização e transparência das informações institucionais (FA 3.3.2). A nova versão disponibiliza conteúdos detalhados sobre cursos, linhas de pesquisa, estrutura curricular, processos seletivos e orientações acadêmicas, além de acesso ao Moodle e ao Canal do Aluno. A reformulação também incorporou uma seção de autoavaliação (FA 1.3), reunindo relatórios técnicos, análises sobre TCCs, pesquisas com egressos e avaliações de disciplinas. Além disso, foram adicionadas informações sobre publicações científicas, eventos acadêmicos e Grupos de Pesquisa e Extensão (FA 2.2), fortalecendo a divulgação da produção acadêmica e a inserção do programa na comunidade científica. Essa modernização reflete o compromisso do PPG-Cefor com a transparência e a eficiência na gestão pública, ampliando sua visibilidade e impacto institucional. (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao>)

C2. Formulação da nova política editorial da E-Legis

Ação desenvolvida para o alcance da meta M17.

A revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada quadrimestralmente pelo PPG-Cefor desde 2008, consolidou-se como referência nacional em estudos legislativos. A partir de 2021, foram implementadas ações estratégicas para elevar a qualidade editorial e ampliar seu alcance, incluindo a reestruturação do corpo editorial, a formulação de uma nova política editorial, a reformulação do site e a adoção de um modelo LaTeX na plataforma Overleaf (FA 3.3). Em setembro de 2022, a nova política incorporou princípios de ciência aberta, aprimorou o processo de avaliação por pares e introduziu novos formatos de submissão, como relatos de experiência e resumos de TCCs do MPPL, além de exigir uma carta de apresentação do autor com aspectos éticos e metodológicos. Essas mudanças reduziram inconsistências na formatação dos artigos e aprimoraram o trabalho editorial, enquanto a reformulação do site, hospedado no Open Journal Systems (OJS 3.3.0.11), melhorou a navegabilidade e a experiência dos usuários. A implementação de ações como a tradução dos artigos para inglês e espanhol e a aquisição de DOI impulsionaram a E-Legis, elevando sua classificação de B2 para A4 no Qualis Periódicos no quadriênio 2017-2020. Com a nova política editorial, espera-se que a revista continue crescendo na avaliação Qualis, ampliando sua relevância acadêmica e fortalecendo sua visibilidade internacional. Essas melhorias também criam condições para que a E-Legis atenda aos critérios de indexação em bases de alto impacto, como Scielo e Scopus, meta prioritária para o próximo quadriênio (2025-2028) (<https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis>). Os dados bibliométricos da revista podem ser consultados no Google Acadêmico (https://scholar.google.com.br/citations?hl=pt-BR&user=sS5wzHMAAAAJ&pagesize=100&view_op=list_works&authuser=3).

Relatório de Dados Enviados do Coleta

C3. Colaboração com instituições e pesquisadores estrangeiros

Ação desenvolvida para o alcance das metas M10 e M11.

O PPG-Cefor fomenta intercâmbios internacionais tanto por meio de acordos de cooperação quanto por iniciativas independentes de docentes e discentes, promovendo a troca de conhecimento e ampliando a rede de pesquisa do programa (FA 3.3). A Universidade de Salamanca (USAL) mantém um acordo de cooperação técnica com a Câmara dos Deputados, formalizado pelo Protocolo de Intenções nº 2021/004.0, o que permitiu a participação do MPPL no Projeto Elites Parlamentares Latino-Americanas (PELA). Essa parceria viabilizou uma pesquisa aprofundada sobre os perfis e processos decisórios dos parlamentares brasileiros, incluindo mais de 100 entrevistas e debates na Câmara dos Deputados, fortalecendo o uso de ciência de dados na análise legislativa. Para garantir alinhamento institucional e acadêmico, o PPG-Cefor estruturou um processo formal de comunicação de atividades interinstitucionais (processo n. 612.532/2022), que viabilizou os intercâmbios dos discentes Gustavo Machado Pires e Paulo Stanich Neto. Gustavo atuou como Visiting Scholar no College of Liberal Arts and Sciences da Villanova University (EUA), onde lecionou e pesquisou temas como crise da democracia e análise do discurso. Paulo Stanich Neto realizou pesquisa na Universidade Ártica da Noruega (UiT), estudando a democracia participativa indígena no Parlamento Sami, experiência que resultou na organização de um evento na Câmara dos Deputados. Além disso, docentes do MPPL participaram de iniciativas independentes, como colaborações com a SciencePo (França), SOAS/University of London e o projeto europeu Ethnography of Parliaments. Essas ações fortalecem a internacionalização do programa, ampliam a articulação do MPPL com instituições de prestígio e contribuem para o avanço dos estudos legislativos e da governança pública.

C4. Oferta do Programa de Iniciação Científica

Ação desenvolvida para o alcance das metas M12 e M13.

O Programa de Iniciação Científica da Câmara dos Deputados (PIC), instituído pela Portaria nº 307/2020, visa fomentar a pesquisa acadêmica entre graduandos, vinculando-os a projetos orientados por docentes do PPG-Cefor (FA 3.2). Em sua primeira edição piloto, realizada em 2022, seis bolsistas atuaram em quatro projetos ligados aos Grupos de Pesquisa e Extensão, desenvolvendo estudos sobre processos políticos e institucionais do Poder Legislativo. Suas atividades incluíram levantamento de dados legislativos, análise de discursos parlamentares e produção de artigos científicos, sempre sob supervisão docente (FA 2.5). A avaliação dos participantes indicou alto nível de satisfação e impacto positivo na formação acadêmica, enquanto os docentes destacaram a contribuição dos bolsistas para os projetos. Além de fortalecer a produção científica, o PIC provou sua relevância institucional ao fornecer subsídios técnicos para a gestão da Câmara, consolidando-se como um instrumento essencial para o desenvolvimento de novos pesquisadores e para o aprimoramento dos estudos legislativos.

C5. Diversificação da modalidade de participação em eventos do PPG-Cefor

Ação desenvolvida para o alcance das metas M7, M8, M10, M11 M12, M13 e M14.

No quadriênio 2017-2020, a Coordenação de Pós-Graduação criou os programas Ciclo de Palestras e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Debates, Ciclo de Oficinas e Rede Ampliar, com o objetivo de expandir o conhecimento técnico e acadêmico de discentes, docentes, egressos e da comunidade acadêmica (FA 3.3.1). A partir de 2021, devido à pandemia de Covid-19, os eventos migraram para o formato virtual, utilizando o YouTube e o Zoom, o que ampliou seu alcance nacional e internacional. A XI Jornada de Pesquisa e Extensão, por exemplo, contou com a participação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e do Economics and Politics Research Group (EPRG/UnB), com mais de 5.600 visualizações. A experiência demonstrou os benefícios da virtualização, como maior acessibilidade e participação de pesquisadores externos. Com o retorno às atividades presenciais em 2022, percebeu-se a necessidade de diversificação do modelo, levando à adoção de eventos híbridos. A XII Jornada de Pesquisa e Extensão foi integrada ao Seminário de Educação Legislativa, celebrando os 30 anos da institucionalização da educação legislativa no Brasil e os 25 anos do Cefor. O evento contou com pesquisadores de mais de 250 escolas do legislativo, combinando palestras híbridas e apresentações de trabalhos exclusivamente virtuais. Para viabilizar a interação do público online, foi criado um canal no WhatsApp, permitindo o envio de perguntas aos moderadores, já que o chat do YouTube estava desativado devido ao período eleitoral. A estratégia foi bem-sucedida, garantindo maior participação do público remoto. Além disso, todas as transmissões contaram com intérpretes de Libras, reforçando a acessibilidade do evento. Em 2022, o Ciclo de Oficinas também foi reformulado para ampliar seu impacto. Antes restrito a encontros presenciais ou via Zoom, o programa passou a oferecer transmissões pelo YouTube, alcançando um público maior. A oficina Como escrever seu projeto de pesquisa, transmitida pelo canal da Escola da Câmara, tornou-se um dos vídeos mais acessados da plataforma, superando mil visualizações. Essas mudanças consolidaram a estratégia de eventos híbridos e digitais do PPG-Cefor, ampliando sua visibilidade e promovendo a disseminação do conhecimento acadêmico e legislativo para um público mais amplo.

(<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/eventos/jornadas-de-pesquisa-e-extensao>)

1.4 Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do Programa, com foco na formação discente e produção intelectual.

Os procedimentos e instrumentos de autoavaliação adotados pelo MPPL fazem parte do conjunto de ações da Política de Autoavaliação do Mestrado (disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/politica-de-autoavaliacao>). Esse modelo tem sido desenvolvido e aplicado desde 2013, quando as primeiras ações iniciaram pelo levantamento dos perfis das turmas e avaliação das disciplinas (sob as perspectivas do alcance dos objetivos, desempenho do aluno e do professor). No quadriênio 2021-2024, o MPPL intensificou foco na formação discente e produção intelectual, conforme itens previstos no Plano Estratégico, incluindo etapas de avaliação da produção docente, avaliação de egressos e do impacto e adequação dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs (relatórios da avaliação disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>). Além disso, o Cefor, com vistas à identificação das expectativas quanto à formação dos servidores da Câmara dos Deputados, em seus diversos segmentos, instituiu processo de conversa dirigida com a alta administração da Casa, a fim de estabelecer ações e metas alinhadas aos objetivos institucionais. Visando, ainda, a participação de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

parceiros externos nos processos de autoavaliação (FA 1.4.1), o PPG-Cefor contou com a avaliação de um especialista da área, vinculado a uma instituição de referência (UnB), garantindo uma análise imparcial e isenta, capaz de identificar pontos de aprimoramento e ajustes estratégicos. Essas ações estão sintetizadas no Relatório de Autoavaliação 2021-2024 (relatórios da avaliação disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>).

Destaca-se que o Cefor possui Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é comissão de autoavaliação formalmente designada, com alocação de recursos instituída pela Portaria do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, nº 01, de 15/1/2015, e que tem composição abrangente contemplando os diversos segmentos da comunidade acadêmica, com representantes do Cefor, do corpo docente, do corpo discente, dos egressos, do corpo técnico-administrativo e da sociedade civil organizada (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/comissao-propria-de-avaliacao-cpa>).

As ações de autoavaliação estão em consonância com as seguintes diretrizes do Programa, previstas no Plano Estratégico:

- a) Formação avançada de recursos humanos.
- b) Inovação como meio de promover mudanças e colaboração em ações de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Foco na relevância socioeconômica da produção científica.
- d) Suporte à concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- e) Avaliação sistemática das ações de ensino, pesquisa e extensão.
- f) Inserção nacional e internacionalização.
- g) Alinhamento às diretrizes estratégicas institucionais.

ETAPAS DA AUTOAVALIAÇÃO

A Política de Autoavaliação do MPPL é dividida nas seguintes etapas: avaliação de disciplinas, avaliação de egressos, avaliação de impacto e adequação dos TCCs, avaliação da produção docente e discente, e escuta exploratória. A seguir, as etapas serão resumidamente descritas. A política, em sua totalidade, assim como os relatórios de resultados das avaliações estão disponíveis nas páginas do PPG-Cefor (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>).

1. AVALIAÇÃO DE DISCIPLINAS

A Avaliação de Disciplinas é realizada a cada semestre letivo, por meio de formulário eletrônico aplicado aos discentes, contemplando três dimensões: autoavaliação do aluno; avaliação da disciplina; e avaliação da atuação do docente.

DIMENSÕES AVALIADAS

- Grau de envolvimento e participação do discente no processo de aprendizagem.
- Qualidade do conteúdo programático, pertinência das atividades e adequação da carga horária de cada

Relatório de Dados Enviados do Coleta

disciplina.

- Conhecimento, didática e relação interpessoal do docente.

RESULTADOS E ANÁLISE

Os itens são avaliados em uma escala de 0 a 5. As médias da avaliação das disciplinas e dos professores no quadriênio são as seguintes:

Ano: 2021; Disciplinas(média $\pm$ dp): (4,44 $\pm$ 0,14); Atuação docente(média $\pm$ dp): (4,74 $\pm$ 0,15);

Ano: 2022; Disciplinas(média $\pm$ dp): (4,53 $\pm$ 0,18); Atuação docente(média $\pm$ dp): (4,73 $\pm$ 0,11);

Ano: 2023; Disciplinas(média $\pm$ dp): (4,52 $\pm$ 0,15); Atuação docente(média $\pm$ dp): (4,79 $\pm$ 0,16);

Ano: 2024; Disciplinas(média $\pm$ dp): (4,57 $\pm$ 0,36); Atuação docente(média $\pm$ dp): (4,88 $\pm$ 0,17);

Em geral, as avaliações indicaram boa satisfação dos alunos com o conteúdo e a condução das disciplinas, especialmente no que se refere à relevância do conteúdo para o campo do Poder Legislativo. O item “didática” segue como foco de melhorias, gerando oportunidades de consecução de um plano de aperfeiçoamento para os professores do Programa.

MEDIDAS ADOTADAS

- O monitoramento de variações bruscas nos indicadores de satisfação possibilita identificar necessidades de ajustes, que, uma vez detectadas, são tratadas em reunião da Coordenação de Pós-Graduação com os respectivos professores.

- Os resultados consolidados são divulgados em relatórios semestrais na página do PPG-Cefor.

Incentivo à participação de docentes em cursos de formação pedagógica.

- No segundo semestre de 2024, com vistas a ampliar a quantidade de alunos participando das avaliações, a emissão de certificado de conclusão de disciplina foi vinculada ao preenchimento do formulário de avaliação. Essa ação proveu um acréscimo de respostas em 56%.

Essa etapa do processo de autoavaliação do MPPL tem fortalecido a cultura de feedback e transparência, possibilitando ajustes contínuos na oferta de disciplinas, no alinhamento de ementas e na evolução metodológica do corpo docente. Os relatórios semestrais estão disponíveis na página do PPG-Cefor (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>).

2. AVALIAÇÃO DE EGRESSOS

A Avaliação de Egressos consolida a análise da formação dos mestres titulados, permitindo avaliar a qualidade do curso e propor melhorias contínuas.

SISTEMATIZAÇÃO

- Survey bienal aplicada aos egressos para coleta de dados sobre trajetória profissional e acadêmica. No quadriênio, as surveys foram realizadas em novembro de 2022 e dezembro de 2024, meio e fim do ciclo de avaliação (relatórios de avaliação disponíveis na página do PPG-Cefor). As pesquisas de 2022 e 2024,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

enviadas, respectivamente, a 118 e 158 egressos, abrangeram questões sobre os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais decorrentes da participação no Mestrado. Houve 30 e 47 respondentes, dentre os quais 90% e 96% afirmaram ter melhorado o desempenho profissional e 70% e 82% produziram alguma inovação nas atividades do trabalho após ingresso no MPPL.

- Encontros (evento AMPLIAR) para promover intercâmbio de experiências entre egressos, docentes, alunos regulares e convidados. O AMPLIAR chegou a sua quarta edição em 2021. O evento uniu três egressos e um professor do MPPL para abordar diferentes pontos de partida para estudar o Poder Legislativo, como representação política e gênero, relações institucionais e governamentais, democracia participativa e parlamentos e arquitetura. Eles também relataram como as pesquisas desenvolvidas no curso impactaram suas trajetórias profissionais (FA 1.4.1; 2.3; 3.3.2). O vídeo da 4ª edição do Ampliar, disponível no YouTube da Escola da Câmara, conta com mais de 250 visualizações.

- Criação de perfil institucional no LinkedIn (<https://www.linkedin.com/school/escoladacamara>), para fortalecer a rede de contatos entre ex-alunos e o PPG-Cefor.

- Estímulo à atualização do currículo Lattes dos egressos por chamado direcionado e envio anual do Extrato Lattes, com vistas à atualização da produção.

- Estímulo à participação dos egressos por meio de convites para atuação em docência de cursos lato sensu, orientação de TCCs, participação em bancas de defesa de TCC, coordenação de mesas temáticas na Jornada de Pesquisa e Extensão, publicação de artigos na Revista E-Legis, participação na Comissão Própria de Avaliação e em Grupos de Pesquisa e Extensão.

RESULTADOS E ANÁLISE

- A maior parte dos egressos atua em áreas correlatas ao Poder Legislativo, exercendo funções que exigem elevado grau de especialização e capacidade de análise.

- O MPPL apresenta contribuição significativa para o aprimoramento profissional dos egressos, seja em termos de progressão na carreira, seja no desenvolvimento de competências específicas para a atividade legislativa.

- As pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa têm encontrado aplicabilidade prática no dia a dia institucional, especialmente em departamentos ligados à consultoria legislativa, ao planejamento e à gestão parlamentar.

MEDIDAS ADOTADAS

- Intensificar ações de acompanhamento dos egressos em rede social profissional, de forma a fortalecer cooperações técnicas e acadêmicas.

- Estimular a participação dos ex-alunos nos Grupos de Pesquisa e Extensão, fomentando a interdisciplinaridade e a inovação no Legislativo.

Os relatórios das avaliações estão disponíveis na página do PPG-Cefor (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>).

3. IMPACTO E ADEQUAÇÃO DOS TCCS

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do MPPL são avaliados sob os aspectos de impacto e adequação, garantindo que os resultados das pesquisas atendam às demandas institucionais e sociais, em convergência com a área de concentração e as linhas de pesquisa.

SISTEMATIZAÇÃO

- Avaliações Periódicas realizadas em 2021, 2022 e 2023-2024.
- Elaboração de relatórios técnicos verificando a aderência temática dos TCCs às linhas de pesquisa, objetivos do Programa e demandas do Poder Legislativo.
- Avaliação de um especialista da área, externo, vinculado a uma instituição de referência.

RESULTADOS E ANÁLISE

- Crescente variedade de modalidades de TCC (dissertações, artigos, produtos técnicos, manuais, aplicativos e outras), em sintonia com as diretrizes para mestrados profissionais.
- Forte preocupação dos discentes em desenvolver soluções que possam ser aplicadas a problemas concretos das Casas Legislativas, gerando impacto institucional.
- Alinhamento da escolha de temas com as demandas da alta gestão da Câmara dos Deputados, especialmente no que diz respeito à modernização administrativa, transparência, participação social e aprimoramento do processo legislativo.

EXEMPLOS DE IMPACTO

- TCCs voltados à melhoria de processos de gestão de pessoas, elaboração de normas comentadas, uso de plataformas digitais de participação popular, governança comunicacional e projetos tecnológicos para otimizar fluxos de trabalho no Parlamento.
- Pesquisa aplicada em aspectos de segurança institucional, orçamento público, representatividade e controle social do Legislativo.

Os relatórios técnicos estão disponíveis na página do PPG-Cefor (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>).

4. PRODUÇÃO DOCENTE E DISCENTE

O programa Extrato Lattes, desenvolvido no âmbito do PPG-Cefor, constitui ferramenta de monitoramento da produção técnico-científica de docentes, discentes e egressos, gerando indicadores que subsidiam a gestão acadêmica e o planejamento estratégico do Programa.

SISTEMATIZAÇÃO

- Coleta periódica de dados de produção nos currículos Lattes.
- Geração sistemática de relatórios (extratos) quadrimestrais (docentes) e anuais (discentes e egressos), destacando artigos, livros, anais de congresso, produção técnica, participações em bancas, entre outros itens de avaliação da Capes.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

- Envio de orientações personalizadas, de acordo com as métricas de avaliação quadrienal, incentivando correções e atualizações do Lattes em tempo hábil.

APRIMORAMENTOS REALIZADOS NO QUADRIÊNIO

- Desenvolvimento e disponibilização de nova versão do Extrato Lattes, contemplando as necessidades específicas do mestrado profissional e alinhada ao documento da Área de Ciência Política e Relações Internacionais (CP&RI).
- Integração dos dados de produção com a política de credenciamento, descredenciamento e reenquadramento de docentes (mínimo de 60% de professores permanentes), garantindo maior transparência e objetividade nos processos de avaliação interna.
- Implantação de um repositório público próprio do PPG para publicação das produções técnico-tecnológicas (PTTs), arquivos relacionados aos TCCs e a artigos da revista E-Legis, visando fortalecer a transparência e a rastreabilidade da produção intelectual dos discentes, docentes e GPEs (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/repositorio-publico>).

RESULTADOS

- Crescimento constante da produção técnico-científica do corpo docente e discente em periódicos, eventos e livros de circulação nacional e internacional.
- Maior consciência da importância de manter currículos atualizados, contribuindo para melhorar a visibilidade do Programa e evidenciar seus resultados.
- Produção vinculada ao PPG devidamente documentada e continuamente atualizada.

5. ESCUTA EXPLORATÓRIA

De acordo com a Política de Autoavaliação do PPG-Cefor, a Escuta Exploratória ocorre sob três eixos complementares: perspectiva interna, perspectiva externa e diretrizes da alta gestão. Esse processo tem como objetivo consolidar diferentes visões sobre o Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL), orientando a definição das diretrizes estratégicas do Programa.

Na perspectiva interna, o exercício de reflexão e autoconhecimento com a equipe Copos trouxe avanços significativos na organização e na gestão dos processos institucionais. A adoção da Gestão por quadros, listas e cartões, por meio da ferramenta Trello, permitiu um acompanhamento mais eficiente das atividades da Coordenação. Foram criados dois quadros compartilhados: um para a Gestão de Processos (<https://trello.com/b/HebwjYiD/gestao-de-processos-da-copos>), com monitoramento dos seis macroprocessos da Coordenação e planejamento mensal de atividades, e outro para a Gestão de Projetos (<https://trello.com/b/HebwjYiD/gestao-de-projetos-da-copos>), categorizando as iniciativas conforme seu status (em espera, em andamento, concluídas ou suspensas). Esse modelo promoveu maior transparência, otimizou a alocação de recursos e facilitou a visualização das etapas de execução pelas equipes, fortalecendo a tomada de decisão com base em dados atualizados.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

A perspectiva externa ficou circunscrita à avaliação de egressos, conduzida em duas edições, nos anos de 2022 e 2024. Esse levantamento permitiu aferir o impacto do MPPL na trajetória profissional dos ex-alunos e identificar oportunidades de aprimoramento para o Programa.

As diretrizes da alta gestão foram discutidas em reunião com o Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, no dia 19/08/2021, ocasião em que foram apresentadas a missão e diretrizes da Pós-Graduação, bem como as principais ações previstas no Plano Estratégico do PPG-Cefor. Durante esse encontro, o Diretor-Geral conheceu detalhadamente as iniciativas planejadas e concedeu aval para sua execução, garantindo alinhamento institucional e apoio para o desenvolvimento das ações estratégicas do Programa.

A Escuta Exploratória no quadriênio 2021-2024 reafirmou seu papel essencial na autoavaliação do MPPL, consolidando um processo contínuo de aprimoramento, que envolve tanto a comunidade acadêmica quanto os gestores institucionais na construção do futuro do PPG-Cefor.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

- Maior transparência, otimização da alocação de recursos e facilitação da visualização das etapas de execução pelas equipes, fortalecendo a tomada de decisão com base em dados atualizados.
- Identificação de demandas emergentes do Legislativo, como a necessidade de formação em tecnologias digitais, estudos de big data, transparência legislativa e mecanismos de participação social.
- Refinamento do Plano Estratégico do PPG-Cefor, contemplando o aprimoramento curricular, a atualização bibliográfica e a criação de novas modalidades de TCC.
- Consolidação de ações de inclusão, permanência e acessibilidade, com o início da implantação de políticas afirmativas e reserva de vagas para candidatos de baixa renda em processos seletivos futuros.

6. CONCLUSÃO

O processo de autoavaliação no quadriênio 2021-2024 consolida a maturidade do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, refletida em seus indicadores de desempenho, qualidade de produção técnico-científica, alinhamento às demandas do Poder Legislativo e compromisso com a transformação institucional. As cinco etapas de avaliação — Avaliação de Disciplinas, Avaliação de Egressos, Impacto e Adequação dos TCCs, Produção Docente e Discente (Extrato Lattes) e Escuta Exploratória — formam um ciclo virtuoso de melhoria contínua, contribuindo para a consolidação do MPPL como referência no campo dos estudos legislativos.

Os resultados evidenciam que o Programa tem conseguido equilibrar requisitos acadêmicos, com destaque para o crescimento da produção de alto nível, e objetivos profissionais voltados a gerar benefícios concretos à Câmara dos Deputados e à sociedade. Mantendo o foco na inovação, na colaboração e na excelência, as perspectivas para o próximo quadriênio são de aprofundamento dessas políticas e ações, reforçando o papel estratégico do MPPL na formação de recursos humanos altamente

Relatório de Dados Enviados do Coleta

qualificados e no fortalecimento do Poder Legislativo brasileiro.

Formação

2.1 Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa.

* FA 2.1.1: Análise de amostra aleatória de 5 (cinco) dissertações de mestrado ou equivalentes para verificar a adequação à proposta do Programa, conforme a modalidade, a vocação e a inserção como definidas em seu planejamento estratégico.

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de discentes do MPPL é uma preocupação constante do PPG-Cefor desde a seleção anual de novos alunos até a banca de Defesa. O produto final da pesquisa desenvolvida no MPPL deve demonstrar elevada qualificação em estudos legislativos e contribuir para a resolução de problemas complexos na área de Poder Legislativo e, mais especificamente, na Câmara dos Deputados. Dessa maneira, os projetos de pesquisa, apresentados desde a etapa de seleção de discentes, devem estar adequados às linhas de pesquisa do Programa e orientados às temáticas estabelecidas em edital, que são definidas em conjunto com a alta administração da Casa, conforme prevê a Política de Autoavaliação do MPPL. A lapidação dos projetos e da pesquisa é feita ao longo do curso em conjunto com o docente orientador e como parte das disciplinas obrigatórias Seminário de Pesquisa e Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso. Paralelamente, cursos de extensão, como as oficinas “Elaboração de Projetos de Pesquisa”, “Normalização de Trabalhos Acadêmicos”, “LaTeX no Overleaf” e “Fontes de Informação: identificação e representação”, ministradas pelos docentes do Programa, oferecem ferramentas e conhecimentos técnicos que contribuem para o refinamento do trabalho. Por fim, antes da banca de Defesa, composta por três membros com titulação de Doutor, sendo o orientador (Presidente), um membro docente do PPG-Cefor e um avaliador externo à Câmara dos Deputados, o TCC é previamente avaliado em banca de Qualificação, com o objetivo de verificar a maturidade e os conhecimentos científicos do aluno, a existência de um conteúdo preliminar capaz de evidenciar as contribuições do trabalho e, finalmente, preparar o aluno para a defesa.

Considerando a relevância da qualidade e da aplicabilidade dos TCCs, o Plano Estratégico do PPG-Cefor 2021-2024 previu ações para avaliação e constante aperfeiçoamento dos trabalhos. O primeiro passo foi a avaliação dos TCCs defendidos desde o início do MPPL quanto às temáticas que norteiam os trabalhos no âmbito das linhas de pesquisa do PPG-Cefor (relatórios técnicos de análise dos TCCs por linha de pesquisa disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>). Partindo de uma lista inicial de temáticas, posteriormente ampliada com a contribuição dos docentes orientadores, verificou-se que os trabalhos foram dedicados a responder a questões relevantes concernentes à Câmara dos Deputados e ao Poder Legislativo nas vertentes propostas em suas linhas de pesquisa. Entre as temáticas mais recorrentes nos TCCs defendidos entre 2021 a 2024 estão recursos humanos e gestão de pessoas (Linha 1), burocracia e eficiência (Linha 1), gestão da tecnologia e da informação (Linha 1), processo legislativo (Linha 2), relação

Relatório de Dados Enviados do Coleta

entre poderes (Linha 2), representação e participação política (Linha 3), informação e comunicação (Linha 3).

A partir das temáticas e de uma análise detalhada dos TCCs, pode-se constatar que os trabalhos desenvolvidos e apresentados no MPPL se mostram condizentes com a modalidade de mestrado profissional. É possível confirmar, no quadriênio 2021-2024, a intenção e a vocação dos TCCs para análise e solução de questões complexas do Poder Legislativo, tanto em sua vertente de área de estudo como no campo institucional. Dessa forma, além dos trabalhos indicados no Anexo A da Ficha de Avaliação e destacados no item FA 2.1.2, são exemplos de adequação à proposta do Programa os seguintes TCCs do último quadriênio:

TCCs de 2024

- OS PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA ORAL, Thiago Esteves Barbosa, Linha 2.
- MEDIDAS PROVISÓRIAS NO BRASIL (2016-2022): EQUILÍBRIO DINÂMICO DE FORÇAS À LUZ DA TEORIA DOS JOGOS, Diogo Macedo de Novaes, Linha 2.
- OBSERVATÓRIO PARLAMENTAR DA REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Fernando Brito, Linha 3.
- COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E RESPONSABILIDADE: PANORAMA DOS PARLAMENTOS SUBNACIONAIS BRASILEIROS, Igor Albuquerque, Linha 3.
- CULTURA ORGANIZACIONAL E ESTRESSE SOCIAL NO PARLAMENTO BRASILEIRO: REGISTRO E ANÁLISE DE AÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19, Thuane Vieira Rocha Da Silva, Linha 1.

TCCs de 2023

- A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PODER LEGISLATIVO FEDERAL: UMA CARTA DE SERVIÇOS SOBRE ENGAJAMENTO PÚBLICO NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO E SEUS ÓRGÃOS AUXILIARES, Alisson Queiroz, Linha 2.
- DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A CÂMARA DOS DEPUTADOS, Danilo Carlos Macedo de Araujo, Linha 2.
- PRODUÇÃO LEGISLATIVA FEMININA: A AGENDA DE MULHERES E A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA DESDE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, Marta dos Santos, Linha 3.
- ORÇAMENTO IMPOSITIVO BRASILEIRO: A DISPUTA ENTRE OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO PELO CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS (2012–2021), Marcos Piñon, Linha 2.
- ENTRE A INFORMAÇÃO E A POLÍTICA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Thiago Colucci Alves, Linha 1.

TCCs de 2022

- A AGENDA LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO, Leonardo Gomes, Linha 2.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

- INICIATIVA POPULAR E QUALIDADE DA DEMOCRACIA: O CASO DO PROJETO "CÂMARA MAIS BARATA" NA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF, Rodrigo Chia, Linha 3.
- CARTEL LEGISLATIVO E PATRONAGEM: ESTUDO SOBRE A FORMALIZAÇÃO DA LIDERANÇA DA MAIORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Lucas Machado, Linha 3.
- APOSENTADORIA DO SERVIDOR COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO COMPARADO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE CONCESSÃO NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Kelly Viviane da Silva, Linha 1.

TCCs de 2021

- FUNÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS INTERATIVAS NO SENADO FEDERAL, Marcus Guevara, Linha 3.
- DIAGNÓSTICO DA E-PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Simone Ravazzolli, Linha 3.
- REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: PERCEPÇÃO DE INTEGRANTES DA SECRETARIA E DA PROCURADORIA DA MULHER, Roberta Gonçalves, Linha 3.
- CONEXÃO ELEITORAL: PADRÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS E COMPORTAMENTO LEGISLATIVO DE DEPUTADAS NA 55ª LEGISLATURA, Raquel Faria, Linha 2.

Quanto ao formato dos TCCs, o MPPL, em consonância com sua natureza profissional, tem incentivado a produção de trabalhos em outros formatos que não somente a dissertação, de forma a atender às demandas da sociedade e do Poder Legislativo, alinhadas com o objetivo do programa, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento. Nesse sentido, desenvolveu um “Guia de modalidades de TCC” com o objetivo de esclarecer e fomentar a prática dos diferentes formatos permitidos pela Capes para mestrados profissionais, que possam gerar resultados mais efetivos para a Instituição (disponível em https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes/copy_of__2edio_GUIAMODALIDADESDETCPPUBLICADO_REVISO_2022.pdf).

Por fim, desde 2020 os editais de seleção de discentes têm considerado não apenas as linhas de pesquisa, mas o quantitativo de vagas por docente com disponibilidade para orientação, observando-se as temáticas de maior interesse institucional, discutidas com a alta administração da Câmara dos Deputados (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/processo-seletivo/selecoes-anteriores-regulares>). Para a oferta das vagas, são considerados o perfil do corpo docente, a aplicabilidade dos trabalhos produzidos, as diretrizes estratégicas institucionais e a respectiva inserção regional e nacional.

* FA 2.1.2: Avaliação qualitativa de dissertações ou equivalentes, indicadas pelos programas em formulário específico (Anexo A). Serão consideradas a representatividade em termos das áreas de concentração, linhas de pesquisa e a justificativa da indicação, para verificar a adequação à proposta do

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Programa, conforme a modalidade, a vocação e a inserção como definidas em seu planejamento estratégico. Serão também observados eventuais produtos derivados e premiações auferidas.

Conforme requisitado no Anexo A, o Programa selecionou cinco TCCs para avaliação qualitativa. Os trabalhos indicados representam a diversidade de temáticas incluídas nas linhas de pesquisa do MPPL, a possibilidade de utilização de diferentes metodologias de pesquisa, a orientação do Programa para a experimentação de novas modalidades de TCC e o impacto social e em políticas públicas que as pesquisas conduzidas no PPG-Cefor têm o potencial de gerar. Como produção derivada das pesquisas, ressalta-se a aplicação dos trabalhos na Câmara dos Deputados, em suas vertentes de prática profissional e impacto em políticas públicas, objetivo primário do MPPL.

No contexto da Linha 1, o trabalho “GESTÃO DO CONHECIMENTO NO SENADO FEDERAL: ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO NA SEGRAF” destaca-se pelo seu potencial de aplicação prática. Embora tenha sido direcionado ao Senado Federal, o modelo de Gestão do Conhecimento (GC) proposto pode ser adaptado para a Câmara dos Deputados e outras instituições legislativas, evidenciando que um mestrado profissional em Poder Legislativo gera saberes aplicáveis além da instituição que promove o curso. A pesquisa parte da identificação de uma lacuna na estrutura organizacional do Senado em relação à governança dos diferentes saberes institucionais. O estudo mostrou que a ausência de um processo formalizado de gestão do conhecimento pode levar ao esquecimento de muitas práticas organizacionais, que se perdem devido à alta rotatividade de servidores, ausência de mecanismos de documentação e falta de uma cultura consolidada de compartilhamento de saberes. A falta de um modelo estruturado compromete a retenção da expertise adquirida ao longo do tempo, dificultando a continuidade de projetos e impactando negativamente a eficiência administrativa. Como solução, propõe a implementação de boas práticas de GC pelas unidades setoriais, permitindo a criação de um repositório acessível a todos os profissionais da organização. O estudo foi desenvolvido a partir de um projeto piloto aplicado à Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal (SEGRAF), composta por unidades como a Diretoria da SEGRAF, Coordenação de Edições Técnicas (COEDIT), Coordenação de Gestão da Produção (COGEP) e Coordenação Industrial (COIND). A premissa central do trabalho é que o conhecimento institucional é um ativo estratégico, essencial para a memória organizacional e a melhoria contínua dos processos legislativos. Para preencher as lacunas identificadas, a análise concentrou-se na criação, retenção, transferência, compilação, transformação e compartilhamento do conhecimento, além da geração, armazenagem, recuperação, organização e inovação. O modelo de GC recomendado foi estruturado em três etapas: (a) diagnóstico – identificação dos desafios e mapeamento dos saberes existentes na instituição; (b) planejamento – desenvolvimento de um conjunto de estratégias para estruturar a GC; e (c) desenvolvimento da gestão – implementação das soluções propostas, garantindo um fluxo contínuo de aprimoramento e adaptação. O projeto piloto permitiu testar e aprimorar cada fase desse modelo, gerando um conjunto de diretrizes práticas para a implementação em larga escala. Além de inovador e inédito, o trabalho proporciona flexibilidade para ajustes e adaptações, possibilitando sua replicação em outras instituições legislativas conforme suas necessidades específicas. A pesquisa incluiu um questionário diagnóstico para mensurar o grau de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

maturidade da GC no Senado, identificando oportunidades de aprimoramento e consolidando um arcabouço metodológico estruturado e replicável. Os resultados indicaram que a adoção do modelo pode reduzir significativamente a redundância de processos, melhorar o fluxo de informações e garantir maior eficiência na tomada de decisões institucionais. Como reconhecimento de sua relevância acadêmica e institucional, o TCC foi selecionado para publicação na Coleção de Teses, Dissertações e Monografias do Senado Federal, reforçando sua contribuição para o desenvolvimento de políticas e práticas voltadas à preservação e uso estratégico do conhecimento organizacional. A pesquisa também abre caminho para futuras iniciativas voltadas à digitalização e automação de processos de GC, ampliando sua aplicabilidade e consolidando a cultura da gestão do conhecimento no setor público.

Com impacto dirigido ao escopo da Linha 2 do MPPL, mas usufruindo, também, dos saberes da Linha 1, o trabalho “INSTRUMENTO DE RECOMENDAÇÃO AUTOMÁTICA DE AÇÕES PARLAMENTARES COM BASE EM PREFERÊNCIAS”, desenvolvido por Carlos Rafael de Aguiar Nery, destaca-se pelo caráter inovador e pelo impacto prático no aprimoramento da governança digital no Senado Federal. A pesquisa resultou na criação de um sistema automatizado de recomendação de ações legislativas, permitindo que senadores identifiquem proposições de interesse de forma rápida e precisa. Esse modelo inovador tem potencial de replicação na Câmara dos Deputados e em parlamentos subnacionais, tornando-se uma solução escalável para aprimorar o assessoramento legislativo. O software atende à necessidade de gerenciar um volume crescente de proposições legislativas, simplificando a seleção de matérias relevantes em um ambiente caracterizado pela alta complexidade temática e redundância de propostas. O impacto dessa ferramenta é significativo, uma vez que a seleção manual de projetos de interesse gera sobrecarga de trabalho para as assessorias parlamentares e pode resultar em lacunas no monitoramento de matérias legislativas. Com a automatização do processo, reduz-se a necessidade de filtragens manuais, otimizando o tempo das equipes e permitindo que os parlamentares estructurem suas agendas legislativas de maneira mais estratégica e eficiente. Além disso, a ferramenta facilita a conexão política com as bases eleitorais, garantindo que os senadores acompanhem e atuem de forma mais assertiva nas proposições alinhadas às suas pautas e compromissos políticos. O sistema foi projetado para oferecer um conjunto robusto de funcionalidades baseadas em inteligência artificial e processamento de linguagem natural (PLN). O algoritmo desenvolvido emprega técnicas avançadas, como similaridade de cosseno e Best Match 25, utilizadas para calcular a relação entre diferentes proposições e o histórico de atuação dos parlamentares. Entre suas funcionalidades, destacam-se a identificação da autoria dos projetos, análise de relatorias e pronunciamentos, categorização do tipo de tramitação e modelagem das preferências parlamentares com base na trajetória política e legislativa de cada senador. Com esses recursos, a ferramenta permite um mapeamento preciso dos interesses legislativos de cada parlamentar, tornando-se um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas no Senado. A inovação proposta no TCC foi amplamente reconhecida dentro do Senado Federal. O sistema foi apresentado a 80 gabinetes parlamentares (de um total de 81), recebendo apoio unânime dos assessores e legisladores consultados. Além disso, o código-fonte do software foi disponibilizado em um repositório público, permitindo que novos estudos aprimorem o algoritmo e expandam sua aplicação para outras instituições legislativas. Essa

Relatório de Dados Enviados do Coleta

abordagem garante flexibilidade para atualizações e personalizações, adaptando a ferramenta às necessidades específicas de diferentes casas legislativas. O impacto dessa pesquisa transcende a modernização do assessoramento parlamentar, representando um avanço significativo na eficiência legislativa e na inovação tecnológica do Senado Federal. O estudo abre caminho para a adoção de inteligência artificial em outras etapas do processo legislativo, contribuindo para a transparência, otimização de fluxos de trabalho e fortalecimento da governança digital no Parlamento brasileiro. Como reconhecimento do mérito acadêmico e institucional do trabalho, o TCC foi selecionado para publicação na Coleção de Teses, Dissertações e Monografias do Senado Federal, consolidando-se como uma referência para a modernização da gestão legislativa.

Ainda no contexto da Linha 2, o TCC “AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA MINI E MICROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA COMO POLÍTICA PÚBLICA COM BASE EM ABORDAGEM DE VEDUNG” destaca-se como uma contribuição acadêmica e institucional relevante, abordando um dos pilares essenciais do Poder Legislativo: a avaliação de políticas públicas. Essa função vai além do monitoramento orçamentário, abrangendo a fiscalização da efetividade das ações governamentais, o controle da destinação dos recursos públicos e a formulação de recomendações para aperfeiçoamento das políticas implementadas. Nesse contexto, o trabalho analisa um tema estratégico para o desenvolvimento sustentável e para a segurança energética do Brasil, avaliando o impacto da política pública que incentiva a mini e a microgeração distribuída de energia elétrica. Criado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) viabilizou o crescimento da geração descentralizada a partir de fontes renováveis, sendo mais de 98% da geração proveniente de energia solar fotovoltaica. A pesquisa se destaca ao utilizar a abordagem metodológica de Vedung, um dos principais referenciais teóricos da avaliação de políticas públicas. O estudo analisa os efeitos econômicos, ambientais e sociais do SCEE, considerando aspectos como custos de instalação, tarifas, tributação, financiamento, eficiência energética e satisfação dos usuários. Além disso, a pesquisa examina como a política pública impacta diferentes grupos da sociedade, verificando se os benefícios estão distribuídos de maneira equitativa. Os resultados indicam que, embora o incentivo à geração distribuída tenha sido eficaz para ampliar a participação de fontes renováveis na matriz energética e reduzir a dependência de fontes fósseis, há desigualdades no acesso ao programa. Os consumidores com maior poder aquisitivo foram os principais beneficiados, enquanto grupos de menor renda enfrentaram dificuldades para aderir ao sistema, evidenciando a necessidade de ajustes regulatórios para tornar a política mais inclusiva e eficiente. O trabalho foi um dos cinco selecionados pelo MPPL por sua relevância acadêmica, impacto social e potencial de influência na formulação de políticas públicas. Ele demonstra como a pesquisa aplicada pode fornecer subsídios concretos para gestores e legisladores, contribuindo para a tomada de decisões baseadas em evidências. Além disso, a pesquisa propõe aperfeiçoamentos no modelo de compensação de energia, considerando não apenas sua viabilidade econômica, mas também seus impactos ambientais e sociais. Ao indicar oportunidades de aprimoramento regulatório, o estudo oferece um modelo replicável para a avaliação de outras políticas energéticas e ambientais, podendo ser adotado em contextos nacionais e internacionais. Assim, o TCC representa um exemplo de inovação

Relatório de Dados Enviados do Coleta

metodológica no campo das políticas públicas, reforçando o papel do mestrado profissional na produção de conhecimento aplicado e na modernização da governança pública.

No âmbito da Linha 3, o TCC “CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA AOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS NO PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO” aborda a participação política dos povos originários no âmbito do Poder Legislativo brasileiro. O estudo considera diversos grupos, incluindo povos pretos, como quilombolas, comunidades de terreiro e de matriz africana, além de povos do mar, dos rios, das matas e ciganos. Para enriquecer a pesquisa, o autor utilizou como referência o Conselho e o Parlamento Sami, representações políticas das populações nativas da Noruega. Um aspecto de destaque deste TCC é sua dimensão internacional. O autor atuou como pesquisador visitante na Universidade do Ártico, campus de Tromsø, entre setembro e outubro de 2022, sob a supervisão do professor Øyvind Ravna. Nesse período, a pesquisa focou nas ferramentas de democracia participativa do povo Sami perante o Parlamento norueguês. A Noruega é reconhecida por ter alcançado sucesso significativo na inclusão de populações autóctones em seu processo legislativo, servindo como modelo para outros países. A pesquisa identifica a ausência de parâmetros para a criação de uma Comissão Especial Mista no Congresso Nacional brasileiro (CEPM), visando ao cumprimento das disposições da Constituição Federal e da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a autodeterminação das populações nativas. A CEPM é vista como forma de garantir essa autodeterminação no contexto nacional. A relevância acadêmica do trabalho é reforçada pela experiência prévia do autor no tema, incluindo a organização da coletânea “Direito das Comunidades Tradicionais Caiçaras” (São Paulo: Café com Lei, 2016) e a apresentação de trabalhos em congressos sobre direitos de comunidades tradicionais e povos indígenas no Brasil. Na Noruega, o autor visitou o Parlamento Sami, reuniu-se com a presidente da instituição, Silje Karine Muotka, e participou de entrevistas para a mídia local. Também apresentou seu projeto de pesquisa para alunos e professores da universidade norueguesa. Essa experiência internacional resultou na organização do evento “Conselho Ártico e as oportunidades para o Brasil”, realizado na Câmara dos Deputados em dezembro de 2022, com apoio da Liderança do Partido Socialista Brasileiro. O debate contou com a presença de lideranças indígenas e pesquisadores, promovendo reflexões sobre a participação indígena na governança nacional e internacional. O impacto social do TCC é evidente ao propor a adaptação de instrumentos participativos pluralistas, como os utilizados pelo povo Sami, ao contexto brasileiro, que abrange mais de 300 etnias indígenas. A pesquisa sugere que a inclusão efetiva desses povos no processo legislativo brasileiro pode ser aprimorada por mecanismos de consulta prévia, livre e informada, conforme estabelecido pela Convenção nº 169 da OIT, que assegura o direito de consulta sempre que medidas legislativas ou administrativas possam afetar diretamente esses povos, visando alcançar um acordo acerca das medidas propostas. A escolha deste TCC deve-se à sua abordagem inovadora e à relevância acadêmica e social. O trabalho não apenas contribui para o avanço dos estudos sobre parlamentos, representação política e democracia participativa, mas também propõe soluções práticas para a inclusão efetiva dos povos originários e tradicionais no processo legislativo brasileiro. Ao analisar experiências internacionais bem-sucedidas e adaptá-las ao contexto nacional, o TCC oferece subsídios valiosos para a formulação de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

políticas públicas mais inclusivas e representativas, fortalecendo a democracia e promovendo justiça social.

Também na Linha 3, o TCC “EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS DE FACT-CHECKING NO PARLAMENTO FEDERAL BRASILEIRO: AS INICIATIVAS “COMPROVE” E “VERIFICA” DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL” compara os instrumentos de checagem de fatos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o objetivo de analisar e descrever os serviços implementados institucionalmente no Congresso Nacional brasileiro para enfrentar a desinformação sobre o Poder Legislativo, além de analisar o uso das referidas ferramentas pelos cidadãos. É sabido que as notícias falsas (fake news) tornaram-se um fenômeno de grandes proporções no campo político. Os dispositivos examinados são os seguintes: Comprove (<https://www.camara.leg.br/comprove>), lançado em 2019, e o Senado Verifica: Fato ou Fake? (<https://www12.senado.leg.br/verifica>), implantado em 2020. Ao utilizar os serviços citados, o cidadão pode tirar dúvidas sobre conteúdos recebidos pelas redes sociais ou divulgados em sites da internet. As duas iniciativas buscam, ainda, incentivar boas práticas e orientar os usuários com dicas para identificar informações falsas. A pesquisa resultou em artigo publicado em revista estrangeira: “Política e Fake News: Experiências de verificação de notícias falsas no Parlamento Brasileiro” (Revista Contextualizaciones Latinoamericanas, Departamento de Estudios Ibéricos y Latinoamericanos, Universidad de Guadalajara, México). O texto integral está disponível em: <https://contextlatin.cucsh.udg.mx/index.php/CL/article/view/8067> - DOI: <https://doi.org/10.32870/cl.v2i31.8067>. Apesar de as mentiras não serem novidade no âmbito político, o poder das novas tecnologias e das mídias sociais amplificaram a produção, alcance e circulação de informações falsas. Tal fenômeno causa muitos prejuízos à democracia, em especial o colapso da confiança nas instituições políticas. Em termos de contextualização, a análise expõe um mapeamento das ações de órgãos federais, envolvidos no início do denominado “movimento nacional de enfrentamento à desinformação no âmbito das instituições federais brasileiras”. Buscou-se resgatar as principais ações, eventos e projetos que deram origem às experiências de checagem tanto no Poder Executivo como no Poder Judiciário. Foram incluídos levantamentos sobre as Assembleias Legislativas dos estados e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, com o objetivo de verificar a existência de serviços de checagem nos Parlamentos subnacionais do País. Em complemento, constam alguns registros de experiências internacionais de verificação de fatos em países da Comunidade Europeia, embora mais relacionados a processos eleitorais. Quanto aos resultados, o estudo mostra que a maior parte das solicitações checadas e com apurações divulgadas tiveram origem em informações falsas sobre o processo de produção e tramitação de proposições, o que se coaduna com os objetivos dos dois canais de contribuir para o enfrentamento à desinformação sobre o Legislativo. Os serviços de combate à desinformação se compatibilizam com os princípios constitucionais que regem as duas Casas Legislativas, entre eles, o de transparência e publicidade, a partir da checagem dos dados e sua correta publicização. Ademais, a prática contínua e sistemática da verificação de fatos apresenta potencial de correção de informações enganosas sobre o Legislativo. Em síntese, ao analisar as duas iniciativas, a pesquisa oferece um diagnóstico fundamental sobre as estratégias institucionais para enfrentar as fake news sobre o Poder

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Legislativo. Dessa forma, o trabalho contribui diretamente para o fortalecimento da governança comunicacional do Parlamento brasileiro, fornecendo subsídios para a manutenção e aperfeiçoamento desses instrumentos essenciais de combate à desinformação, razão pela qual foi escolhido.

A seleção dos cinco TCCs destacados pelo MPPL reflete o compromisso do programa com a excelência acadêmica e a relevância prática das pesquisas desenvolvidas. Esses trabalhos foram escolhidos não apenas pela qualidade metodológica, mas também pelo impacto direto nas políticas públicas e na sociedade. A diversidade temática e a profundidade das análises presentes nesses TCCs evidenciam a relevância acadêmica do MPPL e seu alinhamento com as demandas sociais e institucionais. A seleção desses trabalhos reflete o compromisso do programa em promover pesquisas que não apenas atendam aos critérios acadêmicos de excelência, mas que também gerem impacto real na sociedade e nas políticas públicas. Essa abordagem fortalece o papel do Legislativo na promoção de políticas eficazes e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.2 Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.

* FA 2.2.1: Avaliação da qualidade da produção de artigos com base na classificação pelo sistema Qualis (A1 a B4).

FA 2.2.2: Proporção de discentes e egressos do Programa com produção bibliográfica (livros, capítulos, verbetes).

FA 2.2.3: Proporção de discentes e egressos do Programa com produção técnico-tecnológica.

A produção de discentes e egressos do MPPL, considerando como egressos os mestres formados no período 2020-2024, possui maior volume de produção no campo técnico-tecnológico, como esperado de um curso de mestrado profissional. As atividades profissionais desenvolvidas no Poder Legislativo, principalmente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e aperfeiçoadas pelas pesquisas conduzidas no âmbito do PPG-Cefor correspondem a 902 produtos (quantidade identificada por meio do Extrato Lattes gerado para o período 2021-2024; pode não corresponder às coletas da plataforma Sucupira, considerando que algumas produções foram inseridas no Lattes a posteriori). A publicação de artigos, capítulos e livros, no entanto, demonstra que os mestres em Poder Legislativo também se dedicam ao aprimoramento no campo de estudos legislativos, gerando contribuição significativa para a academia.

Levantou-se um total de 17 artigos, considerando aqueles Qualis em CP&RI (3 A1, 1 A3, 7 A4, 2 B1, 4 B2), ou 24, considerando o maior estrato (3 A1, 4 A2, 2 A3, 7 A4, 2 B1, 5 B2 e 1 C). Quantos a livros, são 18 capítulos, 9 organizados e 9 autorais.

Dessa forma, considerando os estratos do Qualis 2017-2020, os índices e proporções solicitadas pelos subitens de 2.2 e um total de 144 discentes e egressos contabilizados ao longo dos últimos 5 anos (2020-2024), chegou-se aos valores relativos ao MPPL:

Relatório de Dados Enviados do Coleta

- FA 2.2.1 - IPPArD/E = $[(n^{\circ} A1 \cdot 100) + (n^{\circ} A2 \cdot 85) + (n^{\circ} A3 \cdot 70) + (n^{\circ} A4 \cdot 55) + (B1 \cdot 25) + (B2 \cdot 20) + (B3 \cdot 10) + (B4 \cdot 5)] / n^{\circ} \text{ de discentes e egressos}]$. O PPG-Cefor seguiu os valores do Qualis 2017-2020, portanto não deve ser considerado como índice final.

$$\text{IPPArD/E} = [(3 \cdot 100) + (0 \cdot 85) + (1 \cdot 70) + (7 \cdot 55) + (2 \cdot 25) + (4 \cdot 20) + (0 \cdot 10) + (0 \cdot 5)] / 144$$

$$\text{IPPArD/E} = 6,14$$

Considerando o maior estrato Qualis, independentemente da área, o índice passaria a:

$$\text{IPPArD/E} = [(3 \cdot 100) + (4 \cdot 85) + (2 \cdot 70) + (7 \cdot 55) + (2 \cdot 25) + (5 \cdot 20) + (0 \cdot 10) + (0 \cdot 5)] / 144$$

$$\text{IPPArD/E} = 9,13$$

Para fins de comparação, o artigo A1 não contabilizado pela CP&RI no Qualis 2017-2020 foi publicado na Forest Policy and Economics, periódico internacional cujo fator de impacto é 4.

- FA 2.2.2 - Livros (x 3) – Capítulos (x 1) – Verbetes (x 0,7) / n° de discentes e egressos
 $(9 \cdot 3 + 18 \cdot 1 + 0 \cdot 0,7) / 144 = 0,313 = 31,3\%$

- FA 2.2.3 - Proporção de discentes e egressos do Programa com produção técnico-tecnológica.
95 discentes e egressos com produção técnica cadastrada / 144 = 0,66 = 66%

O PPG-Cefor considera o resultado representativo e aderente a um programa de vocação profissional. Embora a ênfase esteja na produção técnica, há também uma contribuição relevante na forma de artigos, livros e capítulos que enriquecem a área de estudos legislativos. Essa diversidade de produção intelectual demonstra o compromisso do corpo de discentes e egressos do MPPL com o avanço da pesquisa focada no Poder Legislativo. Reflete, também, o impacto do programa na qualificação de profissionais para a análise e aprimoramento das instituições legislativas e das políticas públicas no Brasil.

O PPG-Cefor monitora periodicamente essa produção, por meio de ações de apoio e incentivo à divulgação do conhecimento, o que mantém ativa a rede de contatos acadêmico-profissionais. Essa abordagem integrada entre produção técnica e acadêmica assegura que o MPPL continue a contribuir significativamente para o aprimoramento das práticas legislativas e para o fortalecimento das instituições democráticas no Brasil. A seguir, será apresentado um breve relato pontuando os aspectos aqui descritos sobre a produção egresso/discente no período 2021-2024.

No que se refere à publicação de ARTIGOS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS classificados pelo sistema Qualis (FA 2.2.1), diversos egressos do MPPL se destacaram. Aqui, também vale destacar a produção de egressos com mais de 5 anos de conclusão do curso.

O egresso Paulo Roberto Simão Bijos, em continuidade à sua pesquisa de mestrado, publicou "O NASCIMENTO DA INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE BRASILEIRA: EXPLICAÇÃO À LUZ DO

Relatório de Dados Enviados do Coleta

MODELO DE KINGDON" (2024, A1), um estudo que investiga a criação da Instituição Fiscal Independente e seus efeitos sobre a política fiscal do país. Também publicou "ORÇAMENTAÇÃO POR DESEMPENHO: UM CASO DE POLICY DIFFUSION" (2022, B2), aprofundando a difusão do modelo de orçamentação por desempenho e suas implicações no Brasil. Já Elisabete Busanello, em linha com seu trabalho no MPPL sobre comunicação política e novas tecnologias, publicou "DIGITAL MANDATES AND THEIR MANAGEMENT: STRATEGIES FOR USAGE OF SOCIAL MEDIA BY BRAZILIAN FEDERAL LEGISLATORS" (2021, A1), analisando a presença digital dos parlamentares federais e os desafios da interação com a sociedade.

A pesquisa sobre políticas públicas e orçamento público também teve contribuições relevantes. Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel publicou "A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ARE 639.337 AGR SP" (2022, B2), abordando o impacto das decisões judiciais na implementação de políticas educacionais. Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt, por sua vez, publicou "CONTROLE PARLAMENTAR POR MEIO DO ORÇAMENTO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM OBRAS PÚBLICAS" (2022, A4), examinando como o orçamento pode ser utilizado como ferramenta de controle pelo Legislativo.

A atuação dos egressos na análise e desenvolvimento de políticas públicas também se reflete em outras publicações. Nilson Rodrigues de Assis publicou "TRANSITION TO SUSTAINABILITY: ASSESSING THE CHALLENGES OF THE BRAZILIAN ENVIRONMENTAL AGENDA AND POLICY" (2023, A1), em que discute os desafios da sustentabilidade e sua relação com a formulação de políticas ambientais no Brasil. Fábio Liberal Ferreira de Santana, em "A DINÂMICA DO PROCESSO LEGISLATIVO: ESTUDO SOBRE A ELABORAÇÃO DAS EMENDAS À CONSTITUIÇÃO DE 1988" (2024, A2), analisa a tramitação de propostas de emenda constitucional e suas consequências para o funcionamento do Legislativo. Carlos Rafael de Aguiar Nery (egresso) e Alexandre Lin (egresso) escreveram o artigo INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESEMPENHO DO IDEB EM PERNAMBUCO (2024, A4), em conjunto com o docente Fabiano Peruzzo Schwartz.

O impacto do MPPL na qualificação de profissionais para o campo da governança pública e da gestão legislativa também se evidencia na produção de Rubens Vasconcellos Terra Neto, que publicou "APRENDIZAGEM DE MÁQUINA E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DO SENADO FEDERAL: ANÁLISE DE SOBREPREGO" (2024, A4), um estudo inovador sobre a aplicação de inteligência artificial para a detecção de irregularidades em contratos públicos. Já Thiago Alexandre Melo Matheus, em "ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O EFEITO DO FIM DAS COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2020" (2021, A4), analisou os impactos das mudanças no sistema eleitoral brasileiro.

Egressos individualmente ou em coautoria com docentes do MPPL publicaram trabalhos relevantes ao campo de estudo do Poder Legislativo. Alisson Bruno Dias de Queiroz e Cristiane Brum Bernardes estudaram o ENGAJAMENTO PÚBLICO NOS EVENTOS INTERATIVOS DO PORTAL E-CIDADANIA DO SENADO FEDERAL (2023, B1). No campo da transparência e participação política, destaca-se o artigo

Relatório de Dados Enviados do Coleta

TRIPLE IDENTITY IN CONFLICT: ETHNOGRAPHY IN LEGISLATIVE MEDIA AND ITS POSSIBILITIES (2021, A2), de Cristiane Brum Bernardes (docente) e Sarah Albertina Cerqueira Nunez. Diego de Oliveira Machado escreveu GEOGRAFIA DO VOTO NAS ELEIÇÕES DE 2018 PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS (2022, A4), tema vinculado ao seu TCC. João Thiago Almeida Stilben publicou E SE O BOLSONARO FALASSE DE VOCE? UMA REVISAO MIDIATICA E LITERARIA SOBRE A CAPACIDADE DESTRUTIVA DO FIREHOSING E DO FLAMING (2021, A3). MYRIAN VIOLETA CAVALHERO publicou com o docente Antonio Teixeira de Barros os artigos EL DEBATE PARLAMENTARIO SOBRE LA DESTITUCIÓN DE DILMA ROUSSEFF: LA PALABRA DE LAS SENADORAS BRASILEÑAS (2023, A1) e FORMAÇÕES DISCURSIVAS NOS PRONUNCIAMENTOS DAS SENADORAS SOBRE O IMPEDIMENTO DE DILMA ROUSSEFF (2023, A1).

Ronaldo Quintanilha da Silva teve ampla produção no quadriênio: ACCOUNTABILITY HORIZONTAL: A FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR EXERCIDA PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 55ª LEGISLATURA (2022, A4), obra vinculada ao seu TCC; CONTROLE PARLAMENTAR POR MEIO DOS DISCURSOS DOS DEPUTADOS NA 55ª LEGISLATURA (2021, B1), obra vinculada ao seu TCC; FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR PELO CONGRESSO NACIONAL DE 1988 A 2018: VOLUME, FREQUÊNCIA E TAXA DE APROVAÇÃO (2022, A3); JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O USO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE PELOS PARTIDOS POLÍTICOS (2019-2020) (2022, A4); O EXERCÍCIO DA FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS (55ª LEGISLATURA): QUAIS TEMAS FORAM FISCALIZADOS E QUAL AMPLITUDE APLICADA (LOCAL OU NACIONAL (2021, B2).

Além da significativa produção de artigos, os egressos do MPPL vêm contribuindo ativamente para a literatura sobre Poder Legislativo e políticas públicas por meio de LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS (FA 2.2.2).

Um exemplo notável é a obra "MULHERES E LOBBY NO PARLAMENTO BRASILEIRO" (2023, LIVRO AUTORAL), de Francine Moor, resultado direto de sua pesquisa de mestrado, que analisa a atuação das mulheres no lobby político e os desafios enfrentados em um ambiente predominantemente masculino. Paulo Roberto Simão Bijos, aprofundando sua pesquisa na área orçamentária, publicou os capítulos "SPENDING REVIEW E MEDIUM-TERM EXPENDITURE FRAMEWORK – CAMINHOS PARA MAIOR ESTABILIDADE?" (2022) e "PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO NO BRASIL: PROPOSTAS DE INOVAÇÃO" (2020), consolidando-se como referência na área.

Fábio Liberal Ferreira de Santana produziu POR TRÁS DA MESA: DA MUDANÇA PARA BRASÍLIA À PRIMEIRA VOTAÇÃO REMOTA DA HISTÓRIA (2024, LIVRO PUBLICADO), que destaca os bastidores do Senado Federal em momentos que marcaram a história do Brasil, relatados pelos titulares da Secretaria-Geral da Mesa. Jonatas Dias Lima escreveu HOMESCHOOLING NO BRASIL: FATOS, DADOS E MITOS (2021, LIVRO PUBLICADO), que apresenta um rico panorama sobre a educação domiciliar, com dados sólidos para aprofundar a compreensão sobre a temática. Manuella da Silva Nonô escreveu D. PEDRO I, CONSTITUCIONALISTA (2022, CAPÍTULO). Michelle Cristina de Souza Silva escreveu A

Relatório de Dados Enviados do Coleta

EXPERIENCIA DE CROWDLAW NO BRASIL: ELABORACAO COLABORATIVA ONLINE DE LEIS NA CAMARA DOS DEPUTADOS (2023, CAPÍTULO). Noemi Araujo Lopes escreveu A IMPORTANCIA DO ADVOCACY DO TERCEIRO SETOR NAS REDES SOCIAIS EM MATERIAS DE DEFESA DOS DIREITOS POLITICOS DAS MULHERES (2023, CAPÍTULO).

A temática da comunicação pública e da governança legislativa também se destaca na produção bibliográfica dos egressos. Ginny Carla Moraes de Carvalho, em "ANTES VITRINE, AGORA CONVITE AO ENGAJAMENTO: INOVAÇÃO NA TRANSMISSÃO AO VIVO DA TV CÂMARA" (2023, CAPÍTULO), reflete sobre as mudanças nos formatos de transmissão legislativa e a ampliação da participação cidadã. Ginny também publicou trabalho vinculado a seu TCC, PLENÁRIOS AO VIVO: UM MAPEAMENTO DAS TRANSMISSÕES DOS PARLAMENTOS DO CONTINENTE AMERICANO (2021, A4), com a docente Claudia Regina Fonseca Lemos. Lincon Macário Maia, atuando na interseção entre comunicação política e transparência legislativa, publicou "O FUTURO DA TV - 25 ANOS DA TV CÂMARA" (2023, LIVRO ORGANIZADO), analisando os desafios da comunicação pública no ambiente digital.

Além dessas contribuições, outros egressos se destacaram na produção acadêmica, ampliando o alcance do MPPL. Rafaela Silva Brito, com "FRATERNIDADE E DIREITO AO DESENVOLVIMENTO: FUNDAMENTOS E ALCANCE A PARTIR DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL" (2024, LIVRO ORGANIZADO), trouxe reflexões sobre direitos humanos e políticas públicas. Tairone Messias Rosa, com "PARTIDOS POLÍTICOS CONTRA EMENDAS CONSTITUCIONAIS: PANORAMA DA MOBILIZAÇÃO DO STF NO PERÍODO DE 1988 A 2017" (2024, LIVRO PUBLICADO), explorou a relação entre o Judiciário e o Legislativo na revisão constitucional.

Outros capítulos também merecem destaque, como "ENTRE O JORNALISMO E O ATIVISMO DIGITAL: A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA INDEPENDENTE COMO ESTRATÉGIA DE ADVOCACY SOBRE A AGENDA LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS" (2022), de Samia Bechelane Cordeiro de Melo, que analisou a influência do jornalismo independente na agenda legislativa; e "PEC 188/2019: CELEBRAÇÃO EXPRESSA DO PACTO FEDERATIVO OU PERMANÊNCIA SILENCIOSA DO PACTO REGRESSIVO?" (2020), de Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt, abordando os impactos da proposta de emenda constitucional.

Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt também contribuiu com "CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE: DESENHO INSTITUCIONAL E INDIVIDUALIDADE HISTÓRICA" (2024), discutindo a evolução da consultoria orçamentária no Legislativo. Já Beatriz Simas Silva publicou "REFLEXÕES SOBRE AS HIPÓTESES DE DISPENSA DE ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO À LUZ DA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA" (2022), explorando a desburocratização regulatória.

No campo da comunicação e do acesso à informação, Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel publicou "A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ARE 639.337 AGR SP" (2024), e Lincon Macário Maia trouxe reflexões sobre os desafios legislativos com "DESAFIOS LEGISLATIVOS

Relatório de Dados Enviados do Coleta

DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA: QUE NOVAS LEIS BUSCAMOS?" (2023).

O conjunto dessas publicações evidencia a ampla inserção dos egressos do MPPL no debate acadêmico e institucional, consolidando o programa como um espaço de formação de profissionais altamente capacitados para a análise, formulação e implementação de políticas públicas e aprimoramento do Poder Legislativo. A diversidade de temas abordados reflete a interdisciplinaridade do programa e sua capacidade de preparar mestres para atuar com excelência nos desafios contemporâneos da governança pública.

As PRODUÇÕES TÉCNICAS de discentes e egressos (FA 2.2.3) dos últimos anos também demonstram um forte alinhamento com as linhas de pesquisa do Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL), abrangendo temas como processo legislativo e produção normativa, orçamento e políticas públicas, participação e comunicação legislativa, e direitos humanos e inclusão.

No campo do processo legislativo e da produção normativa, destaca-se a atuação da egressa Elisabete Busanello, que, em 2020, contribuiu com a ELABORAÇÃO DE MINUTA DE PROJETO DE LEI, uma produção essencial para a compreensão do funcionamento interno do legislativo. No mesmo ano, o discente Ronaldo Quintanilha da Silva apresentou a NOTA TÉCNICA ACERCA DO PROJETO DE LEI Nº 4.533, DE 2012, aprofundando-se na análise da tramitação de normas. Em 2024, o egresso Fausto Barros de Sá Teles consolidou um levantamento técnico fundamental com a ELABORAÇÃO DE NOTAS TÉCNICAS, APRESENTAÇÕES E PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS 2016-2024, evidenciando a evolução dos estudos legislativos ao longo dos anos.

A gestão orçamentária e financeira também foi amplamente estudada. Em 2020, o discente Paulo Roberto Simão Bijos desenvolveu o relatório de pesquisa CRÉDITOS ADICIONAIS E PRODUTOS DE AÇÕES FINALÍSTICAS: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA, analisando a interdependência entre planejamento e execução do orçamento público. Em 2021, o egresso Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt contribuiu para o aprimoramento do controle orçamentário com a apresentação de trabalho CONTROLE PARLAMENTAR POR MEIO DO ORÇAMENTO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM OBRAS PÚBLICAS. Já em 2024, o egresso Ronaldo Quintanilha da Silva e o discente Graciano Rocha Mendes participaram de ATIVIDADES DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, reforçando a importância da atuação técnica no acompanhamento da execução orçamentária.

A transição digital do parlamento e o impacto das novas tecnologias na comunicação legislativa também foram amplamente explorados. Em 2021, a egressa Elisabete Busanello publicou o relatório A EMERGÊNCIA DOS GABINETES DIGITAIS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, analisando como as mídias sociais personalizaram a política digital. No mesmo ano, a autora também contribuiu com GESTÃO DOS MANDATOS DIGITAIS: PERFIL DAS ASSESSORIAS DE MÍDIAS SOCIAIS DOS DEPUTADOS FEDERAIS, estudo que aprofundou a estrutura de comunicação digital nos gabinetes. Em 2022, o egresso

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Danilo Moraes dos Santos apresentou a produção técnica PARLAMENTO DIGITAL NA SOCIEDADE PÓS-PANDEMIA, investigando a modernização dos mecanismos de transparência e participação pública. Mais recentemente, em 2023, o discente Felipe Rodrigues Pereira abordou o impacto das novas tecnologias com GOVERNO LULA PREPARA PROPOSTA PARA REGULAMENTAÇÃO DAS REDES SOCIAIS, demonstrando as implicações da regulação digital na atividade legislativa.

A representação política e a inclusão também foram objeto de destaque em diversas produções. Em 2020, a egressa Elisabete Busanello analisou a participação das mulheres na política com PERFIL DAS DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS EM 2018. Já em 2022, a discente Noemi Araújo Lopes investigou a presença feminina dentro das instâncias partidárias na produção A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA INTRAPARTIDÁRIA: A PRESENÇA DAS MULHERES NAS EXECUTIVAS NACIONAIS. No mesmo ano, a discente Izabella Rodrigues Forzani explorou o papel das redes sociais na construção da imagem de deputadas federais com ENTRE UMA REPRESENTAÇÃO DA MULHER E UMA MULHER REPRESENTANTE. Em 2024, a egressa Rafaela Silva Brito trouxe um olhar internacional sobre políticas públicas e desenvolvimento sustentável com a produção HOW CAN GREEN AND RESILIENT CITIES HELP MUNICIPALITIES AND STATES REDUCE SOCIAL VULNERABILITY IN LATIN AMERICA?.

Por fim, a importância da assessoria técnica e dos estudos legislativos também se destacou entre as produções recentes. Em 2024, a discente Marília de Campos Moreira Santana organizou o COLÓQUIO FRANCO-BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL - DESAFIOS PARA O PODER LEGISLATIVO, promovendo uma análise comparada entre diferentes sistemas jurídicos. No mesmo ano, a discente Patrícia Maria Nogueira contribuiu com a REDAÇÃO DE DISCURSO DO PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ITÁLIA PARA A ABERTURA DO SEMINÁRIO ÍTALO-BRASILEIRO DE POLÍTICAS, evidenciando a atuação diplomática no legislativo brasileiro.

Essas produções refletem o compromisso contínuo dos discentes e egressos do MPPL com a pesquisa aplicada ao Poder Legislativo, contribuindo para a modernização do parlamento, a transparência na gestão pública e o aprimoramento das políticas públicas no Brasil.

2.3 Destino, atuação e avaliação dos egressos do Programa em relação à formação recebida.

*FA 2.3.1: Análise do destino dos egressos, empregabilidade, setor de atuação, inserção local, regional e/ou nacional.

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL) tem como público-alvo principal servidores da Câmara dos Deputados e de outras instituições do Poder Legislativo federal, formando profissionais altamente capacitados para compreender, inovar e aperfeiçoar o funcionamento das casas legislativas. A formação acadêmica proporcionada pelo MPPL confere aos seus egressos um sólido domínio do processo legislativo e das práticas inerentes à sua organização, funcionalidade e contexto político-institucional. Dessa forma, mais do que um critério de empregabilidade, a titulação no MPPL representa uma oportunidade para ascensão profissional, desenvolvimento de novas habilidades e impacto na

Relatório de Dados Enviados do Coleta

modernização das atividades parlamentares.

Até o final de 2024, o MPPL tituló 158 mestres, sendo 49% servidores da Câmara dos Deputados, 43% do Senado Federal e 8% provenientes de demais órgãos públicos e do setor privado. A predominância de servidores públicos – 95% dos egressos – reflete a vocação do programa para a formação de especialistas voltados à gestão e ao assessoramento legislativo. Como reflexo da qualificação adquirida, 53,3% dos egressos relataram ascensão na carreira em 2022, índice que se manteve em 31,9% em 2024, evidenciando a continuidade do impacto do MPPL na trajetória profissional dos titulados. Além disso, 90% (2022) e 95,7% (2024) dos egressos relataram melhora no desempenho profissional, e cerca de 73% declararam ter introduzido inovações em suas atividades laborais.

A inserção dos egressos do MPPL se dá, prioritariamente, no Poder Legislativo federal, ocupando posições de destaque na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Entre os exemplos de sucesso profissional, destacam-se Natália Morato, ex-Chefe de Gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados; Ginny Morais, Diretora da TV Câmara, responsável por inovações premiadas na comunicação legislativa; e Paulo Bijos, ex-Secretário de Orçamento Federal (SOF) no Ministério do Planejamento e Orçamento e atualmente Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara. Além desses, muitos egressos ocupam cargos estratégicos como Consultores Legislativos, Assessores Jurídicos e Técnicos de Comissões, Chefe de Gabinete de Lideranças Partidárias e Coordenadores de áreas críticas da gestão legislativa.

A atuação dos egressos do MPPL também se estende ao Poder Executivo. Alex Campos consolidou-se na área da saúde pública ao ocupar a Diretoria da Anvisa durante a pandemia de Covid-19 e, posteriormente, a Presidência da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). Paulo Stanich Neto, com atuação destacada na defesa dos direitos indígenas, participou da coordenação da Sala de Situação ADPF 709, iniciativa do Ministério dos Povos Indígenas para monitoramento da crise humanitária Yanomami.

Regionalmente, a influência dos egressos do MPPL é evidente na docência e na formação de novos profissionais para o setor público. Exemplo disso é Miguel Gerônimo, professor do MBA em Relações Governamentais da FGV, e Lincon Macário, referência na comunicação pública legislativa.

A inserção internacional dos egressos do MPPL também tem se expandido. Candyce Rocha, após atuar como chefe de comunicação do Banco Mundial no Brasil, assumiu a Gerência Regional de Comunicação para a América Latina e Caribe e, mais recentemente, foi cedida ao Governo Federal para auxiliar na organização da COP30. Thiago Matheus, após seu mestrado no MPPL, ingressou no Doutorado em Ciência Política na Victoria University of Wellington, na Nova Zelândia.

O impacto do MPPL, portanto, transcende os limites do Poder Legislativo federal, alcançando esferas nacionais e internacionais. A formação proporcionada pelo programa não apenas prepara os discentes

Relatório de Dados Enviados do Coleta

para aprimorar suas atividades profissionais, mas também os capacita para ocupar cargos estratégicos em instituições governamentais, multilaterais e acadêmicas. Dessa forma, o MPPL continua a cumprir sua missão de fortalecer a governança legislativa, formar lideranças capacitadas e promover a inovação no serviço público brasileiro.

PESQUISA E REDE DE EGRESSOS

No quadriênio 2021-2024, o PPG-Cefor promoveu a reestruturação do processo de acompanhamento de egressos, com o intuito de acompanhar de perto a trajetória profissional dos ex-alunos e integrá-los continuamente ao MPPL. Um novo ciclo de avaliação foi implantado, baseado em sistemática de escuta de alunos egressos sobre o processo formativo. O survey bianual com os egressos foi realizado em novembro de 2022 e dezembro de 2024, meio e fim do ciclo de avaliação, respectivamente (relatórios de avaliação disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>). As pesquisas abrangeram questões sobre os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais decorrentes da participação no Mestrado. Também o perfil institucional na rede social LinkedIn contribui para o intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas (<https://www.linkedin.com/school/escoladacamara>). Outro ponto essencial de aproximação entre docentes e discentes com os egressos do MPPL é o encontro AMPLIAR, (informações sobre os eventos disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/eventos/palestras>). Além disso, o PPG-Cefor mantém o estímulo à atualização do currículo Lattes dos egressos por chamado direcionado e envio do Extrato Lattes.

As informações das páginas 60 a 63, referentes ao item “FA 2.3.2: Análise da trajetória profissional e/ou acadêmica de egressos titulados do Programa em três períodos avaliativos”, foram retiradas por conter dados pessoais.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

2.4 Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no Programa.

* FA 2.4.1: Avaliação da produção intelectual agregada do corpo docente.

a) Produção total bibliográfica e técnica-tecnológica (artigos, livros, capítulos, verbetes e produção técnica-tecnológica) de docentes permanentes dividida pelo total de docentes permanentes no quadriênio. A avaliação será quantitativa e diferenciada para cada tipo de produto.

Para realizar o levantamento da produção intelectual do corpo de docentes permanentes do MPPL, o PPG-Cefor usou a ferramenta Extrato Lattes. O levantamento teve como base os lançamentos da produção dos docentes permanentes no Currículo Lattes entre os anos de 2021 e 2024, considerando os anos em que cada docente esteve classificado como permanente. Para a obtenção das médias, no entanto, foi considerado o número total de 24 docentes permanentes - DP, mesmo que tenha havido anos em que a produção de alguns docentes não tenha sido contabilizada no valor agregado por estarem classificados como colaboradores - DC. Dessa forma, foi possível identificar uma estimativa das quantidades e distribuição dos produtos, levando o Programa à compreensão da produção agregada, conforme dados a seguir. Ressalta-se que pode haver inconsistências entre as quantidades aqui apresentadas e os dados do Coleta do Sucupira, compreendendo-se que serão apresentados valores aproximados.

Houve uma satisfatória produção de artigos pelos docentes do MPPL, sejam eles produzidos em coautoria ou de forma individual. No total, os docentes permanentes indicaram, no período 2021-2024, 105 publicações no Currículo Lattes, chegando a uma média de 4,4 artigos por docente permanente (considerando o total de 24 docentes permanentes no quadriênio). Quanto à publicação de capítulos, foram identificadas 38 inserções no Currículo Lattes dos docentes permanentes, a uma média de 1,4 por DP. Ainda houve 12 participações em organização de livros e 13 em publicação de livros autorais. Para o PPG-Cefor, a quantidade agregada e a média representam uma produção bibliográfica dentro do esperado para um mestrado profissional cujos docentes são também profissionais que atuam nas diferentes áreas da Câmara dos Deputados.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Quanto à produção técnico-tecnológica (PTT), é notável o elevado nível de contribuição dos docentes permanentes do MPPL. Foram identificadas mais de 1345 PTTs no quadriênio, levando a uma média de mais de 50 produtos por DP. Entre eles, encontram-se pareceres, notas técnicas, cursos de curta duração, elaboração de material didático, participação em programas de rádio e TV, organização de eventos e apresentação de trabalhos. Em destaque, estão relatórios técnicos, notas descritivas, projetos de lei e outras produções típicas da atuação no Poder Legislativo, seja em suas esferas administrativas ou de assessoramento a parlamentares, comissões e lideranças partidárias. Sendo o MPPL um mestrado de vocação profissional, no âmbito da Câmara dos Deputados e voltado para a qualificação de profissionais do Poder Legislativo, a grande quantidade de PTTs dos docentes permanentes é esperada e desejada pelo PPG-Cefor. Essa característica demonstra a experiência profissional dos docentes e a entrega de produtos que embasam decisões que impactam a instituição e as políticas públicas.

b) Impacto médio da produção do corpo docente medido por intermédio do índice “h” do Google Acadêmico, conforme dados informados por meio do Anexo C.

O levantamento do impacto da produção do corpo docente do MPPL, realizado conforme as orientações do Anexo C, revelou um índice “h” médio de 7,88. Esse valor foi obtido somando-se os índices individuais dos 24 docentes permanentes do período, totalizando 189, e dividindo pelo número de docentes. O resultado confirma a estabilidade e a solidez da produção acadêmica e técnica do programa, evidenciando o equilíbrio entre a produção técnico-tecnológica e a produção bibliográfica, característica fundamental para um mestrado profissional. Pela definição do índice “h”, em média, os docentes do PPG-Cefor possuem cerca de 8 publicações que receberam pelo menos 8 citações no período.

Uma análise detalhada dos dados permite identificar dois perfis distintos entre os docentes do programa: um primeiro grupo, mais numeroso, cujas produções se concentram nas produções técnicas e técnico-científicas, e um segundo grupo que se destaca pelo índice “h” acima da média do Programa, refletindo uma maior produção bibliográfica e uma inserção mais consolidada na comunidade acadêmica. Neste último grupo, destaca-se Antonio Teixeira de Barros, com um índice “h” de 23, seguido por Valerio Augusto Soares de Medeiros (14) e Terezinha Elisabeth da Silva (13). Esses docentes combinam sua atuação no MPPL com participações em programas acadêmicos e publicações de impacto em suas respectivas áreas de pesquisa.

É importante ressaltar que, embora o índice “h” seja uma ferramenta útil para avaliar a produção científica consolidada de pesquisadores seniores, ele pode subestimar a contribuição de docentes que têm foco principal na produção técnico-tecnológica ou que possuem menor tempo de trajetória acadêmica. Para um mestrado profissional como o MPPL, que sua área de concentração específica no estudo do Poder Legislativo, a métrica deve ser interpretada considerando-se a vocação do programa. A natureza aplicada da pesquisa no MPPL impacta diretamente na disseminação e citação de trabalhos, uma vez que a produção tem maior relevância para o aperfeiçoamento do processo legislativo e a inovação na gestão

Relatório de Dados Enviados do Coleta

pública do que para debates puramente acadêmicos. Assim, o equilíbrio observado na produção do corpo docente reflete o alinhamento entre a missão do Programa e os desafios do ensino e da pesquisa aplicada ao Legislativo.

* FA 2.4.2: Avaliação da qualidade da produção intelectual de docentes permanentes.

a) Produção de artigos em periódicos nos estratos superiores do Qualis (A1 a A4), entre os 4 (quatro) produtos destacados por cada DP em relação ao total de artigos destacados pelos DP do Programa;

Considerando que as escolhas dos artigos destacados pelos docentes permanentes foram feitas sem uma definição oficial do Qualis do quadriênio, o PPG-Cefor adotou a metodologia de avaliar tanto os estratos anteriores das revistas quanto a relevância e qualidade dos artigos publicados. Dessa forma, 19 artigos em periódicos foram indicados entre os quatro produtos destacados por docentes permanentes, refletindo o compromisso do programa com a produção acadêmica de alto impacto.

Dentre os artigos em periódicos qualificados, destacam-se PADRÕES DE COMPETIÇÃO POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS, ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL DE 2014 E 2018, de André Rehbein Sathler Guimarães, e GESTÃO ESTRATÉGICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO HÍBRIDO, publicado pelo mesmo docente, ambos em periódicos de estrato A1. Da mesma forma, Antonio Teixeira de Barros teve quatro artigos em periódicos qualificados entre os destaques, incluindo A PERCEPÇÃO E O DISCURSO DE JOVENS BRASILEIROS SOBRE OS PARTIDOS ECOLÓGICOS e DEPOIS DE ELEITAS: OS DESAFIOS DE DEPUTADAS FEDERAIS PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO, ambos também em periódicos A1. Seu artigo EL DEBATE PARLAMENTARIO SOBRE LA DESTITUCIÓN DE DILMA ROUSSEFF: LA PALABRA DE LAS SENADORAS BRASILEÑAS reflete a vocação interdisciplinar do programa e sua conexão com estudos internacionais sobre política e democracia.

A produção acadêmica voltada para a análise da comunicação política e legislativa também se destacou. O artigo DIGITAL MANDATES AND THEIR MANAGEMENT: STRATEGIES FOR USAGE OF SOCIAL MEDIA BY BRAZILIAN FEDERAL LEGISLATORS, de Cristiano Ferri Soares de Faria, publicado em periódico internacional de alto impacto, examina a influência das mídias sociais na atuação parlamentar. Da mesma forma, DISCUSSOS DE DEPUTADAS FEDERAIS SOBRE MULHERES: ESPAÇO INSTITUCIONAL E MÍDIAS SOCIAIS, de Cristiane Brum Bernardes, também publicado em periódico A1, aborda questões de gênero e participação política feminina no Brasil.

No campo da transparência e participação política, destaca-se o artigo TRIPLE IDENTITY IN CONFLICT: ETHNOGRAPHY IN LEGISLATIVE MEDIA AND ITS POSSIBILITIES, de Cristiane Brum Bernardes, publicado em periódico A2. Além disso, no campo das ciências sociais aplicadas, Malena Rehbein Rodrigues Sathler publicou o artigo PERCEPÇÕES SOCIAIS SOBRE A CORRUPÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: PRÁTICAS CORRUPTAS VERSUS ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE, de estrato A1, abordando um dos temas centrais para a compreensão do funcionamento das instituições democráticas.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

A interdisciplinaridade do MPPL também se reflete na diversidade de áreas cobertas pelas publicações em periódicos qualificados. No campo da arquitetura e urbanismo, Valério Augusto Soares de Medeiros contribuiu com os artigos CAMINHABILIDADE E FORMA DA CIDADE (A2) e TENTÁCULOS, BLOCOS E EIXOS (A3), que analisam a configuração urbana e seus impactos na mobilidade e planejamento urbano. No contexto da administração pública e ciência da informação, Claudia Regina Fonseca Lemos publicou o artigo A ÉTICA NAS POLÍTICAS E NAS PESQUISAS SOBRE COMUNICAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO, em periódico A3.

A produção do MPPL também tem um impacto direto na formulação de políticas públicas e processos legislativos. O artigo A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESEMPENHO DO IDEB EM PERNAMBUCO, de Fabiano Peruzzo Schwartz, publicado em periódico A4, exemplifica a aplicação do conhecimento acadêmico na avaliação de políticas educacionais. Além disso, o artigo CONTROVÉRSIAS POLÍTICAS EM REDE: O USO DE MÍDIAS SOCIAIS PELOS DEPUTADOS FEDERAIS BRASILEIROS PARA ATUAÇÃO EM DEBATES POLÊMICOS, de Cristiano Ferri Soares de Faria, em periódico A3, demonstra a interseção entre política, tecnologia e participação cidadã.

Essas publicações demonstram a solidez e a relevância da produção acadêmica dos docentes do MPPL, consolidando a posição do programa como referência na pesquisa aplicada ao Poder Legislativo. A variedade de temas abordados e a inserção em periódicos de estratos superiores do Qualis confirmam o alinhamento do programa com seu objetivo de qualificar profissionais para compreender, inovar e transformar as práticas legislativas no Brasil.

b) Livros – Anexo D

Os 5 livros escolhidos pelo PPG-Cefor para avaliação qualitativa são publicações lançadas com a participação de docentes e egressos do MPPL, que consolidam o compromisso do Programa com a produção de conhecimento qualificado e com impacto social relevante. Os livros, distribuídos gratuitamente pela Câmara dos Deputados, abordam temas fundamentais para o fortalecimento da democracia, da cidadania e dos direitos humanos, e podem ser utilizados por educadores, estudantes, pesquisadores, servidores públicos e pela sociedade em geral como instrumentos de formação política, orientação legislativa e promoção da inclusão social.

Aderente ao Planejamento Estratégico da Câmara dos Deputados, especialmente à Diretriz 6 – Cidadania, que orienta o desenvolvimento de ações voltadas à educação política, à valorização dos direitos fundamentais e à cooperação com o sistema educacional brasileiro, as obras destacam-se por sua acessibilidade, linguagem didática e capacidade de dialogar com públicos diversos. Refletindo as linhas de pesquisa do MPPL, em especial “Processos Políticos” e “Política Institucional do Poder Legislativo”, os livros demonstram a vocação do Programa em produzir conhecimento aplicado e socialmente relevante.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

A obra 170 TERMOS PARA ENTENDER ELEIÇÕES, organizada pelo docente André Rehbein Sathler em parceria com Geraldo Leite e Renato Ferreira, integra a Linha Cidadania da Coleção “Para Entender”, publicada pela Câmara dos Deputados. Lançado em 2022, ano eleitoral, o livro apresenta um vocabulário fundamental para a compreensão do processo eleitoral brasileiro, promovendo a formação de eleitores conscientes e a valorização da democracia. Com linguagem acessível, o livro é indicado para estudantes, professores, gestores e cidadãos interessados no tema, e tem sido utilizado em ações educativas com públicos em situação de vulnerabilidade, como nas unidades de internação do Distrito Federal, evidenciando seu impacto social concreto. A obra contribui para o combate à desinformação e o fortalecimento da cidadania, sendo uma referência didática relevante para instituições públicas e privadas.

Complementando esse eixo temático, o livro 200 TERMOS PARA ENTENDER DIREITOS HUMANOS, organizado por André Rehbein Sathler, Geraldo Leite, Giovana Dal Bianco Perlin e Renato Soares Peres Ferreira, apresenta um glossário comentado sobre conceitos essenciais da temática, buscando desmistificar ideias equivocadas e promover uma compreensão crítica dos direitos fundamentais. Em um momento de acirramento de discursos de ódio e negação de direitos, o livro emerge como ferramenta indispensável para a formação cidadã, sendo apresentado em espaços institucionais como a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos. A estrutura pedagógica da obra facilita sua utilização em ambientes educacionais e em ações de capacitação, reforçando seu papel na promoção da equidade, inclusão e justiça social.

Ainda na linha de formação cidadã, o livro DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS COMENTADA oferece uma leitura aprofundada e didática dos trinta artigos da DUDH, com explicações conceituais, contextualizações históricas e correlações com a realidade brasileira. A abordagem estruturada em quatro seções – Entenda, Não confunda, Saiba mais e Veja como é no Brasil – torna a obra especialmente útil para educadores, servidores públicos e formuladores de políticas. Sua contribuição se estende ao debate legislativo, ao fornecer subsídios para a elaboração de leis e políticas mais alinhadas com os princípios da dignidade humana, sendo um instrumento de valorização da democracia em contextos diversos.

A obra O FUTURO DA TV: 25 ANOS DA TV CÂMARA, organizada pela docente Cláudia Lemos e pelo egresso Lincoln Macário, representa uma contribuição singular para os estudos em comunicação pública. Com 26 capítulos e a participação de 44 autores, o livro analisa o papel da TV Câmara e das televisões legislativas em um cenário de profundas transformações tecnológicas e mudanças nos hábitos de consumo de mídia. A publicação discute temas como a TV digital, a comunicação legislativa e a memória institucional, e se destaca tanto por seu impacto acadêmico quanto por sua ampla disseminação. O evento de lançamento da obra contou com a presença de autoridades e especialistas da área, reforçando seu caráter institucional e sua importância para a qualificação da comunicação no Legislativo brasileiro.

Por fim, o livro LEI FÁCIL – VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, de autoria da docente Giovana Perlin, reafirma o compromisso do MPPL com a promoção dos direitos das mulheres e o combate à violência de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

gênero. Integrando a série Lei Fácil, a obra traduz os principais dispositivos da Lei Maria da Penha em linguagem clara e acessível, sendo direcionada a mulheres em situação de vulnerabilidade, suas redes de apoio e instituições de acolhimento. A publicação traz explicações sobre medidas protetivas, redes de atendimento e garantias legais, e tem sido utilizada como referência em ações parlamentares e políticas públicas voltadas à equidade de gênero. Com apoio da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, o livro contribui para a conscientização da sociedade sobre a importância do respeito aos direitos das mulheres e da construção de um ambiente social mais seguro e igualitário.

Essas publicações reafirmam a vocação do MPPL e da Câmara dos Deputados em atuar como agentes de transformação social, promovendo o acesso à informação qualificada, o fortalecimento da democracia e a formação de cidadãos críticos, participativos e comprometidos com os valores republicanos.

c) Capítulos – Anexo D;

Para a indicação dos 5 capítulos deste quadriênio, o PPG-Cefor manteve os critérios de caráter inovador, relevância acadêmica, impacto social e contribuição para políticas públicas, privilegiando produções vinculadas às linhas de pesquisa do MPPL e ao seu escopo institucional, especialmente no campo do Poder Legislativo, democracia e participação política. Foram selecionados capítulos que se destacam por promover debates atuais e relevantes para o aprimoramento da democracia, especialmente no contexto da transformação digital e da proteção de direitos fundamentais.

O capítulo ROBÔS POLÍTICOS: COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODE FACILITAR A INTERAÇÃO ENTRE CIDADÃOS E PARLAMENTARES representa um avanço na discussão sobre tecnologia e participação política. Com base no experimento Miscuta, desenvolvido pelo LabHacker da Câmara dos Deputados, a obra explora o uso de assistentes virtuais como ferramenta de mediação entre representantes e representados. O estudo identifica oportunidades e desafios relacionados ao uso de chatbots no ambiente legislativo, abordando temas como transparência, governança, viés algorítmico e redução de custos operacionais. Ao propor diretrizes para o uso ético da inteligência artificial no Parlamento, o capítulo contribui diretamente para o fortalecimento da governança democrática e para a inclusão de grupos historicamente excluídos da política institucional.

O capítulo CONSTITUTIONAL POLITICS DURING THE EARLY YEARS OF BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP: THE CONSTITUTION AS A TOOL FOR AUTHORITARIAN POLITICAL RULE oferece uma leitura crítica e inovadora do período inicial da ditadura militar brasileira. Ao analisar como a Constituição foi instrumentalizada para legitimar práticas autoritárias entre 1964 e 1969, o estudo reinterpreta o conceito de transição, focando na erosão das democracias por meio de dispositivos legais. A obra contribui para a memória institucional e o fortalecimento da cultura democrática, sendo relevante tanto para o ensino do direito constitucional quanto para o debate sobre o uso estratégico da legalidade em contextos de retrocesso democrático.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

O capítulo DEMOCRACIA HÍBRIDA: NOVAS POSSIBILIDADES DE DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA traz uma proposta conceitual e prática de transformação do sistema representativo por meio da integração com tecnologias digitais. O estudo defende a complementaridade entre participação digital e representação política, sugerindo modelos híbridos que ampliem o engajamento cidadão por meio de ferramentas como o deputado virtual, o veto popular e a iniciativa popular facilitada. Com impacto direto sobre a formulação de políticas públicas voltadas à participação social e à inovação democrática, o capítulo oferece subsídios para o aprimoramento do processo legislativo, ao mesmo tempo em que promove inclusão e eficiência na gestão pública.

A obra REVISÃO DE DECISÃO TOMADA COM BASE EM TRATAMENTO AUTOMATIZADO: PREOCUPAÇÕES E CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFETIVAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA PARA COBRIR A DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA E O PROFILING discute os riscos da adoção de sistemas automatizados de decisão e os desafios jurídicos para assegurar transparência e justiça algorítmica. Com uma análise comparativa entre a LGPD brasileira e o RGPD europeu, o capítulo propõe marcos normativos que garantam o direito à revisão de decisões automatizadas com intervenção humana significativa. O texto contribui para o debate regulatório sobre inteligência artificial e proteção de dados, oferecendo recomendações aplicáveis à elaboração de políticas públicas que envolvem IA no setor público e privado.

Por fim, o capítulo BEHIND AND INSIDE A CÂMARA: A CONVERSATION BETWEEN CRISTIANE BERNARDES AND TIAGO DE ARAGÃO, publicado no livro Living Democracy: Open Conversations, é resultado da atuação da docente Cristiane Brum no grupo internacional de pesquisa coordenado por Emma Crewe (SOAS/University of London). O texto apresenta uma abordagem etnográfica inovadora da política legislativa brasileira, a partir da produção de um documentário sobre a atuação de parlamentares mulheres no Congresso Nacional. A metodologia baseada em observação participante e o uso do audiovisual como ferramenta de investigação conferem à obra caráter inédito, com forte potencial de impacto acadêmico e institucional. A publicação amplia a compreensão sobre os bastidores do Parlamento e sobre os desafios da pesquisa empírica no ambiente político, sendo referência para novos estudos legislativos.

Com essa seleção, o MPPL reforça sua vocação institucional de produzir conhecimento aplicado, promover a inovação legislativa e fomentar o debate público qualificado, contribuindo ativamente para a formação cidadã e o aperfeiçoamento das instituições democráticas.

d) Produtos de natureza técnico-tecnológica – Anexo D.

A seleção dos 5 produtos técnico-tecnológicos (PTTs) pelo MPPL reflete o compromisso do Programa com a produção de soluções aplicadas para o fortalecimento do Poder Legislativo e para o aperfeiçoamento da formulação e gestão de políticas públicas. As indicações foram feitas com base nos critérios de inovação,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

impacto, relevância e aderência às linhas de pesquisa do Programa, priorizando a diversidade de subtipos previstos pela Capes. Os PTTs contemplam relatórios técnicos, softwares, organização de eventos e publicações de referência, todos com forte vínculo institucional, impacto social comprovado e potencial de replicabilidade em outras instituições.

A ferramenta EXTRATO LATTES 2021–2024 é uma evolução da versão lançada em 2020, consolidando-se como referência nacional para a gestão acadêmica de programas de pós-graduação. Desenvolvida em linguagem R e disponibilizada em repositório público, essa versão apresenta funcionalidades ampliadas, como classificação automática de produções bibliográficas e técnico-tecnológicas conforme critérios da Capes, extração de dados por docente e por período, e qualificação de produção diretamente por meio de planilhas ou formulários personalizados. Utilizada inicialmente pelo PPG-Cefor para fins internos de planejamento, gestão e avaliação, a ferramenta foi adotada, com maior ou menor abrangência, por outros programas de pós-graduação, como os da Universidade Estadual de Maringá (UEM), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Escola de Guerra Naval. Um marco importante foi sua adoção e ampliação pelo professor Paulo Pagliosa, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que realizou customizações e adaptou a ferramenta para a realidade de diferentes programas da instituição, inclusive de áreas fora da Ciência Política, como Saúde Coletiva e Educação. O caso da UFSC demonstra não apenas a robustez técnica da ferramenta, mas sua escalabilidade, adaptabilidade e impacto transversal na melhoria da governança acadêmica. Ao permitir a coleta e qualificação de dados com agilidade, a ferramenta também previne inconsistências nos envios à plataforma Sucupira e fortalece os processos de accountability acadêmica. Além disso, a ferramenta tem sido apresentada em reuniões técnicas interinstitucionais e despertado interesse em universidades públicas e privadas, representando um avanço importante na profissionalização da gestão acadêmica no país.

O RELATÓRIO CONTRIBUIÇÕES A UM PROJETO NACIONAL DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, coordenado por docente do MPPL com ampla experiência em políticas públicas de proteção à infância, baseia-se em ampla revisão bibliográfica, análise de dados do Ministério dos Direitos Humanos, registros de conselhos tutelares, informações do Disque 100, estudos da Unicef, além de entrevistas com gestores e operadores do sistema de garantia de direitos. O documento é pioneiro ao propor uma reestruturação da governança nacional no tema, incluindo a criação de uma Câmara Interministerial da Criança e do Adolescente, articulando saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública. Além de apresentar uma análise crítica do Plano Nacional de Enfrentamento da VSCCA, o relatório identifica boas práticas internacionais, como os centros integrados de atendimento na Escócia e os modelos de prevenção da Islândia. Seu potencial transformador é evidente, tanto na prevenção da violência quanto na qualificação das ações governamentais.

A NOTA DESCRITIVA Nº 1.219/2024, elaborada para análise da Medida Provisória de apoio financeiro emergencial às famílias atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, apresenta não apenas os dispositivos da norma, mas também o contexto de calamidade, os critérios de elegibilidade, os

Relatório de Dados Enviados do Coleta

mecanismos operacionais e a análise comparada das 39 emendas parlamentares apresentadas à MP. A nota avalia os potenciais beneficiários com base nos dados da Defesa Civil, cruza informações com os indicadores de vulnerabilidade e identifica entraves na execução. Também propõe melhorias na governança do auxílio emergencial, com foco na transparência, fiscalização e inclusão de microempreendedores e trabalhadores informais. Sua produção demonstra a capacidade do MPPL de oferecer respostas ágeis e qualificadas em contextos emergenciais, contribuindo para a tomada de decisão no Legislativo com base em evidências.

O SIMPÓSIO INTERINSTITUCIONAL SOBRE O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO, realizado em 2021 em parceria com o IMPA e a Universidade de Brasília, teve cerca de 5 mil visualizações em suas transmissões ao vivo. A iniciativa contou com a participação de acadêmicos renomados, ministros do Supremo Tribunal Federal, parlamentares e representantes da sociedade civil. O simpósio contou com mesas sobre reformas eleitorais, radicalização política, financiamento de campanhas, representação feminina e a relação entre mídia e democracia. O simpósio reforça a posição do MPPL como espaço de convergência entre pesquisa aplicada e formulação política, promovendo o diálogo entre instituições e a sociedade.

A ORGANIZAÇÃO DO LIVRO “PARLAMENTO DIGITAL: CONCEITOS E PRÁTICAS”, resultado direto das redes de pesquisa do INCT-DD, agrega autores de prestígio como Beth Noveck, Wilson Gomes, Emma Crewe e Sérgio Braga, além de docentes do MPPL. Os capítulos abordam desde experiências de crowdsourcing legislativo e e-petições até o uso de inteligência artificial e robôs parlamentares. Ao oferecer bases conceituais e práticas para a transformação digital dos parlamentos, o livro contribui para o fortalecimento da democracia representativa e participativa, sendo um dos principais produtos do Programa no eixo de inovação institucional.

Essas produções técnico-tecnológicas reafirmam a identidade do MPPL como mestrado profissional voltado para a prática qualificada, com impacto direto nas políticas públicas e na governança do Poder Legislativo. Por sua diversidade, inovação e efetividade, os PTTs indicados representam com excelência a missão do Programa e a sua relevância institucional.

2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no Programa.

O corpo docente do MPPL é composto, em sua totalidade, por servidores efetivos, doutores, da Câmara dos Deputados. O PPG-Cefor considera um ponto forte de seu Mestrado Profissional o fato de haver docentes permanentes dedicados integralmente ao Programa, ao mesmo tempo em que há uma parcela do grupo atuando nas diversas áreas da Casa e em contato direto com os temas relacionados às linhas de pesquisa do curso. Essa diversidade de práticas profissionais também se reflete nas atividades de formação. Dessa forma, para garantir e estimular a participação de todos os docentes, respeitar a diversidade de contribuições e estabelecer critérios de participação para docentes permanentes e colaboradores foi instituído, em 2017, e atualizado, em 2024, o “Regulamento de credenciamento,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

descredenciamento e enquadramento, como permanente ou colaborador, dos professores constituintes do Corpo Docente do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo – Quadriênio 2021-2024”, ora referido somente como Regulamento (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>).

O Regulamento, aprovado em Colegiado, define que os docentes devem desenvolver atividades de ensino, pesquisa e orientação de trabalhos de conclusão de curso, bem como as atividades administrativas a elas inerentes. Também estabelece o ingresso no corpo docente como privativo de servidor efetivo, exceto para professor visitante, por meio de processo seletivo específico para enquadramento inicial como professor colaborador. O enquadramento subsequente do docente como professor permanente ou colaborador depende de avaliação da produção lançada no Currículo Lattes, considerando critérios de produção bibliográfica, produção técnica, orientação e participação em bancas, projetos de pesquisa, colaboração técnica e disciplinas ministradas. Com o estabelecimento do Regulamento, docentes permanentes devem, obrigatoriamente, ministrar disciplina no quadriênio, sozinho ou em conjunto com outros docentes, e participar de orientações e bancas. O enquadramento de docentes como permanente ou colaborador é revisto a cada biênio. Já o credenciamento dos docentes no Programa é feito ao final do período avaliativo.

Considerando o critério estabelecido pela área Ciência Política e Relações Internacionais para a manutenção de, no mínimo, 60% do corpo docente como permanente, e os critérios constantes no Regulamento, o PPG-Cefor reviu a configuração do quadro de professores durante o quadriênio 2021-2024. Além disso, ante as aposentadorias previstas para o período, foi planejado e executado processo de seleção de novos docentes em 2022. Esse conjunto de ações permitiu que o Programa adequasse, ao longo do quadriênio, a distribuição das atividades de formação e incentivasse a participação de docentes permanentes.

Para o levantamento dos dados dos itens 2.5.1 a 2.5.5, o PPG-Cefor utilizou duas abordagens: índices ano a ano e índices no quadriênio. Como o quadro de docentes permanentes variou no período, avaliar apenas os resultados consolidados nos quatro anos ocultaria os impactos das ações que foram empreendidas durante o quadriênio com a finalidade de garantir uma distribuição equilibrada das atividades de formação e pesquisa entre os docentes. Assim, a visualização anual dos índices permite compreender de que forma as modificações empreendidas repercutiram nos efeitos esperados.

Dessa forma, serão utilizadas as informações ano a ano:

Número de docentes permanentes:

em 2021: 20

em 2022: 16

em 2023: 16

em 2024: 20

no período 2021-2024: 24 (considerando todos os docentes que atuaram como permanentes)

Relatório de Dados Enviados do Coleta

*FA 2.5.1: Número de teses, dissertações ou equivalentes concluídos no período de avaliação em relação ao total de docentes permanentes.

Número de TCCs concluídos/Total de docentes permanentes:

em 2021: 11 TCCs / 20 DPs = 0,55 TCC/DP

em 2022: 5 TCCs / 16 DPs = 0,31 TCC/DP

em 2023: 15 TCCs / 16 DPs = 0,93 TCC/DP

em 2024: 21 TCCs / 20 DPs = 1,05 TCC/DP

no período 2021-2024: 55 TCCs / 24 DPs = 2,29 TCCs/DP

É possível notar uma tendência crescente no número de TCCs/DP no quadriênio. Variações entre os anos são consideradas normais, uma vez que a margem de tempo para que os discentes finalizem seus trabalhos permite alguns meses de diferença na obtenção da titulação entre alunos da mesma turma. Entende-se, pelos dados levantados, que as ações para reestruturação do corpo docente empreendidas no decorrer do quadriênio tiveram efeito na relação TCCs/DP, como o reenquadramento de docentes no meio do período, o incentivo à participação nas atividades de formação e a autoavaliação dos TCCs, realizada pelo PPG-Cefor, que observa a relação de cada TCC com a respectiva linha de pesquisa e orientador do Programa, bem como o rol de temáticas estudadas.

Considerando a relação TCCs/DP anual, vê-se que o índice de 2021 (0,55) caiu no ano seguinte (0,31), crescendo em 2023 (0,93) e, mais ainda, em 2024 (1,05). Pode-se concluir dessas observações que as sucessivas ações de reestruturação, previstas no Planejamento Estratégico 2021-2024, contribuíram para o maior engajamento dos professores nas ações de formação, alcançando os objetivos pretendidos.

Olhando-se o quadriênio como um todo, chega-se à relação de 2,29 TCCs/DP. O resultado é interpretado como satisfatório pelo PPG-Cefor, uma vez que os professores do MPPL, em sua ampla maioria, se dividem entre as atividades acadêmicas do Programa e a atuação profissional na Câmara dos Deputados. Atualmente, são 17 professores nessa condição, com apenas 3 dedicados integralmente ao Programa. A dedicação do docente às atividades de sua prática profissional, embora possa limitar a quantidade de orientações, é desejável uma vez que provê a contínua e profícua circulação do conhecimento teórico e prático. Considerando o perfil do corpo docente, a natureza do Programa e que a atividade de orientação demanda esforço e participação do docente por todo o período ativo do discente no curso (dois anos e meio, em média), a relação de 2,29 TCCs/DP pode ser entendida como um ponto positivo do PPG-Cefor.

*FA 2.5.2: Percentual de docentes permanentes com orientações de teses, dissertações ou equivalentes concluídos no quadriênio.

Percentual de DPs com orientações concluídas:

em 2021: (6/20) 35%

Relatório de Dados Enviados do Coleta

em 2022: (5/16) 31%
em 2023: (10/16) 63%
em 2024: (12/20) 60%
no período 2021-2024: (23/24) 96%

Os dados evidenciam que houve crescimento progressivo no percentual de docentes permanentes com orientações concluídas a cada ano. Com porcentagem de 35% em 2021, o ano de 2024 fechou com 60% de docentes com orientações finalizadas. Ressalta-se que houve impacto da Covid-19 na conclusão dos TCCs em 2021 e 2022, sendo autorizada pela Capes a postergação do prazo de titulação (Portaria Capes 36/2020). Ainda assim, o Programa manteve o ritmo de crescimento, recuperando o ritmo de conclusões em 2023 e 2024. Mais uma vez, o PPG-Cefor credita a clara melhora na participação dos docentes na atividade de orientação às ações estratégicas desenvolvidas ao longo do período.

No acumulado do quadriênio, o índice de 96% de docentes permanentes com orientações concluídas é considerado positivo pelo Programa. Com a aplicação dos critérios de reenquadramento ao final de 2021 e do processo seletivo para docente em 2022, as distorções passaram a ser corrigidas no biênio seguinte (2023-2024), havendo crescente envolvimento dos docentes permanentes nas atividades de orientação.

Considerando os casos individuais, cabe esclarecer que o docente Leonardo Augusto de Andrade Barbosa não ofereceu vaga de orientação no quadriênio, o que levou ao seu descredenciamento do Programa em 2024.

*FA 2.5.3: Distribuição de teses, dissertações ou equivalentes em relação ao corpo docente permanente do Programa. A partir do número de orientações concluídas de cada docente permanente, serão calculados a média por docente permanente e o desvio padrão da distribuição. Na sequência, dividindo-se o desvio padrão pela média, é obtido o coeficiente de variação. Um coeficiente de variação alto indica uma má distribuição do trabalho de orientação.

Média de TCCs por docente permanente:

em 2021: 11 TCCs / 20 DPs = 0,55 TCC/DP
em 2022: 6 TCCs / 16 DPs = 0,38 TCC/DP
em 2023: 14 TCCs / 16 DPs = 0,88 TCC/DP
em 2024: 21 TCCs / 20 DPs = 1,05 TCC/DP
no período 2021-2024: 52 TCCs / 24 DPs = 2,17 TCCs/DP

Desvio padrão em relação à média de TCCs por docente permanente:

em 2021: 1,05
em 2022: 0,62
em 2023: 1,02
em 2024: 1,10

Relatório de Dados Enviados do Coleta

no período 2021-2024: 0,996

Coeficiente de variação:

em 2021: $1,05 / 0,55 = 1,91$

em 2022: $0,62 / 0,38 = 1,63$

em 2023: $1,02 / 0,88 = 1,16$

em 2024: $1,10 / 1,05 = 1,05$

no período 2017-2020: $0,996 / 2,17 = 0,46$

Nota-se a tendência decrescente do coeficiente de variação ano a ano ao longo do quadriênio, partindo de 1,91, em 2021, até atingir 1,05, em 2024, quase a metade do valor inicial, alcançando o valor consolidado de 0,46 para todo o quadriênio. Novamente, o PPG-Cefor atribui a progressiva melhora do coeficiente de variação ao conjunto de ações estratégicas empreendidas no quadriênio na busca de uma distribuição de atividades mais equilibrada entre os docentes.

Vale salientar, além da importância do processo de reenquadramento docente, do monitoramento pelo Extrato Lattes e das seleções de novos professores, já citados anteriormente, que as ações no âmbito da Política de Autoavaliação (em especial a Avaliação de TCCs), da reestruturação curricular das disciplinas obrigatórias (que dão suporte ao desenvolvimento do projeto de pesquisa) e da modificação dos editais de seleção de discentes regulares (que definem as temáticas de pesquisa de cada docente) também têm relação com a melhoria na distribuição de alunos por orientadores, gerando consequências benéficas ao MPPL. Ao analisar os TCCs já finalizados, o Programa pôde atuar de forma a adequar a relação entre as linhas de pesquisa e os docentes orientadores. Também foi capaz de compreender as modificações que precisavam ser feitas no currículo das disciplinas focadas na pesquisa de TCC. Assim, os novos editais de seleção de discentes passaram a, gradativamente, contemplar alterações para melhoria dos projetos de pesquisa, atividade de orientação e, conseqüentemente, trabalho final.

*FA 2.5.4: Percentual de docentes permanentes que foram responsáveis por disciplinas no Programa no período avaliativo.

A política adotada pelo PPG-Cefor é de incentivo aos docentes para que as disciplinas do MPPL sejam ministradas de forma conjunta por mais de um professor. Além de enriquecer o conteúdo, trazendo perspectivas e experiências diversas aos discentes, essa prática propicia que os docentes atuem em mais disciplinas por ano letivo de forma concomitante com suas atividades laborais na Câmara dos Deputados. Dessa forma, o Programa considera que todos os docentes vinculados a uma disciplina são responsáveis pela mesma, não havendo distinção entre eles. No entanto, sabe-se que a Capes, por meio dos dados inseridos na Plataforma Sucupira, considera apenas um docente responsável por disciplina. O Programa cumpre com a orientação, porém apresenta, a seguir, os dados compilados sob as duas interpretações: 1. considerando todos os docentes vinculados à disciplina como responsáveis e 2. considerando apenas um docente responsável por disciplina.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Antes da análise, cabe ressaltar o número de disciplinas ministradas a cada ano do quadriênio e a soma do período, considerando o docente responsável:

em 2021 – 19 disciplinas ministradas por docentes permanentes

1 disciplina ministrada por docente colaborador

em 2022 – 13 disciplinas ministradas por docentes permanentes

2 disciplinas ministradas por docentes colaboradores

em 2023 – 12 disciplinas ministradas por docentes permanentes

4 disciplinas ministradas por docentes colaboradores

em 2024 – 16 disciplinas ministradas por docentes permanentes

1 disciplina ministrada por docente colaborador

no quadriênio – 68 disciplinas ministradas

1. Percentual considerando todos os docentes vinculados à disciplina como responsáveis

Em 2021 – $17/20 = 85\%$ dos docentes permanentes ministraram disciplinas

Em 2022 – $14/16 = 88\%$ dos docentes permanentes ministraram disciplinas

Em 2023 – $13/16 = 81\%$ dos docentes permanentes ministraram disciplinas

Em 2024 – $15/20 = 75\%$ dos docentes permanentes ministraram disciplinas

No quadriênio – 96% dos docentes ministraram disciplinas como permanentes

Apesar da ligeira queda nos anos de 2023 e 2024, o resultado final do quadriênio foi satisfatório, considerando que houve o processo de reenquadramento de docentes no final de 2021 e que dois professores não assumiram disciplinas no período (professor Júlio Roberto de Souza Benchimol Pinto, em função de aposentadoria, e professor Roberto Campos da Rocha Miranda, descredenciado).

2. Percentual considerando apenas um docente responsável por disciplina

Em 2021 – $15/20 = 75\%$ dos docentes permanentes foram responsáveis por disciplinas

Em 2022 – $10/16 = 63\%$ dos docentes permanentes foram responsáveis por disciplinas

Em 2023 – $11/16 = 69\%$ dos docentes permanentes foram responsáveis por disciplinas

Em 2024 – $13/20 = 65\%$ dos docentes permanentes foram responsáveis por disciplinas

No quadriênio – 96% dos docentes permanentes foram responsáveis por disciplinas

Nota-se que há uma diminuição nos percentuais anuais ao longo dos anos, mas não no agregado do quadriênio. Ao definir apenas um docente como responsável, a participação dos demais professores da disciplina fica anulada. Como ponto de melhoria para o próximo quadriênio, há espaço para uma reestruturação na forma de lançar as informações na Plataforma Sucupira de maneira a melhor equilibrar a participação dos docentes.

Considerando que nas duas perspectivas apresentadas (1 e 2) houve diminuição no percentual dos anos de 2023 e 2024, é razoável ponderar que 2023 foi um ano de eleição da Mesa Diretora e de início de novo

Relatório de Dados Enviados do Coleta

governo, que exige dos docentes lotados nas consultorias e em órgãos políticos, como lideranças e comissões, maior dedicação às demandas surgentes desse processo. A maior demanda laboral ocasionada por esse tipo de evento pode ter impactado a participação dos docentes permanentes nas disciplinas.

*FA 2.5.5: Distribuição de disciplinas ministradas em relação ao corpo docente permanente do Programa. A partir do número de disciplinas ministradas de cada docente permanente, serão calculados a média por docente permanente e o desvio padrão da distribuição. Na sequência, dividindo-se o desvio padrão pela média, é obtido o coeficiente de variação. Um coeficiente de variação alto indica uma má distribuição da oferta de disciplinas.

Novamente, o PPG-Cefor irá considerar as duas perspectivas anteriormente justificadas para analisar o item 2.5.5: (1) considerando todos os docentes vinculados à disciplina como responsáveis e (2) considerando apenas um docente responsável por disciplina.

1. Estimativas considerando todos os docentes vinculados à disciplina como responsáveis

Média de disciplinas por docente permanente:

em 2021: 34 disciplinas / 20 DPs = 1,70 disciplina/DP

em 2022: 21 disciplinas / 16 DPs = 1,31 disciplina/DP

em 2023: 19 disciplinas / 16 DPs = 1,18 disciplina/DP

em 2024: 32 disciplinas / 20 DPs = 1,60 disciplinas/DP

no período 2021-2024: 106 disciplinas / 24 DPs = 4,42 disciplinas/DP

Desvio padrão em relação à média de disciplinas por docente permanente:

em 2021: 1,08

em 2022: 0,79

em 2023: 0,83

em 2024: 1,18

no período 2021-2024: 1,01

Coeficiente de variação:

em 2021: $1,08 / 1,70 = 0,64$

em 2022: $0,79 / 1,31 = 0,60$

em 2023: $0,83 / 1,18 = 0,70$

em 2024: $1,18 / 1,60 = 0,74$

no período 2021-2024: 0,68

Os dados mostram, em todos os anos, uma média superior a 1,18 disciplina por docente permanente, com máximo de 1,7 em 2021. A média do quadriênio se mostra satisfatória, atingindo mais de 4 disciplinas por docente. O coeficiente de variação estimado no quadriênio é de 0,68, o que revela certa heterogeneidade

Relatório de Dados Enviados do Coleta

na distribuição, cujas razões prováveis foram apresentadas como o reenquadramento, o descredenciamento e a aposentadoria de docentes.

2. Estimativas considerando apenas um docente responsável por disciplina

Média de disciplinas por docente permanente:

em 2021: 19 disciplinas / 20 DPs = 0,95 disciplina/DP

em 2022: 13 disciplinas / 16 DPs = 0,81 disciplina/DP

em 2023: 12 disciplinas / 16 DPs = 0,75 disciplina/DP

em 2024: 16 disciplinas / 20 DPs = 0,80 disciplina/DP

no quadriênio: 60 disciplinas / 24 DPs = 2,50 disciplinas/DP

Desvio padrão em relação à média de disciplinas por docente permanente:

em 2021: 0,67

em 2022: 0,75

em 2023: 0,58

em 2024: 0,70

no período 2021-2024: 0,67

Coefficiente de variação:

em 2021: $0,67 / 0,95 = 0,71$

em 2022: $0,75 / 0,81 = 0,93$

em 2023: $0,58 / 0,75 = 0,77$

em 2024: $0,70 / 0,84 = 0,83$

no período 2021-2024: 0,81

Como era esperado, há uma diminuição nos valores das médias encontradas quando se considera apenas um docente como responsável, anulando a participação dos demais professores atuantes nas disciplinas, e um aumento no coeficiente de variação. Mesmo assim, observa-se uma tendência de alta nas médias anuais. O coeficiente de variação segue uma curva de progressão semelhante à da perspectiva 1, revelando certa heterogeneidade na distribuição, conforme razões já apresentadas.

De toda forma, houve evolução positiva na participação dos docentes permanentes nas disciplinas ao longo do quadriênio, o que se pode creditar às ações estratégicas executadas no período, cujos resultados apontam para o alcance dos objetivos determinados no médio prazo.

Impacto na Sociedade

3.1 Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.

O PPG-Cefor tem, na declaração de suas diretrizes estratégicas a inovação, a relevância socioeconômica

Relatório de Dados Enviados do Coleta

e o suporte a políticas públicas como guias orientadores da promoção de mudanças significativas. Nesse sentido, enfatiza que o caráter inovador deve ser preocupação permanente nas ações do Programa, o que se traduz em atributo presente nas produções de docentes, discentes e egressos do MPPL, em compasso afinado com sua vocação profissional. Ao produzirem conhecimento e resolverem problemas complexos da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo, professores e alunos adotam novas metodologias, perspectivas e soluções. Assim, a escolha dos dez destaques do Programa (Anexo E) considerou a diversidade da produção, o impacto real, seja na instituição, em segmentos da sociedade ou na formulação de políticas públicas, e o potencial inovativo desenvolvido no contexto do MPPL e do Poder Legislativo. Chegou-se a uma cesta relevante de produções que engloba produtos bibliográficos e técnico-tecnológicos que trazem originalidade para a experiência acadêmica do MPPL, para o funcionamento da Câmara dos Deputados, para o fomento de políticas públicas e para o campo de estudos legislativos e Ciência Política, com alcance ora local, nacional ou internacional. A seguir, será exposto breve relato do caráter inovador de algumas das produções indicadas.

O estudo técnico "O CAMINHO DO EQUILÍBRIO: É PRECISO 'CORTAR GASTOS'?", publicado em novembro de 2024 pelo egresso do MPPL Paulo Roberto Simão Bijos, representa uma contribuição inovadora e original ao debate sobre finanças públicas e sustentabilidade fiscal no Brasil. Produzido no âmbito da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados, o estudo propõe alternativas concretas para o equilíbrio das contas públicas, explorando de forma crítica e aprofundada os desafios do ajuste fiscal. Com uma abordagem inovadora, o estudo introduz o conceito de desaceleração do crescimento do gasto público como uma solução viável para o enfrentamento do problema fiscal. Em vez de medidas tradicionais de corte abrupto de despesas, propõe a desindexação de benefícios sociais do salário mínimo e a desvinculação de despesas da arrecadação, como nos pisos da saúde e da educação. Essa perspectiva desafia paradigmas estabelecidos, ampliando as possibilidades de reforma fiscal sem comprometer a oferta de serviços públicos essenciais.

O DEBATE SOBRE O FILME 'A CÂMARA' representa uma iniciativa inovadora ao integrar a pesquisa etnográfica como ferramenta de análise política e discussão acadêmica. O documentário A Câmara, dirigido pela docente do MPPL Cristiane Brum Bernardes, retrata a rotina de deputadas federais no Congresso Nacional, explorando temas fundamentais para o debate sobre representatividade e participação feminina na política. A obra apresenta um olhar etnográfico sobre o funcionamento do Parlamento, abordando questões como direitos reprodutivos, educação pública, racismo, estado laico e polarização política. A abordagem etnográfica aplicada ao documentário e ao debate representa uma fronteira inovadora no estudo da política legislativa. O uso do cinema como instrumento de pesquisa e discussão expande as metodologias tradicionais da Ciência Política, oferecendo uma compreensão aprofundada das relações de poder no Parlamento. Além disso, a participação em renomados festivais, como DocLisboa, Mostra de Cinema de Tiradentes e Doc Piri, reforça a inserção internacional da produção e sua relevância para o debate global sobre democracia e representação política. O documentário e os debates promovidos em diferentes países consolidam a inserção do MPPL no cenário acadêmico global. A produção é resultado da pesquisa de colaboração internacional "Etnografia Global Comparada de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Parlamentos, Políticos e Cidadãos", coordenada no Brasil por Cristiane Brum e financiada pelo Conselho Europeu de Pesquisa. Exibições na Brunei Gallery (Reino Unido), Sciences Po e Cinema l'Ecran de Saint Denis (França) ampliaram a discussão sobre a representação feminina na política e seus desafios institucionais.

A ferramenta EXTRATO LATTES 2021-2024 representa uma inovação significativa na gestão da produção acadêmica ao proporcionar uma solução eficiente e automatizada para o acompanhamento do desempenho de docentes e discentes em programas de pós-graduação stricto sensu. Desenvolvida pelo coordenador do PPG-Cefor, a ferramenta aprimora a organização e a análise de produção acadêmica ao permitir a extração sistemática de dados do Currículo Lattes, facilitando a preparação dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) para a avaliação da Capes. Desenvolvida na linguagem R e disponibilizada em código aberto, a ferramenta permite a extração automatizada e a classificação de publicações, orientações, participação em bancas, projetos e colaborações técnicas, conforme os critérios da Capes. Esse recurso auxilia no preenchimento de informações na plataforma Sucupira, garantindo maior precisão e transparência na avaliação institucional. O Extrato Lattes inova ao combinar automação, análise acadêmica e planejamento estratégico para aprimorar a gestão dos PPGs. Ao permitir a extração e o monitoramento contínuo de indicadores de produção, possibilita a adoção de estratégias corretivas antes do encerramento dos ciclos de avaliação. Além disso, sua segunda versão foca na qualificação das produções por meio de planilhas e formulários que replicam os campos da plataforma Sucupira, facilitando a coletas de dados anuais e aprimorando a gestão acadêmica.

O relatório técnico "CONTRIBUIÇÕES A UM PROJETO NACIONAL DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES", elaborado pelo docente David Carneiro, representa uma contribuição inovadora e essencial para o combate a uma das mais graves violações de direitos humanos no Brasil. A pesquisa combina análise quantitativa e qualitativa para fornecer um diagnóstico detalhado sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, abordando tanto suas formas tradicionais quanto as novas modalidades emergentes no ambiente digital, como cyberbullying, grooming, sexting e revenge porn. O estudo se destaca pela abordagem interdisciplinar e pela sistematização de dados que identificam lacunas nas políticas públicas existentes. Além disso, apresenta 25 propostas inovadoras de políticas públicas baseadas em experiências bem-sucedidas no Brasil e no exterior. A pesquisa não apenas descreve o problema, mas propõe soluções estruturadas e viáveis, indo além de uma análise teórica ao sugerir instrumentos concretos para a governança das políticas de proteção infantil.

O SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR SOBRE O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO & XI JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS representa uma iniciativa inovadora ao reunir especialistas de diversas áreas do conhecimento, como Ciência Política, Economia e Matemática, para debater aspectos centrais do funcionamento do sistema político brasileiro. Organizado em parceria entre o PPG-Cefor, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e a Universidade de Brasília (UnB), o evento consolidou a interseção entre a pesquisa acadêmica e a prática legislativa, promovendo um debate

Relatório de Dados Enviados do Coleta

qualificado e interdisciplinar sobre os desafios institucionais da democracia brasileira. O evento se destaca pela sua abordagem metodológica diversificada e pelo diálogo entre diferentes disciplinas para compreender fenômenos políticos complexos. A programação incluiu palestras, mesas temáticas e apresentações de pesquisa, contando com a participação de autoridades acadêmicas e políticas, como o Ministro Luís Roberto Barroso, os deputados federais Joenia Wapichana, Talíria Petrone e Júlio Lopes, e renomados cientistas políticos como Barry Ames, David Samuels e Fernando Schüller. A presença de juristas como Ives Gandra Martins e Modesto Carvalhosa, além da participação institucional de lideranças da UnB, IMPA e Câmara dos Deputados, evidenciou a importância do simpósio como um espaço de conexão entre a produção acadêmica e os desafios da governança democrática.

O TCC "INSTRUMENTO DE RECOMENDAÇÃO AUTOMÁTICA DE AÇÕES PARLAMENTARES COM BASE EM PREFERÊNCIAS", desenvolvido por Carlos Nery, é uma inovação significativa para a governança digital de casas legislativas. O sistema automatiza a recomendação de proposições legislativas, baseando-se nas preferências políticas e no histórico legislativo de cada parlamentar. Utilizando inteligência artificial e processamento de linguagem natural (PLN), o software analisa projetos de lei e sugere os mais alinhados com os interesses de cada senador, aprimorando a gestão de um grande volume de proposições. A inovação se destaca pela utilização de algoritmos avançados, como similaridade de cosseno e Best Match 25, para calcular as relações entre propostas e as preferências dos parlamentares, simplificando a seleção de matérias relevantes. Isso reduz a sobrecarga de trabalho das assessorias parlamentares, permitindo que as equipes dediquem mais tempo a tarefas estratégicas e menos à triagem manual de proposições. Além de melhorar a eficiência interna, a ferramenta tem um grande potencial de replicação, podendo ser adotada pela Câmara dos Deputados e parlamentos subnacionais, ampliando seu impacto. Sua flexibilidade, com o código-fonte disponibilizado publicamente, permite melhorias contínuas e adaptação às necessidades específicas de outras casas legislativas.

O livro "170 TERMOS PARA ENTENDER ELEIÇÕES", publicado pela Câmara dos Deputados e de acesso gratuito, é uma inovação importante no campo da educação política e eleitoral no Brasil. Organizado pelo docente André Rehbein Sathler, com a colaboração de Geraldo Leite e Renato Ferreira, a obra oferece uma explicação clara e acessível sobre os principais conceitos do sistema eleitoral brasileiro, contribuindo para a conscientização e formação de eleitores. Lançado em um ano eleitoral (2022), o livro tem um impacto direto no fortalecimento da democracia e na promoção da cidadania, especialmente em um contexto de crescente desinformação política. O caráter inovador da obra se destaca pela capacidade de descomplicar o vocabulário técnico eleitoral, tornando-o acessível não apenas para acadêmicos e gestores, mas também para o público em geral. Sua proposta de explicar termos e conceitos de forma didática torna o conhecimento político mais acessível, promovendo a inclusão social e o engajamento democrático. A iniciativa é especialmente relevante no cenário atual, onde a educação política de qualidade é fundamental para a formação de um eleitorado crítico e bem-informado.

O livro "MULHERES E LOBBY NO PARLAMENTO BRASILEIRO", publicado pela Edições Câmara, é uma obra inovadora e de grande relevância no contexto legislativo e político brasileiro. Originado do Trabalho

Relatório de Dados Enviados do Coleta

de Conclusão de Curso de Francine Moor, o livro aborda, de forma inédita, a participação feminina no lobby e nas relações institucionais no Congresso Nacional. A pesquisa destaca as barreiras de gênero enfrentadas pelas mulheres no exercício de atividades de lobby, como a sub-representação em posições de poder, a disparidade salarial, o assédio moral e sexual, além da influência de estereótipos masculinos. Combinando dados quantitativos e qualitativos, o livro oferece uma análise profunda do perfil dos profissionais de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) no Brasil, evidenciando as desigualdades estruturais dentro desse campo.

O artigo "DIGITAL MANDATES AND THEIR MANAGEMENT: STRATEGIES FOR USAGE OF SOCIAL MEDIA BY BRAZILIAN FEDERAL LEGISLATORS" é uma produção inovadora que analisa as estratégias adotadas pelos deputados federais da 56ª Legislatura (2019-2022) no uso das redes sociais. A pesquisa destaca-se pela originalidade ao abordar a utilização de mídias sociais de maneira contínua, ultrapassando os períodos eleitorais e refletindo uma lógica de campanha política permanente. Este fenômeno é facilitado pelas plataformas digitais, que permitem aos parlamentares comunicar-se diretamente com seus eleitores de forma personalizada, ideológica e desinstitucionalizada. A inovação do estudo reside na forma como considera a adesão dos políticos ao cotidiano das redes sociais, explorando a mudança nas dinâmicas de comunicação política. Em vez de limitar a análise aos períodos eleitorais, a pesquisa revela como os parlamentares utilizam as mídias sociais para fortalecer sua visibilidade e mobilizar suas bases eleitorais, personalizando suas mensagens e ações políticas. Essa adaptação às novas formas de comunicação reflete a tendência emergente de desinstitucionalização da política, onde a figura do parlamentar se destaca em detrimento das instituições representativas, como os partidos e o próprio Congresso Nacional. A obra também explora o conceito de "ação conectiva", uma nova forma de ação política que se desenvolve em rede, sem a mediação dos tradicionais veículos de comunicação. Através das redes sociais, os deputados não apenas disseminam conteúdos, mas também participam da coprodução e codistribuição de informações, mobilizando afetos e intensificando a intencionalidade ideológica. Isso altera a maneira como a política é vivenciada, com um foco maior na imagem individual do parlamentar, muitas vezes em detrimento das pautas legislativas institucionais. Publicada em inglês na *Parliamentary Affairs*, uma revista de alcance internacional, a pesquisa não só contribui para a compreensão da política digital no Brasil, mas também possui um grande potencial de inserção internacional, proporcionando uma análise relevante para contextos globais. Dessa forma, o estudo se destaca pela originalidade, alinhamento com as tendências contemporâneas de comunicação política e impacto no cenário legislativo internacional.

O artigo "PADRÕES DE COMPETIÇÃO POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS, ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL DE 2014 E 2018" se destaca pela sua originalidade e inovação ao analisar a evolução dos padrões de votação nas eleições de 2014 e 2018 para o cargo de Deputado Federal, comparando-os com as eleições de 1994 e 1998. A pesquisa oferece uma visão atualizada sobre o comportamento dos eleitores nos municípios brasileiros, um tema central na política representativa, e contribui significativamente para a compreensão das mudanças no cenário político nacional. A inovação do estudo reside na análise de padrões eleitorais com dados recentes,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

identificando variações no número efetivo de candidatos por município e observando a tendência crescente de fragmentação nas votações, especialmente em 2018. Essa constatação, associada à observação de que os maiores municípios se mostraram mais competitivos, oferece uma perspectiva atual sobre a dinâmica eleitoral. O estudo também evidencia que o Nordeste apresenta uma votação mais concentrada, enquanto o Sul do Brasil exibe um padrão de votação mais disperso, trazendo nuances importantes sobre as diferenças regionais no processo eleitoral. Além disso, o artigo se alinha à teoria distributivista ao investigar as possíveis relações entre o localismo eleitoral e o paroquialismo legislativo, oferecendo dados valiosos para testar e adaptar essa teoria à realidade brasileira. A pesquisa permite aprofundar a análise do comportamento dos parlamentares no processo decisório, especialmente no que diz respeito à apresentação de proposições e votações, contribuindo para uma melhor compreensão do funcionamento do sistema político e eleitoral. Publicada na Revista de Sociologia e Política, um periódico de renome, a pesquisa se insere com relevância tanto no debate acadêmico quanto no campo da formulação de políticas públicas. Seu caráter inovador e a possibilidade de influenciar estudos futuros sobre a competição eleitoral fazem dela uma contribuição significativa para o campo da ciência política no Brasil, com potencial de inserção e impacto internacional.

3.2 Impacto econômico, social e cultural do programa.

Mais uma vez, o PPG-Cefor reafirma sua vocação profissional, enfatizando a articulação entre a pesquisa aplicada e a atuação direta na formulação de políticas públicas, com ênfase na inovação institucional e no aprimoramento da governança democrática. Os produtos selecionados para compor o Anexo E refletem esse compromisso ao gerar impacto efetivo nas dimensões econômica, social e cultural, respondendo às demandas da Câmara dos Deputados, de outras instituições públicas, da sociedade civil e do próprio sistema político nacional. O conjunto das produções destaca-se por sua contribuição para o desenho e implantação de políticas públicas, pela geração e transferência de conhecimentos aplicáveis à resolução de problemas complexos e pela transformação de práticas institucionais por meio do desenvolvimento de ferramentas e metodologias inovadoras.

O estudo técnico “O CAMINHO DO EQUILÍBRIO: É PRECISO 'CORTAR GASTOS'?”, de autoria do egresso Paulo Roberto Simão Bijos, teve impacto direto na formulação de políticas fiscais no país. Suas propostas foram objeto de debate público e político, resultando na elaboração de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa revisar os mecanismos de vinculação de despesas. Além de subsidiar parlamentares na tomada de decisão, o estudo contribui para a racionalização dos gastos públicos e para o aumento da eficiência fiscal, com impacto potencial na economia da ordem de R\$ 1,1 trilhão em dez anos. A ampla divulgação do estudo, inclusive em entrevistas, artigos na imprensa e debates no plenário, evidencia sua relevância nacional e seu potencial de replicação como insumo para outras iniciativas legislativas.

O documentário “A CÂMARA”, dirigido pela docente Cristiane Brum Bernardes, se destacou como uma potente ferramenta de educação política e engajamento social. Sua exibição em festivais nacionais e internacionais e seu uso em debates públicos e acadêmicos ampliaram a discussão sobre a representação

Relatório de Dados Enviados do Coleta

feminina e os desafios enfrentados pelas mulheres na política institucional. O impacto cultural da produção foi expressivo, ao promover reflexões críticas sobre a democracia, a equidade de gênero e a diversidade na política. Com exhibições em diferentes contextos – de salas de cinema a universidades e instituições públicas –, o filme contribuiu para a democratização do acesso ao conhecimento sobre o funcionamento do Parlamento, fomentando uma cultura política mais participativa e inclusiva.

A ferramenta EXTRATO LATTES 2021–2024, desenvolvida pelo coordenador do Programa, tornou-se referência nacional na gestão acadêmica de programas de pós-graduação. Sua aplicação em diversas instituições, como a UFSC, a UNICAMP, a UEM e a Escola de Guerra Naval, demonstra sua eficácia na melhoria da produtividade acadêmica e no cumprimento de critérios avaliativos da Capes. Ao facilitar o monitoramento da produção científica, a ferramenta fortalece a governança acadêmica, promove a transparência institucional e reduz custos administrativos. Trata-se de uma contribuição direta para o aprimoramento da gestão do ensino superior brasileiro, com impactos tanto econômicos quanto organizacionais.

O relatório técnico “CONTRIBUIÇÕES A UM PROJETO NACIONAL DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES” produziu efeitos relevantes na formulação de políticas públicas voltadas à infância e juventude. Ao propor a criação de uma Câmara Interministerial e outras 25 medidas estratégicas, o estudo responde diretamente a demandas sociais urgentes e fortalece a atuação do Estado na proteção de direitos fundamentais. O impacto institucional da produção é amplificado pela sua apresentação em espaços públicos, como o programa Bora Entender da TV Câmara, e pelo seu uso como referência em debates interministeriais, tornando-a uma ferramenta essencial de diagnóstico, articulação intersetorial e planejamento governamental.

O SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR SOBRE O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO & XI JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO promoveu uma interação inédita entre academia e instituições públicas, resultando na disseminação de conhecimento aplicado e na qualificação de agentes públicos e parlamentares. A publicação de seus anais amplia o alcance das discussões, tornando-se referência para instituições que atuam na governança democrática. O evento também contribuiu para a formação continuada de servidores e gestores públicos, elevando a qualidade das políticas públicas formuladas com base em evidências empíricas e análise interdisciplinar.

O TCC “INSTRUMENTO DE RECOMENDAÇÃO AUTOMÁTICA DE AÇÕES PARLAMENTARES”, desenvolvido por Carlos Nery, gerou um sistema de uso prático no Senado Federal, com impacto direto na produtividade e eficiência da atividade parlamentar. A automatização do processo de triagem de proposições, a adoção de inteligência artificial e o envolvimento de 80 gabinetes parlamentares no piloto da ferramenta demonstram sua relevância e aplicabilidade. A disponibilização pública do código-fonte evidencia seu potencial de transferência tecnológica para outras casas legislativas e instituições públicas interessadas na modernização de seus fluxos de trabalho.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

O livro “170 TERMOS PARA ENTENDER ELEIÇÕES”, organizado pelo docente André Rehbein Sathler, impactou diretamente a educação política em contextos de vulnerabilidade social. Suas ações de disseminação – como a entrega da obra em unidades de internação do DF – promovem a inclusão política e o fortalecimento da cidadania. A linguagem acessível e a abordagem didática tornam a obra uma ferramenta eficaz de educação eleitoral, com impactos culturais e sociais relevantes, especialmente em ano eleitoral e em meio a campanhas de combate à desinformação.

A publicação “MULHERES E LOBBY NO PARLAMENTO BRASILEIRO”, de Francine Moor, se desdobrou em ação institucional concreta, ao subsidiar o debate sobre a regulamentação da atividade de lobby na Câmara dos Deputados. A participação de parlamentares no evento de lançamento, o uso da obra como base para formulação de políticas públicas e a atuação da autora em associações representativas da área demonstram o potencial da pesquisa para transformar o ambiente político e institucional, promovendo a equidade de gênero e práticas éticas no Parlamento.

O artigo “DIGITAL MANDATES AND THEIR MANAGEMENT” contribuiu para a análise crítica do uso de mídias sociais por parlamentares e sua relação com a personalização da política. Publicado em revista internacional de prestígio, o estudo ampliou o entendimento global sobre os desafios contemporâneos da democracia digital e da comunicação política. Seu impacto é tanto acadêmico quanto institucional, ao fornecer evidências que podem subsidiar estratégias de comunicação institucional mais alinhadas aos princípios democráticos e à mediação institucional.

Por fim, o artigo “PADRÕES DE COMPETIÇÃO POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS, ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL DE 2014 E 2018” gerou insumos valiosos para o debate sobre o sistema eleitoral brasileiro. A análise de dados atualizados e a identificação de tendências regionais contribuem para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à reforma política e à representação legislativa. Ao identificar padrões de competição e fragmentação eleitoral, o estudo fornece evidências para repensar a alocação de recursos de campanha, a estruturação dos partidos e a distribuição da representação no Legislativo.

Esses dez produtos exemplificam como o MPPL promove a articulação entre conhecimento científico e soluções práticas para problemas complexos do setor público. A produção intelectual do Programa contribui para a melhoria da gestão pública, para o fortalecimento da cidadania e para a transformação institucional em diferentes escalas – local, nacional e internacional – reafirmando seu compromisso com o impacto social, econômico e cultural.

3.3 Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa.

*** FA 3.3.1: Internacionalização**

O Plano Estratégico do PPG-Cefor 2021-2024 prevê a ação “Colaboração com instituições e pesquisadores estrangeiros”, visando às metas M10 (curto e médio prazo, parcerias internacionais entre docentes, programas e grupos de pesquisa) e M11 (médio e longo prazo, acordos técnico-científicos

Relatório de Dados Enviados do Coleta

institucionais).

Para o PPG-Cefor, intercâmbios com instituições estrangeiras ocorrem por acordos formais ou ações colaborativas espontâneas, resultantes de iniciativas do programa ou individuais, dentro das agendas de pesquisa de docentes e discentes, sem necessidade de convênio prévio. Experiências internacionais favorecem troca de conhecimento, formação acadêmica e expansão da rede de pesquisa, reforçando o compromisso com qualidade e internacionalização científica. (FA 3.3)

Para intercâmbios de discentes, o Programa estruturou processo formal de comunicação de atividades interinstitucionais (processo n. 612.532/2022), alinhando as experiências aos projetos de pesquisa e assegurando reconhecimento acadêmico. O procedimento exige descrição da atividade, instituição anfitriã, período, carga horária, docente responsável e vínculo com a pesquisa. É preciso carta de aceitação da instituição estrangeira e plano de trabalho validado pelo orientador, com previsão de integralização de créditos e atividades complementares. Ao final, o discente apresenta relatório descritivo, assinado por docente da instituição de destino, com ciência do orientador.

A estrutura garante transparência e acompanhamento acadêmico, assegurando que atividades internacionais contribuam para o desenvolvimento da pesquisa e formação dos estudantes do MPPL.

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

Após tratativas iniciadas em 2018, a Câmara firmou, em 2021, o Protocolo de Intenções nº 2021/004.0 com a Universidade de Salamanca (USAL), estabelecendo parceria técnico-científica em ensino, pesquisa e extensão. Primeira ação do acordo foi a pesquisa sobre comportamento de parlamentares brasileiros, realizada em 2024, no âmbito do Projeto Elites Parlamentares Latino-Americanas (PELA), criado por Manuel Alcántara Saez e atualmente dirigido por Mercedes García Montero.

A pesquisa foi conduzida no âmbito do grupo “Ciência de Dados Aplicada ao Estudo do Poder Legislativo”, coordenado por Fabiano Peruzzo Schwartz, com participação de pesquisadores da Câmara, USAL, UFMG e UnB. A coleta de dados, liderada por representantes da USAL e da Câmara, resultou em mais de 100 entrevistas com deputados, sob a pergunta “Como pensa o parlamentar?”. Os resultados foram apresentados em debate na Câmara, com presença de docentes, discentes e pesquisadores (<https://youtu.be/OjBsfGeDKMs?si=WhdelTk36o0HLJ2w>).

A iniciativa fortalece o uso de ciência de dados e métodos interdisciplinares para análise do Legislativo, promovendo inovação na pesquisa institucional, governança e políticas públicas.

COOPERAÇÃO COM PESQUISADORES INTERNACIONAIS

Com o objetivo de aproximar a comunidade acadêmica do MPPL e a Câmara dos Deputados de pesquisas internacionais, o Programa promoveu palestras e intercâmbios acadêmicos ao longo do quadriênio 2021-2024, consolidando parcerias com instituições de prestígio e ampliando o diálogo sobre temas centrais

Relatório de Dados Enviados do Coleta

para o estudo do Poder Legislativo.

Em 2021, o Dr. Pablo J. Boczkowski, Professor Hamad Bin Khalifa Al-Thani da Northwestern University (EUA) e co-diretor do Centro de Estudos de Mídia e Sociedade - MESO (Argentina), ministrou a palestra “Abundance: on the experience of living in a world of information plenty” (<https://www.youtube.com/watch?v=7A8HBNaBbYE&list=PLysoTmRxzFnXd8DO9z1lXXB7H2suGcall&index=5&t=2s>). O estudo, baseado em extenso trabalho de campo na Argentina, investiga como fatores culturais e estruturais influenciam a relação entre a abundância de informações e seus impactos na sociedade, mídia e política. A pesquisa resultou na publicação de "Abundance" (Oxford University Press, 2021), a primeira obra sobre o tema com enfoque no Sul Global.

A internacionalização da pesquisa também foi fortalecida com a participação da Professora Cristiane Brum Bernardes no projeto "A Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: Representation, Relationships and Ruptures (EoPPP)" (<https://essl.leeds.ac.uk/directories0/directory-record/research-projects/1127/a-global-comparative-ethnography-of-parliaments-politicians-and-people-representation-relationships-and-ruptures>), coordenado por Emma Crewe (SOAS/University of London) e financiado pelo European Research Council, por meio do programa Horizon 2020 (Acordo nº 8349986). A pesquisa investiga o funcionamento dos parlamentos em seis países (Brasil, Estados Unidos, Etiópia, Fiji, Índia e Reino Unido), reunindo pesquisadores de diferentes nacionalidades. Em março de 2022, a professora participou de reuniões do grupo na Inglaterra e na França e realizou visitas técnicas à SOAS/University of London, ao Parlamento Britânico (House of Commons e House of Lords), ao Parlamento Francês (Assemblée Nationale) e ao Conselho Municipal de Sheffield. O estudo também envolveu entrevistas com políticos e jornalistas britânicos, ampliando a análise comparativa das instituições legislativas.

No contexto dessas colaborações, o MPPL organizou o evento “Parliamentary Standards in Decline: An Interdisciplinary Approach to Understanding the Westminster Parliament”, que contou com a presença da Professora Emma Crewe na Câmara dos Deputados. Durante a palestra, foram debatidos os benefícios das abordagens interdisciplinares para compreender a complexidade das instituições parlamentares, com ênfase nas pesquisas conduzidas sobre o Parlamento Britânico. O evento (<https://youtu.be/uOXv0zuvbt0>) incluiu um painel de discussões, no qual a Professora Cristiane Brum se juntou às pesquisadoras Telma Hoyler (USP/SOAS) e Carla Teixeira (UnB/LEIPP) para explorar diferentes perspectivas sobre representação política e estudos legislativos.

Em 2023, André Rehbein Sathler Guimarães e Malena Rehbein Rodrigues Sathler foram professores convidados na SciencesPo (França), ministrando a disciplina The Brazilian Setback: how the country was driven to the brink of dictatorship e palestra sobre conjuntura política brasileira no Campus de Poitiers. Também participaram de seminário do Observatório para a América Latina e Caribe (<https://www.sciencespo.fr/opalc/content/notre-seminaire-mensuel-los-ultimos-jueves-de-lopal>).

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Fabiano Schwartz é membro da organização do congresso Pan American Health Care Exchanges (PAHCE) (<https://gmepe.org/P7CommitteEN.htm>), fórum internacional sobre políticas de saúde e inovação. Em 2022 e 2023, foi keynote speaker nas edições do Panamá (https://fabiano.id/echtd_pahce2022.html) e da Coreia do Sul (https://fabiano.id/mmhch_pahce2023.html).

INTERCÂMBIOS COM DISCENTES

O aluno Gustavo Machado Pires foi Visiting Scholar na Villanova University (EUA), em 2022, sob orientação do Prof. Lowell Gustafson. Entre agosto e dezembro de 2022, realizou estudos sob a orientação do Professor Lowell Gustafson, abordando temas como Teoria dos Partidos Políticos, Crise da Democracia e Análise do Discurso. Durante sua estadia, lecionou parte da disciplina Política Latino-Americana, palestrou sobre o processo eleitoral brasileiro (https://www.linkedin.com/posts/gustavo-pires-3baa60163_villanova-camaradosdeputados-cefor-activity-6991112127948148736-LfsB/?utm_source=share&utm_medium=member_desktop) e acompanhou as eleições de meio de mandato dos Estados Unidos (Midterms). Suas experiências foram compartilhadas em publicações acadêmicas (https://www.poder360.com.br/opinioao/40-anos-da-fundacao-do-pfl-o-partido-da-frente-liberal/?utm_source=whatsapp) e na rede profissional LinkedIn (<https://www.linkedin.com/in/gustavo-pires-3baa60163/recent-activity/all/>).

Já o discente Paulo Stanich Neto, cuja pesquisa foca em instrumentos para garantir a consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas no trâmite de proposições legislativas, foi recebido como Visiting Scholar no Centro de Estudos Sami da Universidade Ártica da Noruega (UiT), Campus de Tromsø, entre agosto e outubro de 2022. Sob orientação do Professor Øyvind Ravna, estudou o funcionamento das ferramentas de democracia participativa do Povo Sami no Parlamento Norueguês, analisando sua efetividade dentro dos parâmetros da Convenção 169 da OIT. Durante a estadia, visitou o Parlamento Sami, reuniu-se com a presidente da instituição, Silje Karine Muotka, e participou de entrevistas para a mídia local (referência 1 - https://www.nrk.no/sapmi/_-sametinget-kan-vaere-modell-for-et-brasiliansk-urfolksparlament-1.16102558, referência 2 – minuto 4:18 – <https://tv.nrk.no/serie/oddasat-tv/sesong/202209/episode/SANY70091422>). O discente também apresentou seu projeto de pesquisa para outros alunos e professores da universidade (https://uit.no/tavla/artikkel/782848/indigenous_people_in_brazil_free_prior_and_info).

A experiência adquirida no intercâmbio resultou na organização do evento “Governança multinível e participação indígena: o Conselho Ártico e as oportunidades para o Brasil” (<https://www.socialismocriativo.com.br/psb-promove-debate-sobre-participacao-indigena-na-formulacao-de-leis/>), realizado na Câmara dos Deputados em dezembro de 2022, com apoio da Liderança do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O debate contou com a presença da Deputada Federal Joênia Wapichana (Rede-RR), Apostolos Tsiouvalas (pesquisador da UiT), Vereador Weibe Tapeba (Caucaia-CE), Luiza Pataxó (liderança indígena da Aldeia Coroa Vermelha), Eloy Terena (advogado da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e Marivelton Baré (Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro). O evento demonstrou o impacto prático da pesquisa desenvolvida no MPPL, promovendo reflexões sobre a participação indígena na governança nacional e internacional.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Essas ações reforçam o compromisso do MPPL com a excelência acadêmica e a internacionalização da pesquisa, promovendo um intercâmbio qualificado com instituições estrangeiras e contribuindo para o avanço dos estudos sobre parlamentos, representação política e democracia.

Por fim, é importante destacar as estratégias de internacionalização da E-Legis (revista do PPG-Cefor - <http://e-legis.camara.leg.br/> - ISSN: 2175-0688), que consistem nas versões trilíngues (português, inglês e espanhol) dos volumes publicados a partir de 2017 e na aquisição do DOI (Digital Object Identifier) para todos os artigos já publicados, aumentando a inserção internacional da Revista e do Programa.

*FA 3.3.2: Inserção

A inserção do PPG-Cefor na comunidade acadêmica e na sociedade é fruto de diretrizes, metas e ações previstas no Plano Estratégico 2021-2024, voltadas ao intercâmbio com instituições nacionais e internacionais para a colaboração em ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como ao incentivo a docentes e discentes para participação em redes de pesquisa cuja produção científica tenha foco na relevância socioeconômica e no suporte a políticas públicas.

O MPPL, por ser um Programa inovador no Brasil e no Poder Legislativo, busca constante integração com outros cursos. Um exemplo foi o SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR SOBRE O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO, realizado com o IMPA e a UnB. O evento reuniu especialistas de áreas como Ciência Política, Economia, Direito e Matemática para debater o funcionamento das instituições políticas. Com a presença de figuras como o ministro Luís Roberto Barroso, parlamentares e acadêmicos, reforçou-se o compromisso com a produção de conhecimento aplicado. O simpósio promoveu diálogo entre academia e Parlamento, analisou temas como coalizões, financiamento, representação feminina e radicalização, e consolidou o MPPL como referência em governança democrática.

A participação de docentes do PPG-Cefor no INCT.DD reforça o trabalho em rede e contribui para a formação de recursos humanos em diferentes regiões do país. O Instituto, sediado na Facom/UFBA, reúne 87 pesquisadores de 20 programas de pós-graduação em áreas como Comunicação, Ciência Política, Direito e Computação. Quatro docentes do MPPL atuam de forma ativa na rede, fortalecendo o intercâmbio institucional e as pesquisas sobre Parlamento Digital. Como resultado dessa parceria, a professora Cristiane Brum coordenou o Programa de Treinamento Profissional em Parlamento Digital (<https://inctdd.org/cursos/>) e colaborou no livro Parlamento Digital: Conceitos e Práticas. A iniciativa, que envolveu também docentes de outras universidades brasileiras e da University of Leeds, atendeu servidores legislativos e promoveu discussões sobre o uso de plataformas digitais no Legislativo, com foco em inovação democrática e participação cidadã.

Docentes também têm participado de bancas de mestrado e doutorado em outras Instituições, como na

Relatório de Dados Enviados do Coleta

UnB, bem como têm sido convidados professores de outras instituições para as bancas de qualificação e defesa já realizadas, como da UnB, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Universidade Católica de Brasília, do Centro Universitário de Brasília, do Instituto Brasiliense de Direito Público, da Universidade Federal do Paraná, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), da Câmara Legislativa do DF e do Senado, entre outros.

Durante o quadriênio 2021-2024, os acordos de cooperação foram fortalecidos para integrar setor público, sociedade e mercado de trabalho. Um destaque é o curso de Especialização em Orçamento Público, promovido em 2021 pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), em parceria com o Cefor da Câmara dos Deputados, o Instituto Serzedello Corrêa (TCU), a ELEGIS e a Escola Superior de Guerra (Ministério da Defesa). Voltado à capacitação de servidores e profissionais da área orçamentária, o curso lato sensu tem até quatro semestres de duração e contempla todas as etapas do ciclo orçamentário — elaboração, tramitação, aprovação e fiscalização. A formação aproxima teoria e prática, contribuindo para a eficiência, efetividade e economia na administração pública. Os trabalhos de conclusão de curso (TCCs) geram produtos relevantes para a gestão do conhecimento institucional. A iniciativa também se alinha aos objetivos estratégicos da Câmara e do Senado, ao fomentar perfis profissionais qualificados e voltados à inovação no serviço público.

Acordos de cooperação técnico-científica, cultural e educacional vigentes no quadriênio envolvendo a Câmara dos Deputados, por meio do Cefor e do PPG-Cefor, e as instituições Senado Federal, TCU, Presidência da República, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Supremo Tribunal Federal, Polícia Militar do Distrito Federal, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Instituto Brasileiro de Museus e União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais visaram, de forma geral, o intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências, instalações e tecnologias para o desenvolvimento de recursos humanos. Dessa forma, mais de 1500 matrículas de alunos regulares e especiais foram efetuadas em disciplinas do MPPL no período 2021-2024, sendo aproximadamente 50% provenientes da Câmara dos Deputados (servidores efetivos e comissionados) e 50% provenientes das instituições parceiras citadas. Essa rede de conhecimento vai além da Câmara dos Deputados e se estende pelos níveis nacional, regional e local, promovendo o aprimoramento do trabalho na área do Poder Legislativo e em áreas relacionadas, o que resulta em políticas públicas e na entrega de benefícios à sociedade, público-alvo da atividade legislativa, com impacto social e inserção regional.

Ademais, no âmbito dos órgãos da Administração Pública, o Cefor participa da Rede Nacional de Escolas de Governo, constituída por cerca de 300 instituições governamentais, cujo objetivo é aumentar a eficácia dessas instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes, ao tempo em que busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos e trabalhos em parceria. Participa, também, do Sistema de Escolas de Governo da União, que reúne escolas de órgãos como TCU, Senado, Escola Nacional de Administração Pública, Universidade do Banco Central, etc. Essa parceria, formalizada em Protocolo de Cooperação específico, permite a promoção conjunta de eventos, participação em projetos de pesquisa

Relatório de Dados Enviados do Coleta

coletivos e outras atividades correlatas.

Em 2022, a Câmara dos Deputados, por meio do Cefor, em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o Senado Federal e a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL), realizou um evento comemorativo marcando os 30 anos da institucionalização da educação legislativa no Brasil e os 25 anos do Cefor. A XII Jornada de Pesquisa e Extensão foi integrada ao Seminário de Educação Legislativa, formando um espaço de diálogo sobre os pilares da educação legislativa: a formação profissional de servidores, a educação para a democracia e a produção de conhecimento em estudos legislativos. A parceria entre essas instituições fortaleceu o alcance e a diversidade do evento, que reuniu representantes de mais de 250 escolas do Legislativo e da comunidade acadêmica. Os debates abrangeram temas como o papel das escolas de governo, a capacitação de servidores, a formação de agentes políticos e o impacto social da educação legislativa. Além das instituições organizadoras, colaboraram também a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Enap, a Fapeg, a Caixa Econômica Federal e outras entidades públicas. Programação (https://www.youtube.com/watch?v=h s Q W M s 3 i 5 A & l i s t = P L y s o T m R x z F n X B b Y v 8 o e r _ G e z U o 7 l w s V 4 m). [Anais \(https://bd.camara.leg.br/bd/items/773ff85b-0684-472c-bd36-9649f4c9c927\)](https://bd.camara.leg.br/bd/items/773ff85b-0684-472c-bd36-9649f4c9c927)

Uma forma bastante efetiva de inserção local, regional e nacional é a oferta de vagas nas disciplinas do MPPL a alunos especiais, num espectro de temáticas que abrange a administração pública e práticas de gestão no Legislativo, passam pela avaliação de políticas públicas e pela teoria política com aplicação ao Legislativo, alcançando a democracia digital e formas de integração entre o parlamento e a sociedade. O aluno especial é qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro com diploma de nível superior, que pode cursar gratuitamente as disciplinas optativas que dispuserem de vagas não preenchidas por alunos regulares. No quadriênio 2021-2024 o MPPL superou sucessivos recordes de inscrições de alunos especiais. Ao todo, 608 candidatos da Câmara, do Senado, de outros órgãos públicos e da comunidade em geral se matricularam em 60 disciplinas. Em 2021, o quantitativo de alunos especiais (185) correspondeu a 6 vezes o de alunos regulares (31).

Considerando a procura pelas disciplinas do MPPL, o PPG-Cefor encaminhou à Administração da Câmara proposta de atualização do seu Regimento, que contempla a oferta contínua de curso de especialização no âmbito da estrutura de disciplinas do Mestrado, com ampliação do alcance para o público externo. Dessa forma, atende-se aos anseios da instituição e da sociedade com melhor aproveitamento de recursos, em consonância com a reforma administrativa em curso na Câmara dos Deputados. Essa ação vem ao encontro da Resolução do MEC CNE/CES nº 1/2018, que prevê a possibilidade de os programas stricto sensu converterem em certificado de especialização os créditos de disciplinas cursadas no Mestrado. Cabe observar que a cada ano aumenta o número de alunos especiais matriculados nas disciplinas do MPPL, os quais serão beneficiados com essa possibilidade. A procura crescente pelas disciplinas do MPPL, na condição de aluno especial, por pessoas de fora da Câmara é um forte indicativo do impacto social e da inserção regional e nacional do Programa.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Cabe destacar atuações relevantes de docentes, discentes e egressos do PPG-Cefor que contribuíram para a inserção nacional, regional e local do Programa:

- Cláudia Lemos foi presidente da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública) de 2022 a 2024 (<https://abcpublica.org.br/sobre-nos/>).
- Fabiano Schwartz compôs o grupo de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCNs) de CP&RI/Capes no ano de 2024.
- Lincoln Macário é Vice-presidente de Relações Legislativas e Governamentais da ABCPública.
- André Rehbein Sathler Guimarães é membro do Comitê Gestor do INCT.DD.
- O governo federal indicou Paulo Roberto Simão Bijos para o conselho de administração do Banco do Brasil (<https://exame.com/brasil/banco-do-brasil-uniao-indica-paulo-roberto-simao-bijos-e-dario-carnevali-durigan-para-o-conselho/>). Paulo Bijos foi Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/tebet-define-futuro-secretario-do-orcamento-federal)).

Por fim, ressalta-se que as pesquisas de discentes e egressos já geram repercussão no novo quadriênio. Paulo Bijos publicou, em maio de 2021, o Estudo Técnico 8/2021 sobre GOVERNANÇA LEGISLATIVA ORÇAMENTÁRIA: da fragmentação paroquialista à priorização estratégica, no âmbito da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/artigo-glo_2021-05-17_publicacao). O estudo é resultado da pesquisa de TCC do egresso, aprovado em 2020. Já o discente Roberto Cavalcante foi convidado a participar da Audiência Pública da Comissão Especial destinada a dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 125, de 2011, que analisa a reforma política no Brasil (https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2013379&filename=Tramitacao-REQ+27/2021+PEC12511). A pesquisa de TCC do discente estuda o sistema eleitoral brasileiro.

*FA 3.3.3: Visibilidade

Para melhor informar a sociedade, o PPG-Cefor reformulou sua página nos anos de 2023 e 2024 (<http://www.camara.leg.br/posgraduacao>), e mantém constante atualização de informações. A página, hospedada no portal da Câmara dos Deputados, passou por uma reestruturação com o objetivo de organizar as informações de acordo com os interesses dos públicos-alvo, facilitar o acesso a documentos e informações relevantes sobre o programa e informar sobre as atividades desenvolvidas no PPG-Cefor. Além das melhorias funcionais, a nova versão adotou uma abordagem de design responsivo e identidade visual mais atrativa, com layout limpo, uso mais eficiente de elementos gráficos e tipografia, proporcionando uma navegação mais intuitiva e uma experiência visual aprimorada para os usuários. O site foi dividido em sete categorias: Mestrado em Poder Legislativo, Especialização, Pesquisa e Publicações, Eventos Acadêmicos, Visibilidade, Avaliação e Regulamentação. Na primeira, há informações sobre o curso de Mestrado Profissional (histórico e classificação atual), as linhas de pesquisa estudadas, a estrutura curricular, os processos seletivos anteriores e em andamento, orientações sobre matrícula, corpo docente, corpo discente e egressos, atualização de calendários e planos de disciplinas e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

atas das reuniões do Colegiado. Além disso, um item especialmente importante é o de “Orientações aos discentes”, pois concentra em um só lugar informações como o fluxo sugerido do curso, regulamentação para atividades complementares, orientações sobre avaliação ética de pesquisa, manual de produção acadêmica, diretrizes e modelos para qualificação e TCC, apontamentos e manual de preenchimento do currículo Lattes e ata das reuniões gerais promovidas semestralmente com os alunos regulares.

A seção “Pesquisa e Publicações” reúne GPEs, banco de TCCs, revista E-Legis e livros. Em “Eventos Acadêmicos” estão jornadas, palestras e aulas inaugurais. A área de “Avaliação” inclui planos estratégicos, dados estatísticos e relatórios da Capes. Normas do MPPL estão na seção “Regulamentação”.

A seção “Visibilidade” organiza e divulga, de forma estratégica e em linguagem adaptada para público amplo, as produções de docentes, discentes e egressos em diferentes canais institucionais, reforçando seu impacto e conexão com a sociedade e o Legislativo.

Por fim, os normativos federais e as normas gerais do Programa e do MPPL estão listadas e disponibilizadas na categoria “Regulamentação”.

Ressalta-se que as informações básicas do PPG-Cefor estão disponibilizadas em Inglês e Espanhol no item “About / Conoce el MPPL”, no campo “Mestrado em Poder Legislativo”. Foram traduzidos para as duas línguas a missão, o objetivo e os dados sobre a área de concentração e linhas de pesquisa do MPPL.

Entre 2021 e 2024, o PPG-Cefor promoveu palestras e simpósios com participantes nacionais e internacionais, reunindo mais de 2.000 pessoas presencialmente e online. Os eventos fortaleceram parcerias, ampliaram a integração entre docentes, incentivaram discentes e expandiram o público interessado no Programa. O Ciclo de Palestras e Debates, aberto à comunidade, traduziu pesquisas em linguagem acessível, abordando temas como reformas eleitorais, Parlamento Digital, inteligência artificial, orçamento público e uso de mídias sociais por parlamentares. (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/eventos/palestras-debates-oficinas>)

Desde 2020, os eventos ganharam a plataforma online, possibilitando o acesso ao vivo e a gravação no canal do Youtube do Cefor. Destacaram-se as aulas magnas: “Democracia, legitimidade e crise da representação política no Brasil”, proferida pelo professor Adriano Codato, da UFPR; “Desafios Orçamentários Contemporâneos”, proferida pelo então Secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos; “Tendências e desafios para o engajamento de servidores públicos no trabalho”, proferida pela professora Marizaura Camões - Coordenadora do GNovaLab - Laboratório de inovação da ENAP; “Estudos legislativos: temáticas e metodologias nos dez anos do Mestrado em Poder Legislativo”, proferida pelo professor Ricardo Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na área da Educação; “Uso de Múltiplas Fontes de Informação nas Políticas Públicas”, proferida pela professora Natália Massaco Koga, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); “Governança regulatória e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

resiliência institucional”, proferida pelo professor Carlos Pereira, cientista político, professor titular da FGV/EBAPE e colunista do Estadão; e “É possível matematizar a política? Investigação e resultados em Economia Política”, proferida pelo professor Luciano Irineu de Castro Filho (IMPA).

O Programa de Pós-Graduação do Cefor inovou ao inaugurar a modalidade Aulas Abertas, que consiste na abertura de aulas regulares ao público externo, ampliando o acesso ao conhecimento e promovendo o diálogo entre academia e sociedade. A iniciativa é aplicada especialmente em disciplinas que recebem convidados com notório saber em suas áreas, oferecendo exposições temáticas de alto nível. Um exemplo marcante ocorreu na disciplina “Organização e Processos Políticos Comparados”, no segundo semestre de 2023, que contou com a participação de representantes de embaixadas estrangeiras para apresentar os sistemas políticos de seus respectivos países. A série de encontros incluiu representantes da China, Itália, França, Reino Unido e Estados Unidos, com mediação do servidor Renon Fonseca, da Câmara dos Deputados. Em 2024, a programação das Aulas Abertas se diversificou ainda mais com temas voltados ao direito público e à jurisdição constitucional. Entre os destaques estão a aula “Jurisdição Constitucional e Processos Estruturais: discutindo papéis, linguagens e ferramentas”, com a participação de Ana Calil, assessora especial da presidência do STF, e José Arthur Castillo de Macedo, assessor de ministro do STF e professor de Direito, mediada por Carlos David Carneiro Bichara. Também se destacou a aula “Construindo instituições: Questões emergentes de direito público”, com Clarice Costa Calixto, secretária-geral da AGU, e Gustavo Fontana Pedrollo, procurador federal e consultor jurídico do Ministério dos Direitos Humanos.

Entre 2021 e 2024, a Jornada de Pesquisa e Extensão consolidou-se como espaço de debate qualificado sobre o papel do Parlamento. Reuniu pesquisadores, servidores, parlamentares, escolas do Legislativo e universidades, promovendo integração entre ensino, pesquisa e extensão. (<https://www2.camara.leg.br/acamara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/eventos/jornadas-de-pesquisa-e-extensao>)

Em 2021, a XI Jornada foi realizada de forma totalmente virtual, unindo-se ao Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro. O evento contou com a colaboração do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e do Economics and Politics Research Group (EPRG/UnB), promovendo um diálogo inovador entre ciências políticas, economia e matemática aplicada, com foco analítico nos desafios estruturais e funcionais do sistema político brasileiro. Em 2022, a XII Jornada marcou os 30 anos da institucionalização da educação legislativa no Brasil e os 25 anos do Cefor, sendo realizada em formato híbrido e em conjunto com o Seminário de Educação Legislativa. O evento reuniu representantes de mais de 250 escolas do Legislativo, além de especialistas nacionais e internacionais, para discutir três pilares centrais: a formação profissional de servidores parlamentares, a educação para a democracia e a pesquisa em estudos legislativos.

Já em 2023, a XIII Jornada teve como tema central “Parlamento e Inovação”, entendendo inovação como o processo de geração e implementação de novas ideias que agreguem valor à sociedade. A programação explorou desde iniciativas voltadas à digitalização e modernização dos processos internos do Legislativo

Relatório de Dados Enviados do Coleta

até estratégias de abertura institucional, transparência e participação cidadã, características do movimento por parlamentos abertos. Com painéis, oficinas, mesas-redondas e apresentações de trabalhos acadêmicos, a Jornada reafirmou seu compromisso com a construção de conhecimento aplicado ao fortalecimento da democracia. As atividades ocorreram em formato híbrido, com transmissão ao vivo pelo canal da Escola da Câmara no YouTube, ampliando o acesso e a difusão dos conteúdos para públicos diversos em todo o país.

Com apoio da Edições Câmara, o PPG-Cefor ampliou sua atuação editorial, com livros voltados à cidadania, direitos humanos e comunicação pública.

Entre os destaques está o livro 170 TERMOS PARA ENTENDER ELEIÇÕES (<https://livraria.camara.leg.br/produto/170-termos-para-entender-eleicoes/>), que apresenta, em formato de glossário, os principais conceitos relacionados ao processo eleitoral brasileiro, desmistificando termos técnicos e promovendo a compreensão ampla do sistema democrático. Já 200 TERMOS PARA ENTENDER DIREITOS HUMANOS (<https://bd.camara.leg.br/bd/items/694e5cb9-8a59-4c89-86e1-bf2aa63c6fdb>) oferece uma abordagem didática e crítica sobre os fundamentos dos direitos humanos, abordando conceitos frequentemente alvo de disputas e desinformação, sendo reconhecido em eventos institucionais como a 81ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Complementando esse eixo temático, a obra DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS COMENTADA (<https://bd.camara.leg.br/bd/items/588f1bce-f769-4a07-80b9-8487bc5801cc>) analisa cada artigo do documento de 1948 à luz do contexto brasileiro, tornando-o acessível a estudantes e ao público geral. Por fim, O FUTURO DA TV (<https://livraria.camara.leg.br/produto/o-futuro-da-tv/>) explora os desafios e as transformações da televisão pública no Brasil, com foco na comunicação legislativa em tempos de tecnologia digital, fake news e novas formas de interação entre Estado e sociedade. Essas publicações fortalecem o compromisso com educação política democrática e inclusiva.

O PPG-Cefor conquistou, ainda, crescente visibilidade institucional por meio de sua presença em programas de rádio, TV e mídias digitais. Esses espaços contribuíram para divulgar suas atividades acadêmicas, os impactos de suas pesquisas e o papel estratégico da formação legislativa no fortalecimento da democracia. Um dos momentos de maior destaque ocorreu em 2023, quando o programa Painel Eletrônico, da Rádio Câmara, veiculou a entrevista com o coordenador Fabiano Peruzzo Schwartz sobre os 10 anos do PPG-Cefor e a nota máxima recebida na avaliação da Capes. Na ocasião, foram discutidas as especificidades do mestrado profissional, suas três linhas de pesquisa e a contribuição do Programa para o aperfeiçoamento institucional do Parlamento. (<https://youtu.be/gTbItD2X8aY?si=qYgwhYxHNDHIWCba&t=130>)

Outro canal importante de divulgação tem sido o Educast, podcast da Escola da Câmara dos Deputados, que abordou temas diretamente relacionados à pós-graduação e à produção científica. Em um dos episódios, o professor Fabiano Peruzzo Schwartz discutiu o uso da inteligência artificial nas pesquisas acadêmicas, apontando seus benefícios e limites no contexto da pesquisa aplicada ao Legislativo (<https://www.youtube.com/watch?v=3JyWgSrvOjk&list=PLysoTmRxzFnUk6rX-AcHlI4qwTAJ2Loe&index=9>). Em outro episódio, o professor Mauro Moura Severino apresentou o uso do

Relatório de Dados Enviados do Coleta

LaTeX e da plataforma Overleaf como soluções para a formatação de trabalhos acadêmicos, destacando sua relevância para a eficiência e qualidade da produção no PPG-Cefor (<https://www.youtube.com/watch?v=WPK9xsnWNxk&list=PLysoTmRxzFnUk6rX-AcHIIZ4qwTAJ2Loe&index=2>).

O documentário “A Câmara”, da docente Cristiane Bernardes em parceria com Tiago de Aragão, proporcionou ampla repercussão nacional e internacional ao PPG-Cefor, ao registrar o cotidiano político de deputadas federais no Congresso Nacional. O filme, resultado de pesquisa no projeto “Etnografias Comparadas Globais de Parlamentos”, foi exibido em eventos acadêmicos como na UFMG (https://soundcloud.com/radioufmgeducativa/fafich-exibe-documentario-a-camara-seguido-de-debate-com-sua-realizadora-cristiane-bernardes?si=0d5385461d8746a6b5530d4c95cb2260&utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing), no festival internacional DocLisboa (<https://www.camara.leg.br/radio/1013515-DOCUMENTARIO-EXIBIDO-INTERNACIONALMENTE-ACOMPANHA-A-ATIVIDADE-DAS-PARLAMENTARES>) e também em programas como o RFI Convida, da Rádio França Internacional (<https://www.rfi.fr/br/podcasts/rfi-convida/20240205-cristiane-bern>).

Em 2024, o lançamento do livro 200 TERMOS PARA ENTENDER DIREITOS HUMANOS também foi destaque na programação institucional da Câmara dos Deputados. No vídeo de apresentação oficial, o professor do MPPL André Sathler, organizador da obra, concedeu entrevista explicando a proposta do livro: tornar o debate sobre direitos humanos mais acessível, informativo e didático para a sociedade brasileira. (<https://www.youtube.com/watch?v=8lwyrINza7Q>)

Também merece destaque a disciplina “Métodos Inferenciais em Pesquisas Legislativas”, elaborada pelo docente Fabiano Peruzzo Schwartz, cujo conteúdo ganhou material virtual, desenvolvido no período da pandemia, com o objetivo de auxiliar o aprendizado dos discentes. A Linha de Aprendizado da disciplina está disponível de forma gratuita, tornando o conhecimento sobre conceitos estatísticos, com aplicações práticas do dia a dia e ensaios sobre o processo legislativo e a Ciência Política, aberto para a sociedade e pesquisadores interessados (acesso pelo link <https://fabiano.id/mipl.html>).

Além disso, docentes do Programa participaram de entrevistas sobre temas centrais da atuação legislativa. A professora Cláudia Regina Fonseca Lemos, então presidente da ABCPublica, participou do programa Congresso em Pauta, da TV Alesis, discutindo a legitimidade das TVs legislativas e sua função na promoção da transparência pública (<https://youtu.be/P075ofINB2c?si=9h44St6nLlrJwd63&t=127>). Ainda no campo do debate público qualificado, os professores do MPPL Ricardo de João Braga e André Rehbein Sathler Guimarães participaram do Congresso em Foco Talk, no episódio “As percepções do Congresso sobre o impeachment e a reforma administrativa”. (<https://www.youtube.com/watch?v=Usa98r0NLIw>).

Egressos e discentes do PPG-Cefor ampliaram a visibilidade institucional por meio de eventos, publicações e participação em debates públicos. Francine Moor foi destaque no IELP TALKS, discutindo a atuação de mulheres no Congresso (<https://www.youtube.com/watch?v=Ukbb-uLOIGM>) e no Painel Eletrônico, com o lançamento do livro Mulheres e Lobby no Parlamento Brasileiro (<https://www.youtube.com/watch?v=pbjdi4vy33s>).

A egressa Rose Miriam Hofmann, por sua vez, participou do programa “Elas Pautam”, da TV Câmara, ao

Relatório de Dados Enviados do Coleta

lado da deputada Marussa Boldrin, relatora do Programa de Aceleração da Transição Energética. Especialista em questões ambientais, Rose contribuiu para o debate sobre políticas públicas de sustentabilidade e inovação, apresentando uma análise qualificada sobre os desafios da transição energética no Brasil (<https://www.youtube.com/watch?v=OLR9vDHIG7w>). Sua atuação como Consultora Legislativa Ambiental reforça a importância do MPPL na formação de profissionais técnicos altamente capacitados para atuação no Legislativo.

Já a egressa Rafaela Brito, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Educação em Direito e Fraternidade (IEDF), participou do programa “GENFEST: Já ouviu falar desse evento que reúne jovens do mundo todo?”, no canal do IEDF (<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=zfH82aggwU8>). Rafaela conversou com jovens sobre o Genfest, evento internacional sobre educação para a paz e cidadania global. Isso mostra o engajamento de egressos do MPPL nessa temática.

O PPG-Cefor também buscou promover acessibilidade e diversificar as formas de visibilidade das ações desenvolvidas no âmbito do Programa.

O canal do Cefor no YouTube passou a se chamar Escola da Câmara (www.youtube.com/c/EscoladaCâmara), com mais de 33 mil inscritos, 684 vídeos e 3 milhões de visualizações. Conteúdos tratam do Legislativo, gestão pública e cidadania. Também está presente no Instagram (www.instagram.com/escoladacamara) e no Facebook (www.facebook.com/escoladacamara deputados).

O Cefor adotou a licença Creative Commons (by-nc-sa) para permitir o uso não comercial e a adaptação dos conteúdos com atribuição de crédito. A medida agiliza a gestão de direitos autorais e amplia a democratização do conhecimento.

Docentes do MPPL atuam como professores e coordenadores em programas de formação política e cidadã da Câmara, como o Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), os programas Estágio-Visita, Estágio Participação, Estágio Cidadão e a Missão Pedagógica no Parlamento.

O Estágio-Visita, com mais de 6.600 participantes, oferece formação de 40 horas para universitários, promovendo conhecimento sobre o Parlamento e engajamento cívico. Última edição em novembro de 2024. (<https://evc.camara.leg.br/programas/estagio-visita-de-curta-duracao/>)

A Missão Pedagógica oferece formação a professores da educação básica, com cerca de 400 vagas na etapa a distância e 60 na etapa presencial em Brasília. Discute cidadania, política e o Legislativo, promovendo intercâmbio entre educadores. (<https://evc.camara.leg.br/programas/missao-pedagogica-no-parlamento/>)

O PJB foi reformulado em 2023 com o tema “A Educação que queremos”, envolvendo estudantes do ensino médio de todo o país e resultando na redação da Carta do PJB à Câmara (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem>). Aulões transmitidos ao vivo complementam a formação, com gravações disponíveis na playlist oficial

Relatório de Dados Enviados do Coleta

(https://www.youtube.com/playlist?list=PLysoTmRxzFnUn8EO3I_rNxTLKF4_cPE9b).

Esses programas reafirmam o papel da Câmara dos Deputados, por meio da Escola da Câmara e do PPG-Cefor, como uma instituição comprometida com a educação para a cidadania e com a formação de sujeitos politicamente conscientes e socialmente engajados.

Histórico e contextualização do programa

Histórico e contextualização do programa

O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) foi instituído pelo Ato da Mesa 69, de 1997, na área de recursos humanos, como um espaço para treinamento, em molde adequado a servir de suporte básico à consolidação e ao desenvolvimento do Plano de Carreira dos servidores da Câmara dos Deputados.

Regulamentado pelo Ato da Mesa n. 41, de 2000, o Centro ganhou amplas competências para “planejar, promover, executar e avaliar programas e atividades de recrutamento, seleção, atualização, aperfeiçoamento, especialização e desenvolvimento de recursos humanos”. Isso permite a atuação tanto na oferta de cursos de formação alinhados ao desenvolvimento da carreira dos servidores, quanto na extensão de ações e objetivos com alcance à comunidade, incluindo a realização de convênios de intercâmbio e cooperação mútua com entidades e instituições públicas e particulares, a prestação de serviços relacionados às suas atividades e fins institucionais e o desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades de capacitação. Atualmente, o Centro promove cursos, conferências e outras atividades educativas, presenciais e a distância, para cerca de 15 mil servidores da Câmara dos Deputados e para um público diversificado que inclui agentes políticos, servidores públicos de outros poderes, alunos de instituições de ensino superior e para toda a sociedade.

Em 2003, com o amadurecimento das atividades e o aumento da demanda por cursos de pós-graduação – que já incluíam dois cursos de especialização em gestão em convênio com a Universidade de Brasília (UnB) e um curso de Especialização em Gestão de Pessoas, realizado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –, o Cefor iniciou estudos para a criação de um Programa de Pós-Graduação próprio, com o objetivo de imprimir uma abordagem mais acadêmica para o conhecimento produzido na Câmara dos Deputados. O processo foi concluído em 2004 e aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) em janeiro de 2005, quando o Programa de Pós-Graduação do Cefor teve seu credenciamento estabelecido pela Portaria 51 do MEC.

A partir do credenciamento, o Programa passou a oferecer três cursos: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo e Especialização em Orçamento Público, este último em parceria com Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU). A criação dos cursos foi seguida pelas novas instalações físicas do Cefor, em 2007: o Centro

Relatório de Dados Enviados do Coleta

ganhou moderno e amplo espaço com condições apropriadas para atender às demandas previstas no processo de modernização, à época, decorrente do planejamento estratégico em curso na Câmara dos Deputados.

Na sequência, o Programa de Pós-Graduação instituiu seus Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), sob as diretrizes: estimular os servidores à reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos na Câmara dos Deputados; diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para as questões relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo; promover a análise, a sistematização e o aprimoramento das suas práticas; incentivar a realização de trabalhos em parceria com outras instituições visando à análise, ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e das práticas desenvolvidas na Câmara dos Deputados; e, ainda, enriquecer as atividades de apoio e assessoramento parlamentar e aprimorar o desempenho dos servidores, por meio do conhecimento produzido no Programa de Pós-Graduação do Cefor.

De 2005 a 2024, o Programa de Pós-Graduação do Cefor ampliou o número de cursos de pós-graduação lato sensu e, atualmente, tem oito cursos próprios estruturados para oferta: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Especialização em Política e Representação Parlamentar, Especialização em Legislativo e Políticas Públicas, Especialização em Gestão Pública Legislativa, Especialização em Parlamento e Direito, Especialização em Comunicação Política no Legislativo, e MBA em Governança Legislativa. Também são ofertados, desde a criação do Programa, cursos organizados com outros órgãos da Administração Pública Federal: Especialização em Orçamento Público, em parceria com Senado e TCU, nos anos de 2006, 2007 e 2011; Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental, em parceria com Senado e TCU, em 2009; Política e Representação Parlamentar, em parceria com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos anos de 2009 e 2011; Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, em parceria com Senado, TCU e com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), em 2018; Avaliação de Políticas Públicas, em parceria com Senado e TCU, em 2018.

Em 2021 foi promovida nova edição do curso de Especialização em Orçamento Público, uma parceria entre o Instituto Legislativo Brasileiro do Senado, o Cefor da Câmara dos Deputados, o Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, a Escola do Legislativo do Distrito Federal e a Escola Superior de Guerra, do Ministério da Defesa. Realizado em 2021, o curso é voltado ao aperfeiçoamento de servidores públicos e profissionais que atuam ou desejam atuar na área orçamentária, fortalecendo os vínculos entre teoria e prática, contemplando todas as etapas do ciclo orçamentário — elaboração, tramitação, aprovação e fiscalização. Trata-se de uma formação estratégica que contribui diretamente para o aumento da eficiência, efetividade e economia na administração pública.

Os cursos atendem servidores do quadro efetivo da Câmara dos Deputados, assessores parlamentares, servidores de órgãos que tenham acordo de cooperação com a Câmara e interessados externos

Relatório de Dados Enviados do Coleta

selecionados em processo público. O corpo docente é formado por servidores titulados, com experiência de magistério, e por professores convidados de instituições de ensino superior. A abrangência dos temas revela a diversidade de assuntos tratados e a amplitude dos conhecimentos próprios da atividade legislativa, sobretudo na perspectiva do ensino. Nesses 20 anos, o PPG-Cefor, em sua modalidade lato sensu, ofereceu 28 turmas de cursos próprios, em parceria e contratados, com 793 alunos regulares.

Entre os cursos próprios, foram oferecidas as seguintes Especializações:

- Processo Legislativo (PL), com 6 turmas e 178 alunos;
- Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IPPL), com 4 turmas e 111 alunos;
- Política e Representação Parlamentar (PRP), com 2 turmas e 59 alunos;
- Legislativo e Políticas Públicas (LPP), com 1 turma e 30 alunos;
- Gestão Pública Legislativa (GPL), com 1 turma e 21 alunos;
- Parlamento e Direito (PD), com 2 turmas e 39 alunos;
- Comunicação Política no Legislativo (CPL), com 1 turma e 30 alunos;
- MBA em Governança Legislativa, com 2 turmas e 57 alunos.

Em parceria com outras instituições, foram lançadas as Especializações:

- Orçamento Público (OP), com 4 turmas e 100 alunos (o encerramento das matrículas da turma de 2020 só ocorrerá em 2021, portanto os alunos da quarta turma não foram contabilizados);
- Auditoria Interna e Controle Governamental (AICG), com 1 turma e 33 alunos;
- Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, com 1 turma e 33 alunos;
- Avaliação de Políticas Públicas (APP), com 1 turma e 42 alunos.

O PPG-Cefor ofereceu, ainda, de forma contratada, as Especializações em:

- Psicodinâmica do Trabalho, com 1 turma e 25 alunos;
- Contabilidade Pública, com 1 turma e 30 alunos.

Em 2016, o Cefor recebeu visita da comissão avaliadora do MEC e, em 2017, o Centro foi recredenciado, por 8 (oito) anos, como escola de Governo para a oferta de cursos lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

A primeira ação de participação do PPG-Cefor em mecanismos de solidariedade como Minter e Dinter, no sentido de expandir o Programa de Pós-Graduação do Cefor para além dos cursos de especialização, aconteceu ao final de 2006, quando o Cefor estabeleceu parceria com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) para a oferta dos cursos Mestrado Interinstitucional em Ciência Política (Minter), para vinte alunos, e Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter), para dez alunos, todos já diplomados. Em 2014, nova turma de Dinter foi ofertada, resultando em 13 doutores titulados em 2019.

Nesse caminho, em novembro de 2012, por meio da Portaria - MEC 1331, de 8/11/2012, publicada DOU

Relatório de Dados Enviados do Coleta

nº 217 de 9/11/2012, Seção 1, pág 10, a Capes aprovou a criação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL), da Câmara dos Deputados, cujas aulas tiveram início no primeiro semestre de 2013. Em novembro de 2020, o MPPL chegou ao 100º aluno titulado, com um total de 158 mestres formados até o final de 2024. No quadriênio 2017-2020, o Programa de Mestrado recebeu nota 5 na avaliação quadrienal da Capes.

Oferta e Demanda de vagas 2021

Número de vagas ofertadas no ano - Mestrado

30

Número de inscritos no ano - Mestrado

58

Número de aprovados no ano - Mestrado

21

Número de vagas ofertadas no ano - Doutorado

NA

Número de inscritos no ano - Doutorado

NA

Número de aprovados no ano - Doutorado

NA

Oferta e Demanda de vagas 2022

Número de vagas ofertadas no ano - Mestrado

30

Número de inscritos no ano - Mestrado

61

Número de aprovados no ano - Mestrado

30

Número de vagas ofertadas no ano - Doutorado

0

Número de inscritos no ano - Doutorado

0

Número de aprovados no ano - Doutorado

Relatório de Dados Enviados do Coleta

0

Oferta e Demanda de vagas 2023

Número de vagas ofertadas no ano - Mestrado

24

Número de inscritos no ano - Mestrado

48

Número de aprovados no ano - Mestrado

23

Número de vagas ofertadas no ano - Doutorado

0

Número de inscritos no ano - Doutorado

0

Número de aprovados no ano - Doutorado

0

Oferta e Demanda de vagas 2024

Número de vagas ofertadas no ano - Mestrado

27

Número de inscritos no ano - Mestrado

71

Número de aprovados no ano - Mestrado

30

Número de vagas ofertadas no ano - Doutorado

0

Número de inscritos no ano - Doutorado

0

Número de aprovados no ano - Doutorado

0

Políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

O Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados (PPG-Cefor), em consonância com o princípio educacional de desenvolver ações educativas fundamentadas no pluralismo, na inclusão, na tolerância e no respeito à diversidade, iniciou o processo de implantação de políticas afirmativas no MPPL, alinhando-se às recomendações da Capes. No relatório de 2023, a Capes reforçou a importância da adoção de ações afirmativas nos Programas de Pós-Graduação, indicando que esse critério passará a ser formalmente avaliado nos ciclos futuros (FA 1.3).

Com base nessas diretrizes e nas recentes mudanças na legislação, especialmente a Lei nº 14.723, de 2023, que expandiu a política de cotas para a pós-graduação nas instituições federais, o PPG-Cefor propôs (processo n. 499.163/2024) a reserva inicial de 10% das vagas do MPPL para candidatos de baixa renda. A iniciativa visa reduzir barreiras socioeconômicas e ampliar o acesso à formação acadêmica de excelência, garantindo maior representatividade no programa.

Para a ampliação das políticas de inclusão e acessibilidade, o PPG-Cefor reconhece a necessidade de medidas complementares, como a criação de uma comissão específica para regulamentação das ações afirmativas, a implementação de banca de heteroidentificação e a adequação da infraestrutura física e acadêmica. Essas ações são fundamentais para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes beneficiados, promovendo um ambiente mais inclusivo e alinhado aos princípios de diversidade, equidade e excelência acadêmica (FA 3.3).

A previsão inicial era a de aplicação dessa reserva para candidatos de baixa renda no processo seletivo 2024 (ingresso em 2025). No entanto, em virtude da troca de gestor no Cefor, a ação foi transferida para o processo seletivo de 2025 (ingresso em 2026).

Impacto do COVID nas ações do programa

Impacto do COVID nas ações do programa

O ano de 2020 trouxe novos desafios e oportunidades para o PPG-Cefor. A rápida condução das adaptações foram cruciais para que o Programa mantivesse o calendário acadêmico e a qualidade das atividades oferecidas. Notou-se, também, que as mudanças impostas pela pandemia da COVID-19 aceleraram as soluções de ensino a distância, ação que já se encontrava em andamento, prevista no Plano Estratégico 2017-2020. A seguir, alguns itens que merecem destaque:

ENSINO A DISTÂNCIA

A pandemia da Covid-19 impôs um cenário inédito e desafiador, que exigiu respostas rápidas e eficazes no campo da docência. Em 11 de março de 2020, o Decreto nº 40.509, publicado em edição extra do Diário Oficial do Distrito Federal, determinou a suspensão das aulas presenciais em instituições públicas e privadas. Diante desse contexto, a Coordenação de Pós-Graduação do PPG-Cefor agiu de forma imediata

Relatório de Dados Enviados do Coleta

para adaptar o calendário acadêmico e garantir a continuidade das atividades. Já no dia seguinte, em 12 de março, foi realizada a primeira aula no novo formato virtual, sem interrupções no cronograma letivo. A disciplina "Democracia Digital e Legislativo", ministrada pelos docentes Cristiane Brum Bernardes e Cristiano Ferri de Faria, marcou o início da adoção de aulas síncronas a distância por meio da plataforma Zoom. Com agilidade e compromisso, o MPPL assegurou a oferta integral das 21 disciplinas previstas para os dois semestres letivos de 2020.

A experiência rapidamente evoluiu para práticas pedagógicas mais elaboradas. De forma pioneira, o docente Fabiano Peruzzo Schwartz passou a combinar aulas ao vivo com videoaulas gravadas, antecipando uma abordagem híbrida de ensino. Sua disciplina "Métodos Inferenciais em Pesquisas Legislativas", que alia teoria estatística e aplicações práticas no campo da Ciência Política e do processo legislativo, passou a contar com uma Linha de Aprendizado em ambiente virtual, aberta ao público e de acesso gratuito, ampliando o alcance da formação oferecida pelo Programa. O conteúdo está disponível em: <https://fabiano.id/mipl.html>.

As bancas de Qualificação e Defesa também passaram por reestruturação, com transição ágil para o ambiente virtual. Em 2020, as bancas passaram a ser realizadas por meio de plataformas como Zoom, respaldadas inicialmente pela Portaria Capes nº 36/2020. A Coordenação de Pós-Graduação reorganizou seus fluxos internos para viabilizar o envio de documentos (atas, folhas de aprovação, comunicações e orientações) de forma digital, via e-mail ou pelo sistema eletrônico e-Doc da Câmara dos Deputados. A primeira banca virtual de Qualificação ocorreu em 13 de abril de 2020, com o discente Rômulo de Sousa Mesquita, seguida pela primeira Defesa, realizada por Wanessa Gabrielle Maia Cerqueira em 8 de maio. A nova sistemática possibilitou maior participação de docentes externos, como o Dr. Sérgio Soares Braga (UFPR) e o Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos (IESP-UERJ), ampliando a diversidade institucional e geográfica nas comissões avaliadoras.

A manutenção da possibilidade de realização de bancas em formato remoto ou híbrido foi posteriormente assegurada pela Portaria Capes nº 121, de 7 de outubro de 2021, que revogou a Portaria nº 36/2020, mas garantiu a continuidade da autonomia institucional para definir os formatos das sessões avaliativas. Essas transformações não apenas asseguraram a continuidade das atividades acadêmicas, como também promoveram inovação, inclusão e expansão do alcance do MPPL. Atualmente, cerca de 70% das bancas são realizadas no formato virtual.

SELEÇÃO DE ALUNOS REGULARES

A seleção de alunos regulares do Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL) passou por importantes adaptações a partir de 2020, impulsionadas pelas restrições impostas pela pandemia da Covid-19. Com edital publicado em novembro de 2019 e ingresso inicialmente previsto para agosto de 2020, o processo seletivo precisou ser temporariamente suspenso em março do mesmo ano, sendo retomado em setembro com a publicação de retificação do edital. Entre as mudanças implementadas, destacam-se a realização das etapas em formato remoto: a prova discursiva foi aplicada por meio da

Relatório de Dados Enviados do Coleta

plataforma Eleve (ambiente de aprendizagem a distância da Câmara dos Deputados – <http://eleve.camara.leg.br>) e a arguição oral foi conduzida via Zoom. A opção por utilizar exclusivamente os recursos humanos e tecnológicos do Cefor resultou não apenas em inovação e desenvolvimento institucional, mas também em economia de recursos públicos, ampliação do acesso e maior comodidade para os 49 candidatos com inscrição homologada. O resultado final foi divulgado em 11 de dezembro de 2020, com a convocação de 19 alunos regulares para ingresso no primeiro semestre de 2021. Mais informações estão disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/processo-seletivo>.

Nos processos seletivos subsequentes, realizados em 2022, 2023 e 2024, parte do formato remoto foi mantida de forma estratégica. As etapas de prova discursiva e de língua inglesa retornaram ao modelo presencial, alinhando-se à tradição acadêmica e aos protocolos institucionais de avaliação. No entanto, a etapa de arguição permanece virtual, decisão que tem se mostrado eficiente ao simplificar a logística do processo, reduzir custos operacionais e manter a qualidade da avaliação. Esse modelo híbrido reflete a capacidade do MPPL de incorporar permanentemente as inovações bem-sucedidas surgidas no contexto da pandemia, promovendo um processo seletivo mais acessível, inclusivo e adaptado às novas realidades institucionais.

REALIZAÇÃO DE EVENTOS

Com o objetivo de promover o aperfeiçoamento contínuo, fortalecer a integração entre pesquisadores e proporcionar espaços de troca de experiências entre discentes e docentes, o PPG-Cefor manteve sua agenda de eventos de extensão mesmo durante o período mais crítico da pandemia da Covid-19. As atividades foram adaptadas para o formato virtual, com transmissões ao vivo realizadas por meio da plataforma StreamYard e veiculadas no canal da Escola da Câmara no YouTube. Nesse período, foram realizadas aulas magnas, o Ciclo de Palestras e Debates, o evento AMPLIAR e diversas edições da Jornada de Pesquisa e Extensão.

A adoção do formato virtual possibilitou ampliar o alcance dos eventos, promovendo maior visibilidade institucional e permitindo a participação de palestrantes e especialistas de diferentes regiões do país — e até do exterior — que, de outra forma, poderiam não estar presentes fisicamente no Cefor. Além disso, as transmissões ao vivo contribuíram para a democratização do acesso ao conhecimento produzido no âmbito do MPPL, alcançando um público mais amplo e diversificado, inclusive para além da comunidade acadêmica.

A acessibilidade permaneceu como compromisso fundamental em todos os eventos promovidos, com a inclusão de intérpretes de Libras nas transmissões. Essa prática reafirma o compromisso do Programa com a inclusão e com o acesso equitativo à informação.

Como legado das inovações implementadas durante a pandemia, a infraestrutura do Cefor foi atualizada e modernizada, permitindo hoje a realização de eventos em diferentes formatos: presenciais, remotos e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

híbridos. Essa flexibilidade passou a integrar de forma permanente a estratégia institucional do Programa, garantindo maior capilaridade, eficiência e qualidade nas ações de formação, extensão e difusão científica.

AUTOAVALIAÇÃO

As transformações decorrentes da pandemia da Covid-19 influenciaram diretamente a política de autoavaliação do PPG-Cefor, especialmente no que se refere à adaptação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL) para a modalidade remota. Diante da necessidade de manter as atividades acadêmicas durante o período de isolamento social, a Coordenação do Programa conduziu, ao final do primeiro semestre letivo de 2020, uma pesquisa de percepção sobre a adoção do formato virtual, com aulas síncronas realizadas pela plataforma Zoom. A pesquisa teve como objetivo avaliar a experiência de docentes e discentes, bem como identificar pontos de atenção e oportunidades de aprimoramento. Foram ouvidos três grupos: alunos que concluíram as disciplinas, docentes que as ministraram e alunos que desistiram após a mudança de formato.

A participação foi amplamente representativa, com 124 respostas — o que corresponde a 94% do universo consultado. Entre os destaques, observa-se que 100% dos docentes classificaram a experiência como positiva. Os comentários qualitativos dos respondentes indicaram que a utilização do Zoom foi percebida como uma solução eficaz diante do contexto emergencial da pandemia. Além disso, a avaliação do cumprimento dos objetivos das disciplinas foi amplamente favorável, com médias superiores a 4 em uma escala Likert de 0 a 5. Os discentes, inclusive, apresentaram médias ligeiramente superiores às dos docentes, reforçando a percepção de eficácia do modelo adotado. Não foram registradas avaliações negativas (níveis 1 – Péssimo ou 2 – Ruim), sendo todas as respostas concentradas entre os níveis 3 (Bom), 4 (Muito bom) e 5 (Excelente). A principal dificuldade relatada pelos alunos referiu-se à falta de equipamentos adequados para acompanhar ou realizar as aulas remotamente.

O relatório da pesquisa concluiu que havia uma predisposição significativa, tanto por parte dos professores quanto dos estudantes, para a adoção futura de um modelo híbrido de ensino, que combinasse as vantagens da modalidade presencial com as potencialidades do ensino remoto. Essa percepção fundamentou decisões posteriores sobre a manutenção de certas práticas adotadas durante a pandemia, contribuindo para a construção de um modelo pedagógico mais flexível, acessível e alinhado com as transformações educacionais contemporâneas.

PRODUÇÃO INTELECTUAL DURANTE A PANDEMIA

Durante o período da pandemia da Covid-19, docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Poder Legislativo (PPG-Cefor) desempenharam papel relevante na produção intelectual voltada ao enfrentamento da crise sanitária e à continuidade das atividades do Poder Legislativo. As contribuições envolveram desde pesquisas aplicadas até a elaboração de atos normativos e assessoria técnica qualificada, reafirmando o compromisso do Programa com a articulação entre conhecimento científico e prática institucional.

Entre os destaques, encontra-se a participação do docente Leonardo Augusto de Andrade Barbosa,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, na elaboração da MINUTA DA RESOLUÇÃO Nº 14/2020 e do ATO DA MESA Nº 123/2020, que regulamentaram o Sistema de Deliberação Remota da Câmara, viabilizando a continuidade dos trabalhos legislativos de forma virtual. O docente Fábio de Barros Correia Gomes, Consultor Legislativo na área de Saúde Pública e Sanitarismo, contribuiu com a redação de relatórios técnicos estratégicos como RECOMENDAÇÕES SOBRE MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL PUBLICADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE e INFORMES SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19.

O docente Júlio Roberto de Souza Pinto, Assessor Técnico-Jurídico da Secretaria-Geral da Mesa, elaborou parecer jurídico intitulado PODERES DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES. ATOS QUE PODEM SER PRATICADOS ENTRE O FIM DA SESSÃO LEGISLATIVA E A POSSE DOS NOVOS MEMBROS, BEM COMO NA VIGÊNCIA DO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA. Já o docente Fabiano Peruzzo Schwartz, Diretor da Coordenação de Pós-Graduação do Cefor, produziu estudos com forte base empírica, como DISTANCIAMENTO SOCIAL E O ACHATAMENTO DAS CURVAS DE MORTALIDADE POR COVID-19: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O BRASIL E EPICENTROS DA PANDEMIA e DADOS DO PREÇO DO ÁLCOOL EM GEL NA COVID-19, disponível em <https://revistaccs.espdf.fepecs.edu.br/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/764>.

A docente Cristiane Brum Bernardes proferiu palestras de grande repercussão sobre os impactos da pandemia nas práticas parlamentares, como PARLAMENTOS DIGITAIS: O QUE MUDA COM A ADOÇÃO EMERGENCIAL DE PLATAFORMAS ONLINE NOS PROCESSOS LEGISLATIVOS? e ISOLAMENTO SOCIAL E OS DESAFIOS DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Também merece destaque a atuação do egresso Paulo Roberto Simão Bijos, titulado em junho de 2020, que, na qualidade de Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, assessorou a COMISSÃO MISTA ESPECIAL DO CONGRESSO NACIONAL DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS RELACIONADAS À COVID-19 (CN-COVID-19).

Essas produções e atuações evidenciam a capacidade do PPG-Cefor de responder de forma ágil e qualificada aos desafios da conjuntura, contribuindo diretamente para a tomada de decisão no âmbito do Legislativo e para o enfrentamento da crise sanitária com base em evidências e rigor técnico.

Além desses exemplos específicos, inúmeros outros alunos e professores atuaram ativamente em suas funções como chefes de gabinete de Liderança, assessores técnicos, corpo administrativo da Casa, comunicadores, profissionais de saúde na condução das discussões e decisões sobre a pandemia da Covid-19 no Poder Legislativo brasileiro.

Impacto da emergência climática no Rio Grande do Sul e de outros desastres no País

Impacto da emergência climática no Rio Grande do Sul e de outros desastres no País

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Embora não tenha havido impacto direto nas atividades do PPG-Cefor em função da emergência climática no Rio Grande do Sul ou de outros desastres no país, docentes do Programa desempenharam papel relevante no enfrentamento institucional da crise. Em virtude de suas especialidades e funções na Câmara dos Deputados, professores do MPPL contribuíram tecnicamente para decisões legislativas relacionadas ao tema, incluindo a elaboração de atos normativos e análises técnicas voltadas ao aperfeiçoamento de medidas emergenciais. Essa atuação demonstra o compromisso do Programa com a aplicação prática do conhecimento acadêmico na formulação de políticas públicas, especialmente em contextos de crise e calamidade.

Ações do PPG voltadas para a recuperação do Rio Grande do Sul

O PPG-Cefor contribuiu diretamente para o debate legislativo e técnico em torno das medidas emergenciais voltadas à recuperação do Rio Grande do Sul. Destaca-se, nesse contexto, a produção da Nota Descritiva nº 1.219/2024, de autoria do docente Maurício Schneider. O documento apresenta uma análise detalhada da Medida Provisória nº 1.219/2024, que instituiu apoio financeiro emergencial para famílias desalojadas ou desabrigadas devido às enchentes no estado. A MP estabelece o pagamento único de R\$ 5.100,00 por família afetada, com o objetivo de mitigar os impactos socioeconômicos imediatos da calamidade. A Nota sistematiza os principais elementos da medida, como critérios de elegibilidade, mecanismos de operacionalização, e o papel de instituições como o Ministério da Integração e a Caixa Econômica Federal. Além disso, realiza um levantamento minucioso das 39 emendas parlamentares apresentadas à MP, oferecendo uma leitura abrangente sobre as propostas de aprimoramento do auxílio, a priorização de públicos vulneráveis e o fortalecimento da fiscalização dos recursos.

A contribuição da Nota é significativa, pois não apenas oferece um panorama técnico e jurídico da medida provisória, como também se constitui em instrumento de transparência e apoio à governança legislativa. O documento subsidia futuras ações governamentais voltadas à resposta a desastres naturais, ao consolidar diretrizes replicáveis em situações semelhantes. Do ponto de vista econômico, destaca-se a relevância da injeção imediata de recursos para recomposição de perdas, estímulo à recuperação local e redução dos custos sociais e financeiros de médio e longo prazo. A Nota também aborda propostas legislativas sobre isenção tributária e ampliação de auxílio a microempreendedores e trabalhadores informais, evidenciando a interseção entre proteção social e política econômica. (<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/notas-descritivas-sobre-medidas-provisorias/notas-descritivas-sobre-medidas-provisorias/2024/nota-descritiva-da-medida-provisoria-no-1219-de-2024-dos-consultores-legislativos-pedro-garrido-da-costa-lima-mauricio-schneider-igor-manuel-moreira-lima/view>)

Outras ações relevantes envolveram diretamente a participação de docentes permanentes em atividades institucionais vinculadas à emergência no estado. A professora Shana Schlottfeldt Santos contribuiu para a elaboração da minuta do Ato da Mesa da Câmara dos Deputados, que estabeleceu a dispensa do registro biométrico de presença para os Deputados Federais da bancada do Rio Grande do Sul no período de 3 a 7 de junho de 2024. A medida reconheceu oficialmente a gravidade da situação no estado, permitindo que

Relatório de Dados Enviados do Coleta

os parlamentares permanecessem em suas bases para coordenar ações emergenciais, articular recursos e prestar assistência à população, sem prejuízo ao exercício de seus mandatos. Essa iniciativa serviu de referência para debates em sala de aula, conectando diretamente o conteúdo do curso à prática legislativa em tempo real.

Por fim, destaca-se a realização da reunião de comparecimento do ministro Paulo Pimenta, da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, em audiência pública transmitida pela Câmara dos Deputados, cuja Ata foi produzida pela professora Shana (<https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/2435624.htm>). O evento contribuiu para a transparência, o controle social e o acompanhamento da resposta governamental à crise (<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73297>).

Essas ações reafirmam o papel do PPG-Cefor como espaço de produção de conhecimento aplicado e de qualificação do debate legislativo, especialmente em contextos de crise humanitária e emergência climática.

Outras Informações

Outras Informações

REVISTA E-LEGIS

A E-Legis: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados (ISSN: 2175-0688) é um periódico científico consolidado como referência nacional na área de estudos legislativos. Vinculada ao MPPL/PPG-Cefor, a revista foi publicada quadrimestralmente de 2008 a 2022, passando, a partir de 2023, a ter periodicidade semestral. Com edições em português, inglês e espanhol, a E-Legis recebe manuscritos em fluxo contínuo e tem como missão divulgar produções acadêmicas inéditas sobre o Poder Legislativo, legislação e políticas públicas, contribuindo para o avanço do conhecimento aplicado às três linhas de pesquisa do Programa: Gestão Pública no Poder Legislativo, Processos Políticos do Poder Legislativo e Política Institucional do Poder Legislativo.

Voltada a pesquisadores da área, a revista publica artigos, relatos de experiência e resumos de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) defendidos no MPPL. Os artigos devem apresentar contribuições teóricas, empíricas ou metodológicas à bibliografia especializada, enquanto os relatos de experiência se concentram na descrição de práticas relevantes ligadas ao Legislativo. A revista também incentiva a publicação dos pareceres dos artigos aprovados, como forma de valorização da avaliação por pares.

A partir de 2023, a E-Legis passou por uma revisão profunda de sua política editorial, reafirmando seu alinhamento com as diretrizes da ciência aberta. Isso inclui maior transparência nos processos editoriais, incentivo à disponibilização de dados, códigos e demais conteúdos utilizados na pesquisa, e estímulo à reprodutibilidade dos estudos. A revista passou a priorizar a submissão de manuscritos no modelo LaTeX

Relatório de Dados Enviados do Coleta

por meio da plataforma Overleaf, otimizando a padronização e o processamento editorial. O tempo médio de avaliação varia entre seis e doze meses, com os autores podendo publicar até uma vez por ano como autor principal e uma vez como coautor, em edições diferentes.

Outros princípios norteadores da revista incluem o compromisso com a ética na pesquisa científica, conforme o Guia SciELO de Boas Práticas, e a exigência de submissão prévia a comitês de ética nos casos em que a pesquisa envolva seres humanos ou dados sensíveis. A publicação dos artigos se dá sob a licença Creative Commons CC-BY, assegurando acesso aberto e amplo uso do conteúdo publicado.

A qualidade editorial da E-Legis é reconhecida por sua indexação em importantes bases científicas como Latindex, Biblat, CLASE, Diadorim/Ibict e pelo Portal de Periódicos da Capes. Sua relevância também se reflete na elevação de sua classificação no Qualis Periódicos da área de Ciência Política e Relações Internacionais, que passou de B2 para A4 no quadriênio 2017–2020. Essa trajetória reafirma o compromisso da revista com a excelência acadêmica e com a difusão qualificada do conhecimento sobre o Poder Legislativo.

Indicadores bibliométricos:

896 citações no total, sendo 448 desde 2020;

Índice h = 13, sendo igual a 9 desde 2020;

Índice i10 = 21, sendo igual a 8 desde 2020.

https://scholar.google.com.br/citations?hl=pt-BR&user=sS5wzHMAAAAJ&pagesize=100&view_op=list_works&authuser=3

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Como parte das ações de fortalecimento dos GPEs, foi instituído pela Portaria nº 307, de 30 de novembro de 2020, o Programa de Iniciação Científica da Câmara dos Deputados (PIC), com o objetivo de fomentar o pensamento científico e a pesquisa acadêmica entre alunos de graduação, vinculando-os a projetos orientados por docentes do PPG-Cefor (FA 1.1.1.b; 3.2). A iniciativa busca identificar talentos acadêmicos, proporcionar aprendizado em métodos de pesquisa e fortalecer as linhas de pesquisa institucionais do MPPL. Sua primeira edição, realizada como projeto piloto em 2022, contou com seis bolsistas atuando em quatro projetos ligados aos GPEs da Câmara dos Deputados, com bolsas mensais de R\$ 400,00 durante 12 meses, conforme o Edital nº 04 – CD, de 31 de maio de 2021. Os projetos abrangeram estudos sobre processos políticos e institucionais do Poder Legislativo, envolvendo atividades como levantamento de dados legislativos, produção de artigos científicos e análise de discursos parlamentares, todas conduzidas sob a supervisão de docentes do MPPL (FA 1.1.1.c; 2.5), garantindo qualidade metodológica e rigor acadêmico. A avaliação da primeira edição indicou alto nível de satisfação dos bolsistas e impacto positivo na formação acadêmica e no interesse pela pesquisa legislativa (FA 3.2). Os docentes supervisores destacaram a contribuição dos bolsistas para os projetos de pesquisa e para o aperfeiçoamento das investigações acadêmicas.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Portaria nº 307, de 30 de novembro de 2020

<https://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2020/portaria-307-30-novembro-2020-790884-publicacaooriginal-161923-cd-dg.html>

ESCOLA VIRTUAL DE CIDADANIA - EVC

O Portal EVC é uma iniciativa inovadora da Escola da Câmara dos Deputados, concebido com o objetivo de ampliar o acesso da sociedade a conteúdos educativos sobre política, cidadania, democracia e o papel do Poder Legislativo. Criado e mantido pelo Cefor, o portal conta com a participação de docentes do MPPL na produção e curadoria de conteúdos, fortalecendo a integração entre a prática legislativa e a formação cidadã.

Inspirado pela proposta de tornar o aprendizado mais acessível, leve e significativo, o Portal EVC organiza seus materiais em três grandes categorias: entender, atuar e educar. Essas necessidades se desdobram em trilhas de aprendizagem e percursos temáticos, permitindo que o usuário construa seu próprio caminho de aprendizagem com autonomia. Os conteúdos estão disponíveis em diversos formatos — textos, vídeos, áudios, jogos, cursos e recursos multimídia — promovendo o engajamento de diferentes perfis de usuários.

A proposta pedagógica do EVC valoriza a educação para a democracia, com foco no desenvolvimento de capacidades, compromissos e conexões para o exercício da cidadania democrática. Além de conteúdos autorais, o portal realiza a curadoria de materiais produzidos por outras instituições públicas e da sociedade civil, promovendo a construção de uma rede colaborativa voltada à disseminação do conhecimento cívico. Todos os materiais são gratuitos e acessíveis, sem necessidade de cadastro prévio, o que reforça o compromisso com a inclusão e a liberdade de acesso à informação.

Com mais de 100 materiais organizados em 18 percursos, o Portal EVC também oferece suporte pedagógico para educadores e educadoras, disponibilizando recursos voltados à formação docente e ao planejamento de aulas sobre temas fundamentais para a democracia. Reformulado em 2021, o EVC — cuja sigla originalmente significava Escola Virtual de Cidadania — passou a ser identificado como “onde Educação vira Cidadania”, consolidando-se como uma plataforma de referência nacional em educação política. O Portal pode ser acessado em: <https://evc.camara.leg.br>.

ALUNO REGULAR EM DESTAQUE

O aluno regular do Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL) André Augusto Sak foi premiado com o 1º lugar na nova categoria “Soluções tecnológicas em dados orçamentários” do XIII Prêmio SOF (Secretaria de Orçamento Federal), em parceria com Felipe Langoni Ramos e Marcos da Silva Correia. Mesmo ainda em curso com sua pesquisa de mestrado, sob orientação do professor Fabiano Peruzzo Schwartz, André já obteve esse importante reconhecimento, fruto do desenvolvimento da ferramenta Lumi-A, que visa simplificar, explicar e orientar o uso de dados orçamentários de forma acessível, transparente e inovadora. O projeto premiado é parte integrante de sua investigação acadêmica no MPPL,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

demonstrando a relevância prática e o potencial transformador das pesquisas conduzidas no programa. A cerimônia de premiação ocorreu na sede da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e contou com a presença de autoridades do Ministério do Planejamento e Orçamento, que destacaram o valor da parceria com a academia e o uso qualificado de bases de dados públicas (mais informações: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/na-entrega-do-xiii-premio-sof-mpo-destaca-parceria-com-a-academia-e-o-potencial-do-uso-da-base-de-dados>). A conquista também teve repercussão na imprensa legislativa: André foi entrevistado no programa Conexão Senado, da Rádio Senado, onde falou sobre a ferramenta e os impactos do projeto (disponível em: <https://www.youtube.com/live/maSoaJ9E3AQ?si=ysblo4SAcSn2u1-l&t=5590>). A cerimônia completa pode ser assistida no canal da SOF no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=DBL_aGJzEbM.